

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

EDUARDA CALADO BARBOSA

**EM DEFESA DO CONTEXTUALISMO MODERADO: POR UMA
SEMÂNTICA SENSÍVEL PARA ADJETIVOS COMPARATIVOS**

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

EDUARDA CALADO BARBOSA

**EM DEFESA DO CONTEXTUALISMO MODERADO: POR UMA
SEMÂNTICA SENSÍVEL PARA ADJETIVOS COMPARATIVOS**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção de do grau de Mestre em Filosofia,
no Programa de Pós-graduação em Filosofia,
do Centro de Ciências Humanas Letras e
Artes, da Universidade Federal da Paraíba.
ORIENTADOR: Prof. Dr. André Leclerc.

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

TERMO DE APROVAÇÃO

EDUARDA CALADO BARBOSA

**EM DEFESA DO CONTEXTUALISMO MODERADO: POR UMA
SEMÂNTICA SENSÍVEL PARA ADJETIVOS COMPARATIVOS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção de do grau de Mestre em Filosofia, no Programa de Pós-graduação em Filosofia, do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. André Leclerc
Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGF/UFPB)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Ernesto Perini Fizzera da Mota Santos
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Profa. Dra Ana Leda de Araújo
Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGF/UFPB)

Prof. Dr Giovanni da Silva de Queiroz
Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGF/UFPB)

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

MARÇO DE 2011

AGRADECIMENTOS

- Ao CNPq, pela bolsa que financiou minhas pesquisas durante os anos do mestrado.
- Aos profs. Dr. Ernesto Perini Fizzera Mota dos Santos, Dra. Ana Leda Araújo e Dr. Giovanni Queiroz, pela gentileza de integrarem a banca examinadora desta dissertação.
- Ao meu orientador, Dr. André Leclerc, pelos últimos cinco anos de amizade, estímulo, prontidão e dedicação à minha formação acadêmica.
- Ao programa de pós-graduação em filosofia da UFPB. Em especial ao prof. Dr. Giovanni Queiroz e ao prof. Dr. Anderson D’Arc, pelas colaborações para o melhoramento deste trabalho.
- Em especial, a André Abath, pela presença dedicada, carinhosa e sempre estimulante. Também, pela indispensável colaboração para a idealização e realização desta dissertação.
- Aos meus tios, José Carlos e Maria de Lourdes de Godói, pelo irrestrito apoio pessoal e cuidado, que possibilitaram a realização desta dissertação.
- Aos meus amigos, Letícia Carvalho, Luyse Costa, Moama Marques, Victor Lustosa, Bruno Góes e Raquel Fernandes, por propiciarem os momentos de distração necessários para a boa execução deste trabalho.

Aos meus pais, José Barbosa e Gilvana Calado (*in memoriam*)

SUMÁRIO

Resumo.....	9
Introdução.....	10
Capítulo I. Rumo a “ <i>Insensitive Semantics</i> ”	13
1.1 A questão da compreensão lingüística e a distinção semântica/pragmática no debate contextualismo/minimalismo.....	13
1.2 Contextualismo.....	18
1.2.1 Contextos e Semântica.....	19
1.2.2 Algumas teses contextualistas.....	21
1.3. Do proto-literalismo ao Minimalismo Semântico.....	25
1.4. O Pluralismo dos Atos de fala.....	28
1.5. “ <i>Insensitive Semantics</i> ”	33
1.5.1. Contextualismo moderado para adjetivos comparativos frente à semântica insensível de Cappelen e Lepore.....	35
Capítulo II. Contextualismo moderado sem contextualismo radical	37
2.1. Argumentações contextualistas.....	39
2.2. A crítica de Cappelen e Lepore ao contextualismo moderado.....	41
2.2.1. Lidando com o minimalismo: proposição mínima, uma noção limitadora de conteúdo semântico.....	43
2.3. O critério de Opcionalidade e algumas Restrições.....	45
2.4. Um argumento moderado: adjetivos comparativos.....	47
2.4.1. Checando como o argumento moderado se sai diante do Critério de Opcionalidade.....	49
2.4.2. Checando como o argumento moderado se sai diante das restrições.....	51
2.5. Três Casos de “ <i>Insensitive Semantics</i> ”	53
2.5.1. O caso do jantar de Jill.....	53
2.5.2. O caso do vermelho das maçãs.....	55
2.5.3. O caso do peso de Smith.....	57
2.6. Contextualismo moderado sem estabilidade.....	59

2.7. Reconhecendo a solução.....	60
Capítulo III. Adjetivos comparativos e os dois tratamentos de sua semântica.....	62
3.1. O tratamento contextualista da semântica de adjetivos comparativos.....	62
3.1.1. Constituintes inarticulados.....	63
3.1.1.1. Algumas objeções à estratégia dos constituintes inarticulados.....	65
3.1.2. Outra estratégia: recorrer à Forma Lógica.....	69
3.2.1.1. Algumas objeções ao recurso à forma lógica.....	71
3.1.3. Afinal, como explicar as classes de comparação sob uma perspectiva contextualista?.....	73
3.2. O minimalismo e os adjetivos comparativos.....	78
3.2.1 A instabilidade dos argumentos de incompletude.....	79
3.2.2. Adjetivos comparativos e os testes de sensibilidade de C & L.....	81
3.2.3. O tratamento minimalista da semântica de adjetivos comparativos.....	85
3.3 Contextualismo versus Minimalismo.....	87
3.3.1. Onde a estabilidade dos argumentos de incompletude se esconde.....	88
3.3.2. Onde os testes de sensibilidade falham.....	90
3.3.3. Semântica e metafísica.....	94
3.3.4. Sobre papel cognitivo e realidade psicológica.....	97
Conclusão.....	102
Referências Bibliográficas.....	105

RESUMO

Neste trabalho, oferecemos uma apresentação geral do debate, em filosofia da linguagem, entre contextualismo e minimalismo. Oferecemos também uma defesa do contextualismo acerca do significado de adjetivos comparativos, a partir de uma refutação das objeções presentes no livro de H. Cappelen e E. Lepore, *Insensitive Semantics*.

ABSTRACT

In this work, we offer a general presentation of the debate in philosophy of language between Contextualism and Minimalism. We also offer a defense of a contextualist account of the meaning of comparative adjectives, through a refutation of the objections present in H. Cappelen and E. Lepore's book, Insensitive Semantics.

INTRODUÇÃO

Nossas capacidades lingüísticas permitem que nos engajemos, distintivamente, em um sem número de atividades cooperativas uns com os outros. E o modo como realizamos tais atividades é através de um fluxo dinâmico de troca de informações sobre o mundo, sobre o que pensamos e desejamos dele (e nele), de nós, sobre o presente, sobre outros tempos. Não é à toa, então, que estudos sobre linguagem e seu uso devam ter destaque e interesse por parte das chamadas humanidades. Uma das particularidades desses estudos sobre linguagem é a possibilidade de interdisciplinaridade: uma vantagem que só tem a contribuir no fortalecimento das posições teóricas, seja por meio de recursos empíricos, formais ou reflexivos. Estudos filosóficos, por exemplo, têm sido em certa medida enriquecidos ao levar em consideração e procurar se ajustar a resultados em ciências cognitivas.

Este trabalho tem a pretensão de compreender melhor essas capacidades lingüísticas, sobretudo uma extremamente básica: a de significar. Procura também fazê-lo com atenção à dinamicidade e espontaneidade que, factualmente, marcam nossas ações comunicativas. E, para realizar tais pretensões, há poucos assuntos tão frutíferos quanto atentar para um dos principais debates nos estudos sobre linguagem das últimas décadas – em especial da última década –, no qual muitos ânimos foram afetados por objeções e críticas mútuas. Estamos falando do debate entre o contextualismo e minimalismo semântico.

Esse é um debate sobre como contextos de uso podem influenciar os significados. Ele faz sentido se tomarmos expressões e frases em ações comunicativas: quando se declara, afirma, diz algo. Essas ações – como ocorre comumente nos demais casos – são realizadas espaço-temporalmente, em situações (ou contextos ou ocasiões); e é um fato que tais situações podem afetar o que é realizado. No caso das ações comunicativas: o que é dito ou comunicado. Um bom exemplo dessas intervenções contextuais está nas expressões indexicais (e demonstrativos), como “eu”, “aqui”, “amanhã”; expressões cujo sentido depende de parâmetros contextuais. A expressão “eu” depende de quem fala; “aqui”, tipicamente, de onde se fala etc.

Mas, há quem admita que a sensibilidade contextual vai bem além – ou vai apenas além – da indexicalidade. Alguns¹ defendem que quantificadores, por exemplo, (como

¹ Por exemplo: STANLEY, J & WILLIAMSON, T. “*Quantifier and Context dependence*”. *Mind & Language*, v.15, n. 2 p. 219-61, 2000a.

“todos” e “alguns”), são sensíveis a contextos: seus significados² dependem dos domínios especificados em contexto. Esses são os chamados contextualistas semânticos. Seu objetivo último é procurar evidências intuitivas e/ou sintáticas de que contextos podem afetar a semântica de outras expressões, além dos indexicais e demonstrativos. Tal tese é antagônica àquela do minimalismo.

O minimalismo é uma posição literalista, ou seja, uma que toma significados como regras de convenção lingüística (ou funções), estáveis, fixas e bem-determinadas. Os minimalistas aos quais atentaremos são, contudo, específicos: Herman Cappelen e Ernie Lepore³ (C & L), em seu livro em parceria, *Insensitive Semantics: A defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism (IS)*⁴ (CAPPELEN, H. & LEPORE, E. *Insensitive Semantics: a defense of semantic minimalism and speech act pluralism*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2005a). Sua posição atribui à semântica um papel mínimo na determinação do que é comunicado: apenas a geração de condições de verdade avaliáveis, tais como são expressas. Qualquer variância no sentido do que é dito é gerada graças ao pluralismo do conteúdo dos atos de fala⁵ e não tem qualquer interferência na proposição expressa, exceto nos casos de ambigüidade, indeterminação ou no caso de indexicais e demonstrativos, o chamado Basic Set⁶.

Temos, então, claramente uma desavença entre posições que buscam dar conta de um mesmo fenômeno/objeto. Como elas buscam defender suas posições, tornando-as mais interessantes e convincentes aos olhos dos indecisos? Principalmente, por meio da exploração e trato de intuições. Eles utilizam casos de uso da linguagem comum para apelar à competência de falantes-ouvintes – nós, leitores – em avaliar se houve ou não variação ou incompletude no conteúdo semântico das expressões utilizadas. Depois, procuram explicar essas intuições em termos de sua teoria. Usam também evidências sintáticas e cognitivas.

² Apenas em nível de esclarecimento, quando falamos em significado estamos falando de conteúdo semântico, proposição expressa, condições de verdade. Minimalistas admitem efeitos de contextos, mas apenas ‘no que é dito’, não na proposição expressa.

³ Doravante, simplesmente: C & L.

⁴ Doravante, simplesmente: IS.

⁵ Para uma melhor compreensão, ver: seção 1.4, do próximo capítulo.

⁶ A lista do “*Basic Set of Genuine Context Sensitive Expressions*” inclui as expressões cuja semântica é incontrovertidamente considerada sensíveis a variações contextuais: pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios de tempo e espaço, desinências que indicam tempo e modo e alguns substantivos, os *contextuals*, como “inimigo”, “estrangeiro” e etc. Para maiores detalhes de como a semântica de tais expressões é estabelecida, ler: KAPLAN, D. “*Demonstratives*”, J. Ammon, J. Perry, and H. Wettstein (eds.), *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press, p. 481-563, 1989.

IS é um excelente exemplar dos principais tópicos desse debate. Não é um livro que destaca méritos do contextualismo, mas traz pelo menos duas sérias objeções que, se superadas, podem servir como uma defesa indireta da posição. Traz também algumas objeções contextualistas ao minimalista⁷. Nosso intuito, nesta dissertação, será tratar dessas objeções – do minimalismo ao contextualismo e vice-versa – almejando, ao fim, pesar a balança em favor do contextualismo. Por que motivos? Porque, segundo sustentaremos, trata-se de uma posição intuitivamente mais interessante e que pode ser também cognitivamente mais adequada. Outro motivo é que o minimalismo torna a semântica de pouco interesse empírico.

Com relação ao contextualismo, não desejamos nos comprometer com versões mais radicais da posição. Se elas são corretas ou não, não será algo de que trataremos aqui. Assumiremos, no entanto, um contextualismo moderado; na verdade, localizado. Esta dissertação é uma defesa da suposição de que adjetivos comparativos – como “alto”, “baixo”, “rico” – possuem semântica sensível. Em outros termos, é uma defesa de um contextualismo para adjetivos comparativos.

Indiretamente, esta dissertação trata também de vários tópicos: (a) de linguagem e do modo como significamos e nos comunicamos; (b) de um debate versado em filosofia da linguagem; (c) dos aspectos metodológicos desse debate; (d) de intuições como evidências de sensibilidade contextual; (e) do papel da pragmática na linguagem; e, por fim, (f) da possibilidade mesma de qualquer estudo sistemático sobre comunicação – dada a influência de contextos sobre ela⁸. Isso apenas para citar os mais importantes.

Assim, introduzidos os preliminares da discussão que se desenvolverá a seguir, comecemos com o Capítulo I, pela apresentação de *IS* e do debate minimalismo/contextualismo. Sigamos para o tratamento da objeção minimalista ao contextualismo moderado, no Capítulo II e, no Capítulo III, vejamos os tratamentos minimalista e contextualista da semântica de adjetivos comparativos. Vejamos se nosso trabalho pode apontar indícios de que a semântica dos comparativos segue na direção do *Basic Set*.

⁷ E, mostrar que tais objeções são satisfatórias para afetar a confiança no minimalismo, também pode ser uma boa estratégia de defesa do contextualismo.

⁸ Esses “outros tópicos” não estão organizados regularmente em capítulos ou seções deste trabalho; apenas aparecem direta ou indiretamente no seu decorrer.

CAPÍTULO I

RUMO AO *INSENSITIVE SEMANTICS*

Nosso primeiro passo será conhecer melhor o livro do qual tratam as próximas dezenas de páginas. O que significa conhecer o livro? Certamente, não significará conhecer *profundamente* cada argumento, cada tópico, porque nem todos são de nosso interesse. O que queremos extrair de *IS*, para levar ao conhecimento de nossos leitores neste capítulo, são suas motivações, o contexto da discussão da qual é parte, os propósitos de sua idealização por parte de C & L e, finalmente, (e também brevemente) tratar de sua estrutura e conteúdo. Por isso, intitular o capítulo de “Rumo ao *Insensitive Semantics*”.

Nossa primeira seção tratará de localizar a discussão contida em *IS*: o debate entre minimalismo e contextualista. Defenderemos que tal debate, na verdade, pode ser compreendido como um ramo da discussão mais ampla sobre a distinção entre semântica e pragmática. Afinal, trata-se de uma disputa acerca de quem tem os melhores limites entre um domínio e outro da linguagem comum. Também esclareceremos que queremos discutir quem, no debate, tem a melhor posição sobre a compreensão lingüística, em termos de adequação empírica: se minimalistas ou contextualistas – e se contextualistas, quais.

Depois, apresentaremos definições mais apuradas e robustas das duas posições. Partiremos da noção de contexto e de diferentes orientações contextualistas quanto aos limites de sua influência sobre o significado de expressões. Além disso, conheceremos algumas das teses do contextualismo que aparecerão ao longo do trabalho, embora não defendamos, rigorosamente, nenhuma delas. Conheceremos também o minimalismo, desde suas origens literalistas, e o pluralismo dos atos de fala de C & L. Por fim, chegamos a *IS* propriamente. E conheceremos seus argumentos críticos, revisionistas e positivos; apresentando, em seguida, o objetivo por excelência deste trabalho, livrar-nos das objeções de *IS* ao contextualismo – para defendê-lo, com relação aos adjetivos comparativos.

1.1. A distinção entre semântica e pragmática e a questão da compreensão lingüística no debate contextualismo/minimalismo

A distinção entre semântica e pragmática permeia todo o debate entre minimalismo e contextualismo. Na verdade, pode-se até afirmar que tal debate é, ao fim, redutível a uma

discussão sobre limites entre os papéis da semântica e da pragmática na comunicação. Não é sem bons motivos, então, que começamos deste ponto. Se há uma “questão” da distinção semântica/pragmática, ela seria a suposição de que há uma cisão entre dois tipos de aspectos da comunicação humana: aqueles relacionados, simplesmente, a convenções lingüísticas (regras de estabelecimento do significado de expressões e suas combinações); e aqueles concernentes ao uso de expressões em ações comunicativas. Os primeiros aspectos seriam semânticos, os últimos pragmáticos.

Ora, o minimalismo de que trataremos no decorrer deste trabalho é aquele defendido por C & L, em *IS*, muito embora existam outras boas versões, com formato bastante aproximado, como o de Emma Borg (BORG, E. *Minimal Semantics*, Oxford: Claredon Press, 2004). C & L, especificamente, constroem suas observações a partir da distinção entre conteúdo semântico – do domínio⁹ da semântica – e conteúdo do ato de fala – do domínio da pragmática –, sendo que o conteúdo semântico corresponde à proposição semanticamente expressa por uma enunciação de uma frase S e o conteúdo do ato de fala é indeterminado e variado; na verdade, consiste no conjunto de proposições que podem ser expressas por uma enunciação, no qual o conteúdo semântico é apenas uma dessas proposições.

A proposição expressa é entendida, por eles, como *proposição mínima*. Para visualizarmos um exemplo desse tipo de proposição, tomemos uma enunciação de (1):

(1) Lepore está sentado na 5th Street.

A proposição mínima correspondente, aqui, será, pura e simplesmente, *que Lepore está sentado na 5th Street*.

A intenção dos minimalistas, dessa maneira, é manter a semântica em um papel mínimo. Isso, exceto nos casos de indexicais, demonstrativos, ambigüidades, vagueza, não-literalidade, etc., que exigem uma participação lingüisticamente mandatária de fatores¹⁰ das situações, ou melhor, dos contextos de ocorrência da enunciação. Há tanta cautela em traçar os limites entre conteúdo semântico e conteúdo do ato de fala que C & L têm um corolário epistemológico que estabelece que intuições sobre o conteúdo do ato de fala – para eles, ‘o

⁹ O termo “domínio”, aqui, figura em sentido frouxo.

¹⁰ Os fatores que interferem podem estar de acordo com uma tradição mais formalista da noção de contexto (que definiremos na seção 1.2.). Já os fatores que afetam o conteúdo do ato de fala, são parte do contexto extralingüístico – também na seção 1.2.

que é dito’ – não devem servir de evidência acerca do comportamento semântico de uma enunciação, ou seja, das características de seu conteúdo semântico. Eles afirmam:

Um apelo a *o que é dito* por uma enunciação de uma frase não é *não*-importante. Kaplan, e, de fato, todos os intensionalistas contemporâneos desenvolvem esquemas técnicos elaborados dentro dos quais tentam capturar a noção de *o que é dito*. Se essa noção fosse inteiramente teórica, seria obscuro exatamente que fenômeno o aparato técnico estava tentando explicar ou esclarecer ou descrever. (C & L, 2005, p. 55)¹¹.

Contextualistas, por sua vez, não vêem qualquer problema em usar intuições sobre o conteúdo de *o que é dito* como evidência de sensibilidade semântica contextual. Claro que podem usar estratégias diferentes na exploração dessas intuições, uma vez que, dentre os contextualistas, há aqueles que defendem posições mais radicais e aqueles que defendem posições mais moderadas. O que os unifica é a defesa de duas coisas: (a) que a sensibilidade contextual atinge mais expressões do que é suposto pelo literalismo contemporâneo pelo minimalismo semântico – e (b) que condições de verdade são dadas na pragmática, admitindo efeitos de *o que o falante quer dizer*¹². Charles Travis (um contextualista radical) e François Recanati (de posição mista), por exemplo, sustentam que as ocorrências de enunciações é que são portadoras de significado – aos moldes austinianos. Para eles, a idéia de uma distinção entre semântica e pragmática deve ser reconsiderada e, no limite, eliminada, visto que significados fixos, enquanto *types*, não existem. O que existe é algo abstrato, como um significado determinado pelas convenções da língua – que é constantemente “re-contextualizado”.

Assim, minimalistas estreitam os domínios da semântica – sob o risco, até, de reduzi-la a uma área de pouco interesse, com uma função excessivamente pequena a desempenhar. Por outro lado, ampliam a pragmática como o domínio onde (quase) tudo acontece: onde vários tipos de informação sobre o mundo, as situações, as pessoas envolvidas e não-envolvidas em nossos atos de fala entram em cena, tornando impossível conceber-se uma ciência dos atos de fala ou mesmo uma teoria sistemática dos atos de fala, dada a complexidade de seu objeto.

Já os contextualistas reconhecem que é atentando para fatores pragmáticos que, em vários casos, em tantos casos que até se torna imperativo investigá-los, é na pragmática que se

¹¹ Todas as traduções desta dissertação são livres e da autora.

¹² Talvez, a idéia fique mais clara se pensarmos o contextualismo segundo seu outro nome: *pragmática vero-condicional*.

encontra a vero-condicionalidade. E, por isso, a recomendação de deixar a semântica tradicional de lado – dotando a pragmática de vero-condicionalidade. Isso, é claro, às luzes de evidências: no mínimo, de vários exemplos de usos da linguagem comum que apelam para nossas intuições. Assim, aquilo que veremos nas próximas páginas é um panorama de como os minimalistas sustentam que os limites entre semântica e pragmática devem preservar a função mínima da semântica; e como os contextualistas sustentam sua sugestão de que a vero-condicionalidade deve passar para o domínio da pragmática.

Mas, veremos também que tratar do debate minimalismo/contextualismo é algo que remete a uma questão ainda mais fundamental: à compreensão lingüística. Entenda-se pela expressão “compreensão lingüística”, aqui, o tópico relativo ao estudo dos processos cognitivos envolvidos no uso da linguagem natural. E, nesse contexto, a investigação sobre qual é o papel desempenhado pelos objetos específicos da semântica e da pragmática. É importante, então, localizar a discussão no contexto que busca (a) averiguar que faculdades estão envolvidas, (b) quais são os recursos que falantes competentes utilizam nos casos típicos e, (c) metodologicamente, que tipos de evidências podem servir para atestar nossas afirmações sobre o processo de compreensão lingüística.

Primeiramente, tenhamos em mente que há pelo menos duas perspectivas de tratamento da pragmática envolvida na compreensão da linguagem comum: uma filosófica – em geral, motivada por problemas em semântica – e uma cognitiva – que serve para medir a adequação empírica das afirmações filosóficas. Ao longo de nossa discussão, procuraremos mostrar que o minimalismo trata a pragmática de forma puramente filosófica¹³, enquanto certo contextualismo¹⁴ nos possibilita tratar da pragmática também como uma espécie de sistema responsável por interpretar estímulos comunicativos. Claro que não iremos muito longe nessa exploração do tema da cognição aqui – visto que isso nos desviaria de nossos propósitos, que são essencialmente filosóficos.

Contudo, consideramos vantajoso observar (e optar pelo) enlace de duas áreas com possibilidade de cooperação mútua: é um ganho apontar o tratamento cognitivo da pragmática, aqui, como um dos melhores candidatos a adicionar plausibilidade às teorias sobre comunicação disponíveis na comunidade filosófica. Tal ganho parece ter sido

¹³ Trata a pragmática de acordo com a tradição do “*pragmatic waste basket*”, pela qual ela é uma “cesta” onde se joga, indistintamente, tudo aquilo que a semântica não consegue tratar sistematicamente.

¹⁴ Não necessariamente aquele aos quais nos mostraremos simpáticos mais adiante.

percebido, inclusive, por alguns dos chamados teóricos da relevância¹⁵, como Robyn Carston. A autora, por exemplo, afirma:

... ‘pragmática’ é uma capacidade da mente, um tipo de sistema de processamento de informações, um sistema para interpretar um fenômeno particular no mundo, nomeadamente o comportamento comunicativo humano [...]. É um objeto próprio de estudo em si mesmo, não mais a ser visto como um adjunto da semântica da linguagem natural. Posto em um esquema científico-cognitivo, esse tipo de teorização pragmática responde a muitas fontes diferentes de evidência e critério de adequação de qualquer investigação filosófica analítica. Por exemplo, evidências do desenvolvimento comunicativo de crianças, de pessoas com dificuldades ou déficits comunicativos e expressivos específicos e de certos experimentos psicolinguísticos sobre compreensão podem bem ter um lugar em uma explicação de como o sistema pragmático funciona, como podem também fatos sobre o funcionamento e arquitetura de outras capacidades mentais que interagem com o sistema de compreensão, assim como a faculdade da linguagem e o assim chamado mecanismo da ‘teoria da mente’ para interpretar o comportamento das pessoas em termos de alguns de seus estados mentais (crenças, desejos, intenções). (CARSTON, R. *Thought and Utterances: The Pragmatics of Explicit Communication*. Oxford: Blackwell, 2002).

A questão da compreensão, pelo viés puramente filosófico, por sua vez, procura, principalmente (quase exclusivamente), usar *intuições* como forma de evidência. E o debate filosófico entre minimalismo e contextualismo será marcado pelos esforços de uma posição em afirmar a superioridade de suas intuições – graças a maior elaboração, refinamento ou quantidade – com relação às intuições exploradas pela posição rival. Entraremos nesse embate também. Nosso capítulo II será sobre a qualidade das evidências intuitivas contextualistas. E o nosso capítulo III fecha as discussões específicas sobre a questão da compreensão, discutindo qual das duas posições – minimalismo ou contextualismo – tem melhor adequação empírica cognitiva. E nossa conclusão procura mostrar que o contextualismo leva o melhor nesse debate

Então, o objeto de nosso trabalho é, mais amplamente, a distinção entre semântica e pragmática; entretanto, mais especificamente, é a discussão sobre como essa distinção pode sofrer alterações a partir de dados que levam em conta uma abordagem filosófica e uma abordagem cognitiva da forma como compreendemos usos que fazemos da linguagem natural.

¹⁵ As teorias da Relevância são aquelas que colocam o princípio da relevância no centro da concepção da comunicação: o comunicador sempre pressupõe a máxima relevância de sua mensagem; a mensagem sempre vem com uma garantia de relevância, pois comunicar é sempre chamar a atenção dos outros, e, portanto, isso tem que “valer a pena”. A relevância de uma mensagem se mede da seguinte maneira: ela é diretamente proporcional à quantidade de “consequências contextuais” que se pode tirar da afirmação feita (mensagem), e inversamente proporcional ao esforço necessário para tirar essas consequências.

Isso, a partir de um caso, o dos adjetivos comparativos e o tratamento recebido por eles de ambos contextualistas e minimalistas. Mas, antes conheçamos melhor as duas posições.

1.2. Contextualismo

Há pelo menos duas formas de definir o contextualismo: em oposição ao minimalismo e positivamente. Em oposição ao minimalismo, o contextualismo sustenta que, dada certa evidência, a sensibilidade contextual genuína de expressões da linguagem comum não é restrita apenas a indexicais e demonstrativos. Positivamente, o contextualismo é um conjunto de observações acerca da plasticidade de sentido – “o fato de que tokens de uma mesma expressão-tipo em uma linguagem nem sempre expressam o mesmo *Sinn* em diferentes contextos de enunciação”. (LECLERC, A. “*Meanings, Actions and Agreements*”. In *Manuscrito* (UNICAMP), v. 32, n.1, p. 249-282, 2009).

Contextualistas, então, precisam realizar algumas tarefas. A primeira é mostrar dados em favor de sua tese positiva e convencer leitores de que a comunicação pode ser bem-sucedida, mesmo aceitando-se a plasticidade de sentido. E a segunda é mostrar que: (1) é uma posição preferível ao minimalismo; (2) e que o tal fenômeno de plasticidade de sentido não pode ser explicado pelo apelo à polissemia ou ambigüidade ou elipse etc.¹⁶.

Definir o contextualismo, contudo, pode gerar uma impressão ilusória de que estamos diante de uma única teoria. Mas, isso é apenas uma imprecisão de linguagem, gerada por intenções didáticas de explicar melhor o que desejamos investigar. A chave para uma boa compreensão do contextualismo, por sua vez, está em investigar o que são contextos e quais são suas relações com a semântica. Por isso, nossa próxima subseção tratará da temática “contextos e semântica”. Mais adiante, veremos algumas posições contextualistas – suas terminologias, seus compromissos metodológicos etc. Assim, esperamos ter um panorama resultante das motivações do contextualismo, do que sustentam seus defensores e por que motivos julgar que estamos diante de uma teoria com vantagens sobre seus opositores, os minimalistas – que conheceremos a partir da nossa próxima seção.

1.2.1. Contextos e Semântica

Sempre que ouvimos falar em contextualismo semântico, somos remetidos, direta ou indiretamente, a alguma concepção do que são contextos de uso. Às vezes, até precisamos de

¹⁶ Isso, pelo menos, para o que C & L chamam de contextualista radical. Acreditamos que o moderado precisa mostrar que (1), mas não precisa ser comprometer com (2).

uma compreensão mais robusta e elaborada do termo para começarmos uma discussão; mas, fato é que a maioria dos iniciantes nas discussões sobre o debate contextualismo/minimalismo tem apenas uma parca, vaga e frouxa noção de contexto a seu dispor. Tendo isso em mente, então, dedicamos esta subseção a estabelecer quais as noções de contextos a que precisaremos remeter, vez por outra, ao longo deste trabalho. E também procurar oferecer um rápido panorama das relações entre contexto e semântica nas várias formas de contextualismo.

O conceito de contexto aparece quando tomamos enunciações como ações, como atos de fala de certo tipo. Isso porque ações são eventos, ocorrências espaço-temporais; e não é diferente no caso do discurso: da ação comunicativa. Qualquer falante competente de uma língua sabe *como usá-la* (como fazer coisas com ela) – quais as máximas conversacionais que deve respeitar, que estados intencionais são corretos em certas situações etc. – e reconhece que atos de fala influenciam situações – por exemplo, quando vai a um casamento e ouve o juiz ou o padre dizer “Eu vos declaro marido e mulher” ou quando promete algo (para usar alguns exemplos sagrados por Austin (AUSTIN, J. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962)) – e vice-versa.

Enfim, deixando de lado maiores detalhamentos sobre o aparato gramatical que falantes usam, estamos interessados no modo como contexto e conteúdo podem interagir¹⁷.

Há um que é aceito por minimalistas, descrito por Leclerc (2009), como se segue:

Significados, nessa concepção, são regras (ou funções, se você preferir) cujo domínio permite a falantes-ouvintes aplicarem um termo corretamente em quaisquer novas circunstâncias. Índices com diferentes coordenadas têm sido adicionados ao aparato da *model-theoretical semantics* para lidar com alguns casos limitados de dependência contextual (indexicais e demonstrativos), onde parte do significado é estável (caráter), mesmo se o conteúdo muda de um contexto para outro. (LECLERC, 2009, p. 2).

Os índices mencionados são *n-tuples* de fatores contextuais. Suas coordenadas incluem falante, localização, tempo; e, em casos de demonstrativos, saliência¹⁸. Lewis (LEWIS, D. “*Scorekeeping in a Language Game*”. *Journal of Philosophical Logic*, v.8, p.

¹⁷ Como foi bem colocado por Stalnaker: “Atos de fala são dependentes de contexto: seus conteúdos (e, assim, o modo como se intenciona que eles afetem a situação) dependem não apenas das propriedades sintáticas e semânticas dos tipos de expressão usadas, mas também dos fatos sobre a situação na qual as expressões são usadas. Essas duas simples observações apontam para dois papéis diferentes que um contexto desempenha: ele é ambos: o objeto sobre o qual atos de fala agem e a fonte de informação relativa à qual atos de fala são interpretados.” (STALNAKER, R. “*On the Representation of Context*”. *Journal of Logic, Language and Information*, v. 7, p. 3-19, 1998, p. 5)

¹⁸ A saliência é um dos componentes variantes – semanticamente relevantes – de um contexto de atribuição. Em termos gerais, um aspecto (objeto, propriedade, evento, informação lingüística etc.) do mundo é saliente para um sujeito, em um contexto de atribuição, caso se sobressaia aos demais aspectos percebidos.

339-359, 1979) fala também em fatores pressupostos, como *standards* de precisão, enquanto parâmetros contextuais passíveis de variação. Esses fatores isoláveis, então, competem para a atribuição de conteúdo, nos casos de indexicalidade e para desambiguação, determinação da referência etc. Essa é uma noção de contexto que chamaremos de ‘contexto frástico’ (ou contexto da frase).

Há, contudo, outra noção de contexto, que é a de contexto extralingüístico: que inclui, além de falante/tempo-espço, informações pressupostas – tais como informações veiculadas por atos de fala anteriores, conhecimento enciclopédico de mundo – intenções de falantes, implicaturas conversacionais.

Por que supor essa distinção entre tipos de contexto? Como já dissemos, há um contextualismo de tendências mais moderados – e seu objetivo será encontrar mais coordenadas para enriquecer os índices contextuais e expandir a abrangência da dependência contextual. Já o contextualismo de pretensões mais radicais defenderá que há uma dependência contextual que afeta quase todas as expressões que usamos na linguagem comum, dadas as informações contidas no contexto extralingüístico. Estaremos sempre tentando diferenciar um tipo de contextualismo do outro, quanto às suas pretensões e utilizações da noção de contexto. Por isso, a importância de distinguir duas noções.

Com tentaremos defender um contextualismo de pretensões moderadas, o que entenderemos por contexto, nas porções positivas deste trabalho, é o frástico, uma vez que estamos interessados apenas na sensibilidade contextual de adjetivos comparativos e os parâmetros contextuais isoláveis que participam dessa sensibilidade¹⁹.

A seguir, veremos algumas dessas posições contextualistas (radicais e moderadas). Não defenderemos especialmente nenhuma delas, mas apenas um formato geral de contextualismo moderado.

1.2.2. Algumas teses contextualistas

Dizer que uma expressão é dependente de contextos é dizer que tal expressão é suscetível de ser afetada – gerando variações, incompletude – por um ou mais fatores da situação na qual o ato de fala que a contém é realizado. E é, na raiz, a dependência contextual que qualquer contextualista almeja defender. Há versões mais ou menos formalistas,

¹⁹ É inevitável, neste ponto, avançar um pouco na argumentação. Na seção 3.1.3, afirmamos que o parâmetro contextual que afeta o significado de adjetivos comparativos são as classes de comparação e que elas são constituintes inarticulados (“em certo sentido”) da frase. Como é um constituinte da frase que está inarticulado, mas participa da geração de suas condições de verdade, então as classes de comparação estão no contexto frástico.

nomenclaturas distintas, contribuições mais ou menos substanciais, mas é isso (a dependência de expressões ou proposições de contextos), enfim, que o contextualismo tem em vista²⁰.

Primeiramente, queremos apontar uma linha contextualista que chamaremos, simplesmente, de formalista. Ela começa, para nossos propósitos, com os trabalhos sobre semiótica de Richard Montague (MONTAGUE, R. “*Pragmatics*”. In. Klibansky, R. (ed.), *Contemporary Philosophy: A Survey*. Florence, Nuova Italia Editrice. p. 102-22, 1968) e seu modelo matematizado da semântica. No que diz respeito particularmente à pragmática – e os estudos de indexicais –, Montague teve seu trabalho continuado por nomes como Lewis e Stalnaker, além de Kamp (KAMP, H. “*Formal Properties of ‘Now’*”, *Theoria* v. 37, p. 227-73, 1971). Um aspecto em comum entre eles é a compreensão de significados (ou condições de verdade) como *funções*. Para Stalnaker (STALNAKER, R. “*Pragmatics*”, *Synthese* v. 22, p.272-89, 1970), por exemplo, proposições (depois de desambiguação) são funções de mundos possíveis para valores de verdade, onde os mundos possíveis são parâmetros contextuais. Já Lewis (LEWIS, D. “*Index, context and content*”. In. Kanger, S. and Öhman, S. (eds), *Philosophy and Grammar*. Dordrecht: Reidel, p. 79-100, 1981), distingue uma bi-dimensionalidade da dependência contextual: ela é tomada como contextual propriamente ou indexical, na qual valores de verdade são funções de contextos e índices. A principal contribuição *desses* teóricos para o que temos a dizer sobre dependência contextual, aqui, foi isolar quais aspectos de um contexto podem interessar para casos de evidência de sensibilidade por parte de uma expressão.

O grupo que mais importa para nossos intuitos é dos contextualistas contemporâneos – os interlocutores, por excelência, de Cappelen e Lepore, em *IS* –, como resolvemos denominá-los. Dois deles são Jason Stanley e Zóltan Gendler Szabó. Em seu artigo conjunto, (“*Nominal Restriction*”. In G. Preyer and G. Peter (eds.), *Logical Form and Language*. Oxford: Oxford University Press, p. 265-88, 2002b.), ambos defendem um contextualismo de pretensões moderadas, apontando evidências sintáticas de sensibilidade contextual para quantificadores. Tais evidências indicam que há um *lugar de argumento* oculto na estrutura sintática de quantificadores a ser preenchido em contexto. No exemplo,

(2) Muitos estudantes foram reprovados.

²⁰ Talvez pela sua origem não autoral, mas, ao contrário, paulatina e diversificada, um modo acertado de caracterizar o contextualismo seja como *tendência*.

de acordo com os autores, o contexto restringe o domínio de “muitos”, indicando se são muitos alunos de todas da sala de aula, dentre as turmas de determinado ano letivo ou da escola.

Essa estratégia de Stanley – de usar evidências sintáticas em favor da sensibilidade contextual de uma expressão ou outra, a partir do recurso a argumentos de subordinação (e lugares de argumento na forma lógica) – está presente também em seu artigo sobre constituintes inarticulados (“*Making It Articulated*”. *Mind & Language*, v. 17, p.149-68, 2002a) E será um tópico importante de discussão no nosso capítulo III, assim como foi para o capítulo 6, de IS. Szabó (SZABÓ, Z.G. “*Sensitivity training*”. *Mind & Language*, v. 21, n.1, p.31-38, 2006), por sua vez, tem argumentos contra as críticas de Cappelen e Lepore ao contextualismo moderado – aos quais também faremos menção no capítulo III.

Outros contextualistas que têm destaque em IS são Charles Travis, Anne Bezuidenhout, François Recanati e Robyn Carston. E, por isso, apresentaremos, rapidamente, esquemas de suas posições e/ou suas principais contribuições para a literatura contextualista contemporânea.

Às argumentações de Travis e Bezuidenhout, C & L aplicam críticas de inconsistência interna e inadequação empírica. No capítulo III, veremos as respostas dos próprios Travis e Bezuidenhout, especificamente, às críticas de inadequação empírica, sustentada na alegada reprovação de suas argumentações em testes de sensibilidade (que serão apresentados no capítulo III).

Bezuidenhout (BEZUIDENHOUT, A. “*Truth-Conditional Pragmatics*”. *Philosophical Perspectives*, v. 16, p.105-34, 2002) tem claras preocupações com o tipo de sensibilidade contextual no qual o contextualista deve estar interessado. De acordo com o que procura sustentar, esse tipo de sensibilidade não é nem ambigüidade, nem polissemia, nem elipse, nem outras formas identificadas de sensibilidade semântica discriminadas no texto. C & L discordam completamente dessa sua afirmação e evidenciam tal discordância em diversas passagens de IS²¹.

Travis é outro dos contextualistas preferidos de C & L. Os exemplos que utiliza ilustram a principal noção preliminar de sua argumentação, apontada em *Unshadowed Thought* (TRAVIS, C. *Unshadowed Thought: representation in thought and language*. Cambridge, Harvard University Press, 2000): o conceito de entendimento. Para compreendê-lo bem, vejamos o exemplo de Pia e da mesa de estudo. Pia é uma estudante universitária que

²¹ Uma, em especial, será tratada no capítulo II, seção 2.5.2.

pergunta a seu amigo, Mark, se há uma mesa na sala do seu novo companheiro de sala; ao que Mark responde: “Depende do que você quer dizer com ‘mesa’. Se você conta uma porta sobre duas caixas de leite como uma mesa, então sim, se não conta, então não”. (TRAVIS, 2000, p. 3). Ora, segundo Travis, uma única palavra *pode* ter mais de um entendimento, na dependência das contribuições da situação de uso: é nela que falantes-ouvintes decidem o que conta como o(s) objeto(s) denotado(s) por aquela palavra. Ele diz:

Especificamente nada sobre o que ser uma mesa é ou sobre o que é ser uma [mesa] enquanto tal requer ou exclui contar uma porta deitada sobre duas caixas de leite como uma mesa [...] Fazê-lo não ofende ou ignora nenhum requerimento que um objeto deve, na natureza do caso, satisfazer para ser uma mesa. Nem conflitaria com o que ser uma mesa é para recusar chamar tal item de uma mesa [...] Tudo isso só elabora a idéia natural de dependência que Mark expressou. (TRAVIS, 2000, p. 4)

Essa forma de contextualismo, que tem raízes na noção de convenções demonstrativas Austin (AUSTIN, J. “*Truth*”. In. *Philosophical Papers*, 3ª Edition, Oxford: Clarendon Press, 1979)²², inspira C & L A se insurgirem, com alegações de que sua aceitação torna a comunicação impossível (cf.: C & L, 2005, p. 123-127). E é bom tê-la em mente sempre que o nome “Travis” aparecer ao longo do trabalho.

Outro nome que aparecerá muito nos capítulos porvir é o de Recanati. Na verdade, muito do que escreveremos de argumentativo, a partir do próximo capítulo, tem inspiração em algumas de suas idéias.

Em *Literal Meaning* (RECANATI, R. *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004), Recanati defende o eliminativismo do significado, posição segundo a qual a compreensão lingüística corresponde a um único processo de abstração, que toma usos prévios de termos como input e devolve, como output, os sentidos assumidos em contexto. Ele diz:

No quadro resultante, palavras não estão primitivamente associadas a ‘condições de aplicação’ abstratas, constituindo seus sentidos convencionais (como na visão fregeana). As condições de aplicação para palavras devem ser determinadas contextualmente, como a referência de indexicais. (RECANATI, 2005, p. 190)

Essa é apenas uma apresentação bastante geral e sintetizada do que procura defender Recanati e das conseqüências de sua posição. Aquilo que mais nos interessa no que Recanati

²² Relaciona palavras (entendidas como asserções) a *situações históricas* no mundo. De acordo com o autor, apenas as convenções demonstrativas podem ser portadoras de verdade, já que só elas lidam com alegações (asserções).

tem a dizer são suas considerações sobre o modelo psicológico que dá suporte ao minimalismo. O que veremos no capítulo III.

Sobre esse ponto também Carston terá muito a dizer. Uma das principais objeções ao minimalismo é sua: ela sustenta que a noção de proposição mínima – que veremos nas próximas seções – não desempenha qualquer papel psicológico que o conteúdo do ato de fala já não desempenhe. A concepção de conteúdo semântico de C & L, então, não passaria de um *Idle Wheel*. Essa preocupação com adequação empírica (psicológica) e com as funções da pragmática são reflexos de sua posição mais geral: de sua concepção cognitivo-científica da pragmática, como sistema de processamento e interpretação de estímulos comunicativos. Uma posição com pretensões que cobriam muito mais espaço do que podemos oferecer. O que importa, então, é manter a atenção para as suas colaborações para o debate minimalismo/contextualismo.

Voltando à nossa pergunta inicial: o que todos esses teóricos defendem em comum que interesse no debate minimalismo/contextualismo? Resposta: que contextos influenciam mais a significação do que supõem os minimalistas. E sempre que falarmos em contextualismo, essa é a primeira definição a ter em mente.

1.3. Do Proto-literalismo ao Minimalismo Semântico

Nesta seção, discutiremos um breve histórico da tradição lingüístico-filosófica chamada de literalismo. Nosso propósito é oferecer uma visualização mais detalhada das origens do minimalismo e, ao refazermos a trajetória das primeiras idéias da posição até *Insensitive Semantics*, deixar ainda mais claras quais as principais características do rival do contextualismo. Recanati define assim o literalismo:

De acordo com a posição dominante em filosofia da linguagem, nós podemos legitimamente atribuir conteúdo vero-condicional a uma frase, independentemente do ato de fala para o qual a frase é usada. Essa posição [...] eu chamo de ‘literalismo’. (RECANATI, F. “*Literalism and Contextualism: Some Varieties*”, In. Gerhard Preyer & Georg Peter (eds.). *Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning and Truth*. Oxford: Oxford University Press, p.171-96, 2005a, p. 171)

Segundo Recanati também, em sua origem, defensores do literalismo estavam interessados apenas em linguagens formais e reservavam-se do dever de investigação para com as linguagens naturais; uma vez que essas eram consideradas “defeituosas”, dada a

presença de fenômenos como a indexicalidade e a ambigüidade. Essa primeira visão – de viés “logicista” – dos estudos da linguagem é denominado de proto-literalismo.

Uma segunda visão aparece com o nome de *eternalismo*. Ela se diferencia do proto-literalismo simplesmente pelo fato de considerar e se pronunciar sobre a presença de indexicalidade nas linguagens naturais. Contudo, a posição não traz avanços substanciais para o tratamento da indexicalidade: essa deixa de ser vista como defeito – como era o caso para os proto-literalistas – e passa a ser vista como *não-essencial*. De acordo com os eternalistas, há frases eternas²³ às quais frases com indexicais podem se reduzir. O eternalismo, no entanto, foi perdendo espaço à medida que as frases da linguagem natural passaram a ser vistas como irredutivelmente indexicais.

Outra visão literalista foi o convencionalismo, definido como se segue:

Esta noção de conteúdo de uma frase (com respeito a um contexto) é sustentada como distinta da noção pragmática de conteúdo do ato de fala. Pois são as convenções lingüísticas, não as intenções dos falantes (ou as crenças dos ouvintes a respeito das intenções do falante) aquilo que fixa o conteúdo da frase com respeito a um contexto. Assim, o nome ‘convencionalismo’ é a visão de que *as condições de verdade de uma frase são fixadas pelas regras da linguagem independentemente de considerações pragmáticas*. (RECANATI, 2005a, p. 173)

Essa posição também perdeu espaço, quando se tornou comum conceder que as intenções dos falantes desempenham papel importante nos usos de demonstrativos, por exemplo. Não que esses usos não sejam regulamentados por regras lingüísticas, mas eles recorrem a noções não-semânticas, como saliência. “A referência semântica termina sendo parasitária da referência do falante aqui” (RECANATI, 2005a, p. 174). Recanati diz ainda:

Essa dependência do significado do falante é um aspecto característico das expressões semanticamente indeterminadas que estão infiltradas na linguagem natural. Seu valor semântico varia de ocorrência para ocorrência, contudo não varia como uma função de algum aspecto objetivo da situação de enunciação, mas como uma função de *o que o falante quer dizer*. (RECANATI, 2005a, p. 174)

O minimalismo, então, aparece como uma boa alternativa diante do convencionalismo. Ele procura estabelecer que nosso interesse pelo que o falante quer dizer deve ser submetido a convenções lingüísticas. Ou seja, só se deve recorrer a contextos, quando o conteúdo semântico é afetado pela falta de algum ingrediente. Por exemplo, no caso de indexicais e demonstrativos, o recurso a contextos é obrigatório. Como resultado, o minimalismo assume

²³ Não consta nenhuma caracterização mais robusta do que são frases eternas, em Recanati (2005a), mas a noção está presente em Quine (QUINE, W.V.O. *Word and Object*. Cambridge: The MIT Press, 1960).

que os únicos processos pragmáticos que podem entrar em cena no âmbito vero-condicional são aqueles linguisticamente controlados. Resumindo: “Finalmente, o minimalismo reconhece o papel do significado do falante na determinação das condições de verdade, mas insiste em que o apelo do significado do falante é sempre subordinado a (ou controlado pelo) significado convencional da frase” (RECANATI, 2005a, p. 175).

No entanto, esse minimalismo de Recanati (2005a) é apenas uma interpretação do que Cappelen e Lepore dizem expressamente sobre sua posição. Eles usam as seguintes palavras para apresentar o que é o minimalismo:

O minimalismo semântico pode ser apresentado em uma forma mais elaborada como a conjunção das seguintes sete teses:

(1) Uma das proposições expressas por uma enunciação genuína de uma frase do inglês é a proposição semanticamente expressa.

(2) Que há uma proposição semanticamente expressa é pressuposto por uma visão coerente da comunicação lingüística, i.e., visões que falham em reconhecer uma proposição semanticamente expressa [...] são incoerentes.

(3) Toda sensibilidade semântica contextual (i.e. sensibilidade contextual que afeta a proposição semanticamente expressa) é gerada por um componente frasal articulado (i.e., sintaticamente, morfológicamente).

(4) Existem apenas umas poucas expressões sensíveis a contextos na linguagem natural [...]

(5) Para fixar ou determinar a proposição semanticamente expressa por uma enunciação de uma frase *S*, siga os passos (a) – (e):

(a) Especifique o significado (valor semântico) de cada expressão em *S* (fazendo isso de acordo com sua teoria semântica favorita [...]).

(b) Especifique todas as regras de significado proposicional para o inglês (fazendo isso de acordo com sua teoria semântica favorita; novamente, nós insistimos em que o minimalismo semântico é neutro entre posições diferentes de como tratar melhor a composicionalidade).

(c) Desambigüe todas as expressões ambíguas/polissêmicas em *S*.

(d) Precise todas as expressões vagas em *S*.

(e) Fixe o valor semântico de todas as expressões sensíveis de *S*.

(6) A proposição semanticamente expressa por uma enunciação *u* de uma frase declarativa *e* não exaure todo o conteúdo do ato de fala de *u*. Uma enunciação de uma frase *S* tipicamente diz, assere, declara etc. uma

ampla gama de proposições em adição à proposição semanticamente expressa.

(7) Um corolário epistêmico da tese 6, um que não pode ser enfatizado o suficiente, é que intuições sobre, e evidências para, o conteúdo do ato de fala não são evidências diretas para o conteúdo semântico: uma intuição de que uma enunciação *u* disse que *p* não é, nem *prima facie*, uma evidência de que *p* é a proposição semanticamente expressa por *u*. Isso é assim, não importa o quanto refinada, refletida [...] a intuição em questão seja. (C & L, 2005a, p. 144) ²⁴

Há pontos, entretanto, de clara convergência entre a descrição de Recanati e aquela apresentada por C & L ²⁵.

Quanto à justificativa desta seção: é o ganho de conhecer um possível percurso do minimalismo e conhecer suas motivações, determinando, com maior precisão, que estamos tratando de uma forma literalista de entender a comunicação. Uma impressão exposta por Recanati e valiosa de se preservar é a de que o literalismo passou por um processo de enfraquecimento e que, na verdade, o minimalismo é um de seus últimos estágios rumo a uma vigência mais dominadora do contextualismo.

Nosso trabalho, como dissertação negativa, será procurar formas de recusar as afirmações (3) e (4) – na citação acima. Nosso último capítulo apresenta uma refutação ao argumento minimalista por eliminação: que tenta mostrar que duas formas reconhecidas de contextualismo são falhas e equivocadas. Mas, por enquanto (dados os propósitos do capítulo I), ainda precisamos elaborar nossa definição da porção positiva da posição de Cappelen e Lepore. Por isso, na próxima seção, conheceremos o pluralismo dos atos de fala que complementa o minimalismo semântico de IS.

1.4. O pluralismo dos atos de fala

O pluralismo dos atos de fala entra no cenário do debate minimalismo/contextualismo com a função de diferenciar o conteúdo semântico de uma frase de ‘o que é dito’ por ela. Na verdade, o que essa função do Pluralismo dos atos de fala (PAF) ²⁶ oferece mesmo ao minimalismo de C & L é a possibilidade de uma divisão de trabalho entre semântica e pragmática que deixa os trabalhos da semântica ao seu nível mínimo, carregando a enunciação de todas as outras “responsabilidades” quanto à comunicação.

²⁴ Sempre que falarmos em minimalismo, a partir de agora, é essa descrição que teremos em mente.

²⁵ Como, primeiramente, o fato de eles não se reconhecerem como herdeiros diretos de eternalistas ou proto-literalista.

²⁶ Como o pluralismo dos atos de fala será chamado, de agora em diante.

O PAF, então, estabelece que uma frase como:

(2) Rudolf tem o nariz vermelho.

Expressa a proposição de que *Rudolf tem o nariz vermelho*, e esse é seu conteúdo semântico. Contudo, o que é dito, asserido, declarado, afirmado pela frase é radicalmente diferente do que é semanticamente expresso por ela. Suponha-se, por exemplo, que, em um contexto A, Rudolf é um palhaço, observado por Gugu, uma criança de quatro anos, que enuncia (2). Agora, pensemos em um segundo contexto, no qual Rudolf é um senhor que sofre com o frio ao tentar limpar a neve acumulada na frente de sua garagem. Um amigo pode usar a mesma (2) para dizer, asserir, declarar que o Rudolf tem o nariz vermelho por conta do frio. Pode, ainda, dizer, declarar, asserir que Rudolf está sofrendo tanto com o frio que tem o nariz vermelho. O que o amigo de Rudolf diz/assere/declara é bem distinto do que Gugu diz/assere/declara, no contexto A, ao falar do nariz vermelho de plástico do palhaço que observa. A frase (2) ganha ainda outro conteúdo de ato de fala, se pensarmos em um contexto em que a mãe de Gugu explica para ele que Rudolf é a rena de nariz vermelho do Papai Noel.

Assim, esses aspectos mudam o que *relatamos* sobre o que foi dito por (2). E o resultado é que não há *uma única* coisa correta dita por (2) e, tampouco, *um único* relato correto do que foi dito por (2). C & L explicam melhor esse indeterminismo dos atos de fala – apresentado como corolário:

Em outras palavras, o Pluralismo sobre o conteúdo dos atos de fala se aplica tanto para frases que reportam algo sobre o que as enunciações do falante dizem como às enunciações dos falantes reportados [...] Não há nenhuma meta-linguagem na qual o conteúdo do ato de fala seja fixado e determinado. O Pluralismo se aplica todo o tempo. (C & L, 2005a, p. 199)

Outro ponto acerca do pluralismo dos atos de fala diz respeito ao que os autores reconhecem como *Centrismo da Enunciação*, posição que sustenta que a determinação do conteúdo de uma enunciação depende, exclusivamente, das informações sobre falantes e interlocutores em seus contextos comuns. C & L se opõem veementemente a essa visão:

Pensamos que fatos não-conhecidos ou não-disponíveis para o falante (ou seus interlocutores) podem fazer diferença. Suposições feitas por pessoas que não têm nada mesmo a ver com o contexto original de enunciação podem fixar aquilo que é dito pelo falante. (C & L, 2005a, p.201)

Contra o Centrismo da enunciação, então, o Pluralismo dos atos de fala é elaborado de forma a aceitar que, em casos como (2), supondo-se que Rudolf, o palhaço de nariz vermelho

observado por Gugu, é também ‘o assassino do presidente’, umas das coisas corretas que se pode reportar de (2) é que ‘Gugu disse que o assassino do presidente tem nariz vermelho’. E esse novo corolário do PAF significa que falantes não têm acesso privilegiado ao conteúdo do que dizem. Gugu, por exemplo, não sabe que Rudolf é ‘o assassino do presidente’ – ou, pelo menos, não se pode supor que saiba *simplesmente* porque é o falante de (2). Nem, tampouco, Gugu precisa acreditar que o palhaço é ‘o assassino do presidente’ para que o relato de (2) descrito acima seja correto.

Um outro corolário do PAF consiste na recusa da idéia²⁷ de que o valor semântico de uma enunciação é verdadeiro apenas se a crença que ela expressa for verdadeira. C & L recusam esse princípio – chamado de Princípio da Crença Verdadeira – por algumas razões conseqüentes de sua teoria positiva, dentre as quais a mais imediata é que eles não acreditam que uma enunciação expressa *apenas uma* crença verdadeira, de modo que o conteúdo da enunciação não pode ser *equivalente a uma única* crença.

Assim, os corolários do PAF²⁸ são:

- (1) A (irremediável) indeterminação do conteúdo do ato de fala;
- (2) A bi-dimensionalidade contextual, de acordo com a qual contextos outros, que não o contexto comum entre falantes e interlocutores, competem para a geração do que é dito por uma enunciação;
- (3) A posição não-privilegiada dos falantes quanto ao que dizem;
- (4) A não-equivalência entre conteúdo semântico e crença expressa;

E, quase que como uma conseqüência natural dos quatro corolários acima:

- (5) Dizer e implicar estão no mesmo domínio: na pragmática²⁹.

Algo interessante sobre o PAF é que ele não é apresentado por seus autores como uma teoria, mas, mais precisamente, como um *conjunto de observações*. O principal motivo para essa caracterização cautelosa é a marcante indeterminação e a conseqüente falta de sistematicidade presentes na posição. Como C & L aceitam que toda teoria deve possuir

²⁷ Expressa por Hawthorne (HAWTHORNE, John. *Knowledge and Lotteries*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 99).

²⁸ Que parecem surgir de observações negativas sobre outras teorias disponíveis. Isso sugere que o PAF, como o minimalismo específico de IS, tem raízes negativas e origens mais amplas e observações metodológicas.

²⁹ Segundo Recanati (2004), Grice coloca o que é dito do lado do significado literal e do significado do enunciado (o que é dito é obtido só por saturação), e o que é implicado vai do lado do significado do locutor, na pragmática. O quinto corolário, então, vai contra o que Grice sustenta, mas não é incompatível com o contextualismo, que faz do que é dito uma noção pragmática. Assim, um contextualista também aceita (5).

sistematicidade, torna-se irresponsável tratar o PAF como uma teoria a rigor. Outro motivo é que os autores se descreverem como “*naive about speech act content*” – ingênuos quanto ao conteúdo do ato de fala. Tomam tal conteúdo como evidente, claro e exposto em nossos atos de fala. Ou seja, o conteúdo do ato de fala não é algo oculto que necessite de uma teorização profunda para evidenciá-lo; basta atentarmos para intuições e considerações relevantes e nossas observações acerca dele se tornam corretas. Eles dizem:

Intuições e suposições não-teóricas sobre o conteúdo do ato de fala podem, é claro, ser abandonadas se considerações teóricas importantes nos levarem a rejeitar intuições específicas ou considerações gerais. Nós não estamos, contudo, cientes de quaisquer intuições ou considerações relevantes para os casos que discutimos aqui.

Como, então, identificamos os casos claros que tomamos como relevantes? Bem, nós simplesmente sentamos aqui no café da 5th Street e pensamos sobre como as pessoas dizem algo e o que elas dizem sobre o que as pessoas dizem. Então, nós checamos com outros, sentados em mesas vizinhas, para assegurar que nossas reações não são idiossincráticas. E, finalmente, nós checamos se existem razões insuperáveis para rejeitar essas observações. (C & L, 2005a, p. 191).

Assim, se fôssemos definir, em algumas poucas frases, ‘o que é’ o PAF, diríamos: é um conjunto de observações, que contém uma observação central e cinco corolários, cuja fundamentação empírica tem caráter intuitivo e ingênuo. É também uma posição assistemática – C & L diriam irremediavelmente assistemática –, que toma dados sobre ‘o que é dito’ e ‘o que é relatado’ como base de suas conclusões, das quais a que melhor resume a posição é a indeterminação do conteúdo do que é dito, visto que fatos e relações que não estão nos contextos originais podem influenciar a interpretação de enunciações.

Essa forma de tratamento da comunicação assume que ‘o que é dito’ é influenciado pelo contexto extralingüístico um que inclui não apenas parâmetros semanticamente relevantes, mas uma gama bem maior de elementos. Cappelen e Lepore (cf.: C & L, 2005a, p. 193) incluem aí fatos sobre as intenções do falante, fatos sobre o contexto conversacional, outros fatos sobre o mundo e relações lógicas. E isso significa que, na verdade, eles admitem maior influência contextual do que o termo “minimalista” pode sugerir a princípio.

As distinções entre o que defendem C & L e teses contextualistas moderadas também são bastante claras. A primeira delas é que o moderado está interessado em evidências de sensibilidade específica ao contexto, para além da indexicalidade, mas de mesmo formato: uma sensibilidade *semântica*. Isso, C & L só reconhecem nas expressões do *Basic Set* (que

contém só indexicais e demonstrativos) e julgam não haver intuições ou considerações suficientemente fortes para roubar a correção de seu posicionamento.

Um moderado também não recusaria os corolários (2) e (3) do PAF, precisamente com relação ao conteúdo de *relatos*, mesmo sem assumir a generalidade de (1), (4) e (5). Isso, simplesmente, porque ele não assume que ‘o que é dito’ é influenciado pelo contexto extralingüístico, mas procura tipos de sensibilidade específicos em que fatores semanticamente isoláveis do contexto lingüístico possam ser identificados para a construção de observações corretas.

Deixando o embate contextualismo moderado/PAF de lado, uma última observação. O reconhecimento da ausência de sistematicidade do Pluralismo dos atos de fala é um ponto de honestidade de C & L. E reconhecemos que ele aponta para uma problemática interessante em toda essa discussão sobre o debate contextualismo/minimalismo: a possibilidade mesma de construção de uma teoria filosófica sobre variação, sensibilidade na comunicação. Vale lembrar, contudo, que C & L reconhecem no minimalismo, pelo menos, uma teoria – ou uma “conjunção de várias teses”. E, no contextualismo radical, também. O preço da moderação para alguns contextualistas, então, fica sendo o não-reconhecimento de suas posições como teorias a rigor; mas, tal preço não precisa ser tomado como alto, dados os ganhos da cautela. Pode-se bem continuar construindo conjuntos de observações corretas sem formato sistemático ou generalista, que são, diga-se de passagem, resultados válidos para qualquer investigação.

1.5 *Insensitive Semantics*

A qualquer interessado em *Insensitive Semantics*, se lhe fosse solicitado definir a obra, certamente, haveria pouca dificuldade em localizá-la no cenário mais geral da filosofia da linguagem: é, sem dúvidas, um livro sobre linguagem comum, sobre como “fazer” semântica e sobre o confronto de duas posições rivais. Também não seria difícil identificar o viés da obra: trata-se de um livro de análise metodológica. E, por último, quanto às suas pretensões, pode-se elencar facilmente pelo menos três: uma positiva, uma crítica e uma revisionista. Todo o estilo metódico de escrita em *IS*, na verdade, evidencia essa clareza de propósitos, temática e posições – muito embora, naturalmente, ela não garanta a ausência de boas objeções ao conteúdo do livro. C & L descrevem assim sua obra:

Nosso objetivo não é defender ou forçar uma visão extrema de nenhuma classe particular de expressões, muito menos da sensibilidade contextual em

geral. *IS* é, ao contrário disso, sobre semântica. Aquilo com que nos preocupamos nele é a interação entre certas suposições metodológicas básicas. (C & L. “*Response*”, *Mind & Language*, v. 21, n.1, p.50-73, 2006b, p.51)

Para começar, então, estamos diante de um livro que lida com a questão da sensibilidade semântica e duas tendências que assumem suposições básicas bastante distintas quanto a ela. Se por um lado, C & L defendem a compatibilidade entre semântica vericondicional e minimalismo semântico e a não-confiabilidade de intuições como evidências; por outro, o grupo de que eles chamam de contextualistas defendem uma radical ou moderada expansão da noção kaplaniana – distintiva – de sensibilidade contextual e o recurso a intuições sobre atos de fala para a determinação do conteúdo semântico.

No livro, C & L gostam de se referir à sua posição como absurda para seus opositores, em grande desvantagem de número e tradição – muito embora, segundo vimos neste capítulo, o minimalismo tenha raízes longínquas:

Alguns filósofos mais bravos que nós saíram em defesa de conclusões extremamente surpreendentes (como a visão epistêmica da vagueza ou o realismo sobre mundos possíveis). Eles estavam preparados para defender tais visões contra o que Lewis chamou de ‘olhar incrédulo’. Alguns como Lewis e Williamson fazem isso com enorme sucesso. O modo como alguns de nossos críticos caracterizam o nosso livro faz parecer que nós nos propomos a fazer algo semelhante (mas de forma menos bem-sucedida): defender uma visão extrema de ‘pronto’, ‘suficiente’, adjetivos comparativos ou da sensibilidade contextual em geral. (C & L, 2006b, p. 50-51)

Mas, claramente, apontar certa absurdidade na posição de C & L não é padrão – exceto como resposta ao tom já incisivo e duro das críticas deles próprios, como de Recanati (2006). Em geral, tende-se a falar do minimalismo como um herdeiro de uma longa linhagem literalista e do contextualismo como proposta mais recente – pós-austiniana, muito embora possa se defender que há teses contextualistas aqui ou ali bem antes de Austin.

Sobre o viés de *IS*, já dissemos tratar-se de uma obra de análise metodológica. Em um sentido, é uma análise das virtudes metodológicas do contextualismo, daí sua pretensão crítica. Em sentido oposto, *IS* traz em si um conjunto de compromissos metodológicos endossados por seus autores. Tais compromissos são: a negação de uma concepção semântica dos atos de fala – pela qual conteúdo do ato de fala e conteúdo semântico são radicalmente distintos –; rejeição dos argumentos de variação contextual – cuja melhor caracterização veremos mais adiante, no capítulo II – e que testes são boas evidências de sensibilidade contextual. Sobre o último ponto, eles comentam:

Nós não afirmamos que não há conexões informativas ou interessantes entre intuições sobre o conteúdo dos atos de fala e conteúdo semântico. Uma forma de explorar intuições sobre o que é dito ao se enunciar S, de forma a localizar seu conteúdo semântico, é identificar testes que ajudam teóricos a se focar no conteúdo do ato de fala que uma ampla gama de enunciações de S compartilham ou no conteúdo que você apreende se seu conhecimento do contexto de enunciação é mínimo. (C & L. *Précis of Insensitive Semantics. Philosophy and Phenomenological Research* (v.73, n. 2, p. 428-429 2006a)

Esses compromissos metodológicos estão espalhados por toda a obra, figurando nas páginas em que C & L lidam com objeções – como os capítulos 11 e 12 – tanto quanto nos momentos de crítica³⁰ e de apresentação de sua posição.

Esses tais momentos de crítica correspondem a observações acerca dos compromissos metodológicos e das conclusões de diferentes contextualistas, agrupados em dois tipos, distinguidos de acordo com suas pretensões: mais moderadas ou mais radicais. Os de pretensão moderada serão acusados de instabilidade, os de pretensões radicais, de inadequação empírica e inconsistência interna. Os primeiros serão atacados por meio de críticas à estrutura de sua argumentação e os últimos, principalmente, por meio de testes de sensibilidade.

E, só então, depois de afastar as possibilidades concorrentes, C & L chegam à sua posição: uma junção de minimalismo semântico e de pluralismo dos atos de fala – apresentados nos capítulos 10 e 13.

1.5.1. Contextualismo para adjetivos comparativos frente à semântica insensível de C & L

Nossa discussão é, sem dúvidas, sobre o contextualismo em geral; contudo, é, em uma última instância, uma análise de caso: da semântica de adjetivos comparativos. O que tentamos fazer, aqui, é colocar os adjetivos comparativos sob observação, atentando para qual dos dois pólos do debate minimalismo/contextualismo tem melhores posicionamentos com relação à suposta sensibilidade desse tipo de expressão.

Adjetivos comparativos são expressões do tipo “alto”, “baixo”, “rico”. Elas possuem a particularidade de insinuarem a presença de contribuições não-explicítas a seus sentidos. Isso, pelo menos, em uso. Por exemplo, usar “rico” significa associar a seu termo lexical uma informação do tipo ‘para um jogador de futebol’ ou ‘para um professor universitário’.

³⁰ Iremos conhecê-los melhor no capítulo II desta dissertação. Em *IS*, estão no trecho p. 39-143.

Alguns desses adjetivos, como os referentes à altura (e suas variações de gênero e número) podem também ser chamados de *adjetivos gradativos*, porque envolvem escalas de gradação. Por tais escalas, estabelece-se o que significa, para algo/alguém, ser alto ou baixo, em termos de graus de altura ou baixeza – podendo-se ser ‘mais alto que’ ou ‘menos baixo que’ etc. Optamos por chamar, mesmo os adjetivos que permitem gradação, de comparativos, para que nossos casos amostrais sejam menos restritos. Queríamos tratar não apenas de “alto” e “baixo”, mas de “rico” também. Por que esses casos exatamente – uma vez que há outros adjetivos com as mesmas características? Porque é sobre eles *em especial* que Stanley, McFarlane, C & L etc. falam, quando tratam do tema dos comparativos. E nós estaremos interessados, especificamente, nos casos de usos predicativos dessas expressões. Do tipo:

(4) Martha Stewart é rica.

Mas, afinal, o que é afirmar um contextualismo sobre comparativos? Primeiramente, pode ser, simplesmente, aplicar uma versão radical de contextualismo ao caso específico em questão. Uma segunda opção – que é aquela que adotaremos – é afirmar um contextualismo sobre adjetivos comparativos sem se comprometer com a generalidade/radicalidade da posição. O tipo de evidência utilizado com esse intento serão intuições. E, ao fim, a adequação das impressões geradas por essas evidências a ciências empíricas sobre mente e linguagem.

No contexto de *IS*, afirmar um contextualismo para um tipo específico de expressão é cair no escopo das objeções ao contextualismo moderado – posição que deseja expandir o *Basic Set*. Já dissemos – e diremos mais sobre isso adiante – que não queremos reafirmar, aqui, um contextualismo moderado aos moldes caracterizados por C & L. O que entendemos por contextualismo moderado é o reconhecimento da sensibilidade contextual de qualquer expressão fora do *Basic Set*, mas de um tipo que não precise ser entendida, necessariamente, como indexicalidade. Assim, assumir um contextualismo para adjetivos comparativos é afirmar que sua semântica é sensível, sofrendo variação de sentido, na dependência de contextos – e/ou afirmar que as frases compostas por tais adjetivos não formam proposições completas sem o recurso a contextos de enunciação. Isso significa que a porção positiva do que teremos a dizer sobre adjetivos comparativos terá que lidar com as objeções contidas nos capítulos 3, 4, e 5 de *IS*. Mais, teremos que afastar também a opção minimalista do tratamento da semântica dos comparativos, apresentada nos capítulo 10 e 13.

Ora, uma última observação: C & L dedicam uma parte muito pequena de *IS* ao caso dessas expressões (cf.: C & L, 2005a, pp.21-22). Desse modo, quando estivermos falando de objeções ao contextualismo moderado, estaremos importando essas objeções do único caso discutido em *IS*: dos quantificadores. Mas, como contextualismo moderado é uma qualificação mais geral, um tipo, todas as implicações de assumir uma versão devem estar também em outras versões semelhantes. No próximo capítulo, tentaremos afastar as objeções expostas em C & L (2005a), procurando mostrar a estabilidade do contextualismo moderado, pelo menos aquele que procura defender a sensibilidade semântica dos adjetivos comparativos.

CAPÍTULO II

CONTEXTUALISMO MODERADO SEM CONTEXTUALISMO RADICAL

Consta, já nas considerações preliminares de *I S*, não apenas que o contextualismo semântico é uma teoria com duas espinhas dorsais distintas, que são teses centrais de dois “contextualismos distintos” (um radical, outro moderado), mas que as duas posições são amplamente refutáveis, inconsistentes e empiricamente incorretas. E uma parte considerável dos esforços de C & L está em levantar críticas convincentes aos dois tipos de contextualismo semântico, com o intuito de enfraquecê-los para, só então, construírem uma argumentação favorável à sua própria teoria semântica, o minimalismo.

A refutação ao contextualismo moderado afirma, basicamente, que tal posição é internamente inconsistente, porque, uma vez que ela seja aceita, segue-se, forçosamente, a aceitação também do contextualismo radical. Qualquer tentativa de frear essa passagem – de uma forma de contextualismo para outra –, é arbitrária, e arbitrariedade é uma forma de inconsistência não-lógica³¹. A idéia é a seguinte: o contextualista radical e o contextualista moderado se utilizam do mesmo tipo de argumentação – cuja caracterização mais detalhada será apresentada na próxima seção. Tal argumentação procura explorar a presença de intuições acerca de supostas variações na semântica de expressões e/ou frases, dadas típicas situações cotidianas de fala. Assim, desde que usa as mesmas evidências que o radical, C & L defendem que o contextualista moderado não tem qualquer boa razão para estar sensível a argumentos em favor da sensibilidade contextual de apenas uma ou outra expressão lingüística e estar insensível a argumentos em favor de um alcance mais geral do fenômeno. Como não tem condições de frear sua conversão forçosa à posição radical, o moderado tem apenas duas opções: ou abandona sua moderação e assume o contextualismo radical ou mantém-se, arbitrariamente, em sua posição original, incorrendo em inconsistência teórica.

A crítica ao contextualismo radical, por sua vez, procura, basicamente, mostrar que a posição não dá conta, adequadamente, de nossas práticas lingüísticas reais. Eles buscam sustentá-la através de três testes de sensibilidade contextual semântica³². Sobre isso, Cappelen

³¹ É uma inconsistência por se manter sem boa justificação, mas não gera contradição.

³² Não discutiremos, neste capítulo, as objeções específicas ao contextualismo radical, muito embora Cappelen e Lepore afirmem que elas também se aplicam ao contextualismo moderado – só não se dão ao trabalho de aplicá-las, eles mesmos, porque julgam que a objeção de que trataremos neste capítulo já é decisiva o suficiente. Assim, apenas elencaremos e explicaremos, rapidamente, os três testes de sensibilidade. O primeiro deles estabelece que uma expressão sensível a contextos deve bloquear o discurso indireto (sem aspas). Por exemplo, tomando-se “amanhã”. Carlos diz: “Eu vou *amanhã*”; e, no dia seguinte, alguém precisa reportar a frase de Carlos a José. Nesse caso, ele teria que dizer: “Carlos disse que vem *hoje*”. Não é possível manter o mesmo termo, já que a variação contextual determina (não apenas a mudança de falante), mas de tempo. O segundo teste estabelece que,

e Lepore afirmam: “A sedução do contextualista radical funciona apenas em alguém cujo foco está em um grupo absurdamente limitado de atos comunicativos.” (C & L, 2005a, p. 87). Os testes, em contrapartida, dariam conta de nossas práticas lingüísticas reais e sua relação com informações contextuais – de maneira adequada e satisfatória. Mais adiante, lidaremos, especificamente, com os tais testes de sensibilidade, mas já é possível adiantar que os consideraremos restritivos, no sentido de que reconhecem uma única forma de sensibilidade contextual – a indexicalidade –, quando a maioria dos filósofos da linguagem e lingüistas concede que tal fenômeno tem alcance consideravelmente mais extenso³³. E tentaremos mostrar, com base na literatura sobre o tema, que os testes são falhos e permitem contra-exemplos.

Neste capítulo, então, fixar-nos-emos apenas na crítica ao contextualismo moderado³⁴. Nossos passos serão os seguintes. Na próxima seção, apresentaremos, em pormenores, as formas de argumentação contextualista. Na seção 2.2, apresentaremos, mais demoradamente, a crítica de Cappelen e Lepore ao contextualismo moderado. Na seção 2.3, começaremos a parte propriamente positiva da argumentação, na qual apresentamos um critério e começamos a analisar a validade e amplitude da crítica de Cappelen e Lepore. Por fim, procuramos mostrar que o contextualismo moderado pode ser sustentado sem instabilidade.

2.1. Argumentações Contextualistas

Contextualistas fazem uso de muitas estratégias em seus argumentos³⁵, dentre as quais duas se destacam: os argumentos de variação contextual (*Context Shifting Arguments*) e os argumentos de incompletude (*Incompleteness Arguments*). Eles servem para verificar e defender o que Recanati (2006) chamou de *condição de variação contextual* e *condição de incompletude*, dois critérios-padrão de reconhecimento de sensibilidade contextual. Ele

tomando-se uma frase verbal contendo uma expressão semanticamente sensível a variações contextuais, do tipo “A v-s”, não se segue que se “A v-s” e “B v-s” são verdadeiras, há um contexto em que “A e B v-s” é verdadeira. Por exemplo, se é dito: “João saiu *ontem*” e “Manoel saiu *ontem*” verdadeiramente, não se segue que “João e Manoel saíram *ontem*” seja verdadeira em algum contexto. Por fim, o terceiro teste estabelece que uma expressão é sensível a contextos, se for possível usar uma frase com tal expressão, verdadeiramente, em um contexto, e usar a mesma frase, falsamente, em outro contexto. Por exemplo, a frase S (“Ela é francesa”). Se o referente for Catherine Deneuve, S é verdadeira, mas se o referente for Anna Karina, S é falsa. Para mais, cf.: C & L, 2005a, p. 87-113.

³³ Recanati (2006); GROSS, S. “Can one sincerely say believe what one doesn’t believe?” *Mind & Language*, v. 21, n.1, p.11-20, 2006; Szabó (2006).

³⁴ Desde que o objetivo desta dissertação é lidar com tratamentos possíveis da semântica dos adjetivos comparativos, e sendo o tratamento contextualista específico para adjetivos comparativos que tentaremos defender, moderado, não nos deteremos nas críticas ao contextualismo radical. Neste capítulo, apenas mencionamos tal posição, sem apresentar análises ou defesas dela.

³⁵ Para algumas delas, c.f.: C & L, 2005a, Capítulo I.

afirma: “Quando as duas condições são encontradas [...] nós podemos concluir que a expressão em questão é sensível a contextos.” (RECANATI, 2006, p. 22)

Argumentos de variação contextual funcionam da seguinte maneira. O contextualista nos apresenta uma elocução (*E*), usada em dois (ou mais) contextos diferentes de enunciação (*C*, *C'*,...). Tais exemplos são retirados de situações cotidianas de uso da linguagem comum (*L*), daí sua eficiência em despertar intuições. Essas intuições, supostamente, sugerem que proposições diferentes (*p* e *p'*), foram expressas pela mesma elocução *E*, nos tais contextos apresentados (*C* e *C'*, respectivamente). Nesse ponto, o contextualista procura oferecer uma explicação para as intuições. Para ele, o conteúdo semântico de *E* varia.

Eis um exemplo de argumento de variação contextual, sendo a elocução analisada:

(3) Justine é uma filósofa³⁶.

Tomando (3), consideremos os seguintes contextos de enunciação. (C1), no qual Justine é uma pessoa pouco reflexiva e sem posicionamentos, muito embora seja uma filósofa profissional. Em uma conversa na universidade onde trabalha, um professor recém-chegado pergunta qual a formação de Justine, ao que um de seus colegas de departamento responde (3). Agora, consideremos (C2), onde Justine é uma pessoa bastante reflexiva e com posicionamentos intelectuais sobre diversas questões, muito embora não seja uma filósofa profissional. Em uma reunião familiar, seu pai – divertindo-se com as idéias da filha – enuncia (3).

Agora, o contextualista pede que chequemos nossas intuições sobre uma suposta variação nos valores de verdade de (3). De acordo com ele, tais intuições indicam que, em (C1), (3) é verdadeira, embora, em (C2), a mesma (3) seja falsa. Isso ocorreria porque, em (C1), (3) é verdadeira se Justine é uma *filósofa profissional*; enquanto que, em (C2), (3) é verdadeira se Justine é *uma pessoa reflexiva e intelectualmente posicionada*. Seguindo os moldes da lingüística, então, é em evidências desse tipo que os contextualistas sustentam, empiricamente, suas teses. É, assim, suposto, por eles, que intuições são bons guias para a determinação do conteúdo semântico.

Elas também constituem o arcabouço de evidências do segundo tipo de argumento mais usado pelos contextualistas, o de incompletude. Um argumento de incompletude funciona de forma um pouco diferente, comparativamente aos argumentos de argumentos de variação contextual. Nele também, o contextualista apresenta uma elocução *E*, em contextos

³⁶ Exemplo retirado e sutilmente modificado de C & L, 2005a p. 47.

de enunciação. Em seguida, pede que chequemos nossas intuições acerca das proposições que são geradas pela enunciação de *E*, no(s) contexto(s) oferecido(s). A diferença está em que, no caso dos argumentos de incompletude, o contextualista deseja mostrar que uma enunciação de *E*, sem informações contextuais, é incapaz de gerar proposições completas. Por exemplo, ao considerarmos a elocução:

(4) Aço não é forte o suficiente³⁷.

Para o contextualista, nossa intuição é de que a proposição expressa, em (4), é incompleta: ela ainda permite a pergunta “para que?”, sem cuja resposta uma avaliação semântica precisa de (4) não é possível³⁸. Há também estratégias mistas, que combinam os dois argumentos e os dois tipos de intuições. Nelas, exploram-se duas intuições diferentes, porém associadas: (a) de que, dependendo-se das informações em contexto, enunciações podem variar de conteúdo semântico; (b) de que enunciações não expressam proposições completas, sem informações contextuais.

A diferença entre um tipo de contextualismo e outro, quanto ao uso dos tipos de argumentos apresentados nesta seção, está “apenas” em apresentar as condições de variação contextual e incompletude como agindo sobre todas – para o radical – ou apenas algumas – para o moderado – expressões ou frases. Veremos que esse passo faz toda a diferença para a sustentação da crítica de C & L ao contextualismo moderado. A crítica, na verdade, restringe-se aos argumentos que envolvem *context shifting* (variação contextual) – combinados ou não a outras estratégias. Por isso, deixaremos os argumentos de incompletude em sua forma isolada de lado – por enquanto –, focando-nos apenas nos Argumentos de Variação Contextual (AVCs)³⁹ e nos Argumentos mistos (AMs)⁴⁰.

2.2 A crítica de Cappelen e Lepore ao contextualismo moderado

Começemos por refrescar a memória com o que já foi dito sobre a crítica de Cappelen e Lepore ao contextualismo moderado. Basicamente, ela consiste em defender que, dada a

³⁷ C & L, 2005a, p. 34.

³⁸ Muito do que será discutido nas páginas porvir tem a ver com a noção de proposição completa. Assumimos que uma proposição completa (ou conteúdo vero-condicional completo) é aquilo que é apreendido ao fim do processo de compreensão de uma frase e que usa todas as informações disponíveis necessárias para a realização desse processo. Casos de erro, não compartilhamento de contextos ou compreensões abstratas de expressões – que conheceremos melhor no Capítulo III – são exceções, nas quais o que se tem à disposição gera apenas um conteúdo mínimo não-elaborado e não computa todas as informações tipicamente necessárias.

³⁹ Como chamaremos os argumentos de variação contextual doravante.

⁴⁰ Como chamaremos os argumentos mistos doravante.

semelhança de argumentação entre contextualistas moderados e radicais – uso de AVCs e AMs, pelos dois tipos de contextualista –, os argumentos moderados são instáveis e caem, forçosamente, em contextualismo radical – que é uma posição insensata e empiricamente incorreta. Isso se dá, porque as evidências do contextualismo moderado consistem na exploração de intuições acerca do conteúdo do que é expresso por elocuições em contexto. Dado que essa é também o tipo de evidências do contextualista radical, não há, então, boas razões para que um sujeito seja sensível aos argumentos moderados e não o seja aos argumentos dos contextualistas radicais. Qualquer tentativa de manter-se em sua posição original, assim, leva o contextualista moderado à inconsistência argumentativa.

Além desse ponto, a crítica insiste em que, a princípio, seria possível criar argumentos de variação contextual para qualquer frase da linguagem comum⁴¹. A primeira motivação interessa-nos mais. E eis o modo como C & L a sustentam: roubam exemplos e conclusões de contextualistas radicais e as empurram, como forçosamente plausíveis, para os moderados.

Como fica claro, então, o estilo argumentativo, em *IS*, é bastante localizado. Para sustentar a crítica de inconsistência dos AVCs, Cappelen e Lepore, simplesmente, recorrem a sete casos⁴² mencionados por contextualistas radicais. Em cada um deles, os esforços se concentram em destacar as intuições supostas pelo contextualista. Em seguida, eles voltam a um argumento moderado⁴³ e tentam mostrar que as intuições são de mesma ordem.

Ao lidar com tal crítica, manteremos o mesmo estilo localizado de argumentação. Iremos a cada um dos exemplos mais significativos, apresentando o argumento contextualista e averiguando se ele evidencia um caso real de sensibilidade semântica. O que chamamos de “caso real de sensibilidade semântica” é o tipo de sensibilidade atestada pelos usos normais das expressões sob análise. Em outros termos, assumimos que, para que uma expressão seja tomada como sensível a contextos, uma amostragem empiricamente considerável de seus usos deve atestar tal sensibilidade. A sensibilidade de que buscamos tratar não pode, então, ser própria de usos opcionais.

Uma preliminar que precisa ser registrada e discutida, contudo, é quanto à qualidade das intuições como guias teóricos confiáveis. C & L não as tomam assim; reconhecem sua qualidade como guias apenas para umas poucas expressões, justamente aquelas que passam

⁴¹ Pode-se, sim, afirmar que é possível. Contudo, o tipo de intuição despertada por tais exemplos não satisfaria os critérios e restrições que estabeleceremos mais adiante.

⁴² Trataremos de três deles nas próximas seções. Os outros quatro serão apontados em notas de rodapé.

⁴³ No caso do livro, o argumento moderado paradigmático não envolve a semântica dos adjetivos comparativos, mas quantificadores. Basicamente, estamos nos valendo da afirmação de C & L de que *nenhuma* versão de contextualismo moderado se sustenta. Assim, tomamos os mesmos argumentos da crítica, aplicando-os ao caso do contextualismo moderado, só que acerca de adjetivos comparativos.

nos três testes de sensibilidade. Desse modo, exceto com relação ao nicho representado pelo *Basic Set*, defendem que não há sentido em falar-se sobre intuições como evidências.

Começemos por recusar o papel que C & L atribuem às intuições. Em primeiro lugar, porque não julgamos correto assumir nenhum argumento de *distintividade*⁴⁴ com relação à indexicalidade, como fazem os autores de *IS*⁴⁵. Neste capítulo, não buscamos nos comprometer com limites para uma generalização da sensibilidade contextual, mas apenas desejamos defender que é possível ampliá-la para um novo caso. Em segundo lugar, porque embora concordemos com C & L que intuições podem ser “armadilhas” semânticas – uma vez que, dentre outras razões⁴⁶, veiculam também informações não-semânticas – acreditamos que, em se refinando tipos de intuição, é possível driblar certos incômodos. Para tal, é necessário apenas que as intuições exploradas indiquem: (a) variações em uma amostragem ampla de casos (com exemplos contrastantes, preferencialmente); (b) que tais variações não são geradas por mecanismos opcionais.

Utilizando-nos desses dois requisitos (ou melhor, duas restrições), procuraremos enfrentar C e L em dois pontos (correlacionados):

- (a) Quanto à noção limitadora de conteúdo semântico;
- (b) Com relação à sua idéia de que moderados e radicais se utilizam das *mesmas* evidências.

Com relação ao primeiro ponto, procuraremos mostrar que o papel da proposição mínima – a noção minimalista de conteúdo semântico – é muito restrito. Ele tem alguma relevância apenas para os casos de erro ou não compartilhamento de informações pressupostas⁴⁷. Quanto ao último ponto, na seção 2.3., apresentamos, novamente, as restrições e um critério que as intuições de contextualistas moderados devem obedecer para bloquearem o efeito da crítica de C & L.

⁴⁴ De acordo com o qual: “A generalização da sensibilidade contextual é inaceitável, porque há algo distintivo – assim, não generalizável – sobre indexicais e as outras expressões sensíveis a contextos que têm sido listadas na literatura mais antiga sobre o tópico (as expressões do *basic set*)”. (RECANATI, 2006. p.23-24).

⁴⁵ Argumentaremos em favor disso, no próximo capítulo.

⁴⁶ Partem de uma relação não tão desejável, para alguns, entre conteúdo semântico e conteúdo do ato de fala – que já discutimos no capítulo anterior –, usa meios não-treinados, e etc. Para mais, ler: BACH. K. “*Seemingly Semantic Intuitions*”, In Campbell, M., O’Rourke, and D. Shier (eds.). *Meaning and Truth: Investigations in Philosophical Semantics*. New York: Seven Bridges Press, p. 284-92, 2002.

⁴⁷ Casos como, por exemplo, de leitura de um livro, no qual o escritor não conhece o contexto do leitor e não pode inferir nada acerca de suas pressuposições. Ou casos de erro, como quando se supõe que o interlocutor tem uma informação que ele não tem ou quando as informações não batem e etc.

2.2.1. Lidando com o minimalismo: proposição mínima, uma noção limitadora do conteúdo semântico

Nesta subseção, nós trataremos da noção de proposição mínima, apresentando alguns de seus “pontos fracos”, com base nas críticas presentes em obras de Carston (“*Linguistic Communication and the Semantics/Pragmatics Distinction*”. *Synthese* v.165 n.3, p. 321–345, 2008), Stanley (*Knowledge and Practical Interests*. Oxford: Oxford University Press, 2005) e em McFarlane (MCFARLANE, J. “*Semantic Minimalism and Nonindexical Contextualism*”. In Gerhard Preyer & Georg Peter (eds.). *Context-Sensitivity and Semantic Minimalism: New Essays on Semantics and Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, p. 240-50, 2007). Procuraremos também mostrar por que motivos tal noção é menos interessante do que a idéia de proposição (ou condições de verdade) intuitivamente expressa (s), que será a noção de conteúdo semântico que assumiremos.

Esse passo é importante, porque C & L apresentam a proposição mínima – o conteúdo invariante e compartilhado de uma expressão – como a forma mais razoável de se pensar o conteúdo semântico. Desde que nosso objetivo geral, aqui, é tentar mostrar que o conteúdo semântico de uma expressão é, ao contrário, variante, o enfrentamento do minimalismo e os primeiros passos de seu afastamento, enquanto posição adversária, acabam sendo ganhos indiretos.

Carston (2008) apresenta uma grande vantagem – para alguns – na idéia de proposição mínima: ela mantém a semântica completamente vero-condicional, já que uma proposição mínima deve ser uma proposição completa e avaliável. Outro ponto forte seria seu papel cognitivo único como conteúdo compartilhado, salvaguardando a possibilidade de realização da comunicação lingüística em contextos de erro ou incompletude informacional.

Contudo, sua crítica está, justamente, em atacar essa última suposição. Ela traz à tona o fato de que C & L reconhecem que as intenções dos falantes também podem interferir no conteúdo semântico (cf.: C & L, 2005a, p. 148). Tal seria o caso dos indexicais e de expressões homônimas, por exemplo. Essa concessão põe em risco a noção de conteúdo compartilhado, uma vez que, se alguma parte do conteúdo semântico permite intervenções pragmáticas que gera variação, já não se pode garantir que tal conteúdo seja realmente compartilhado em *todos* os contextos. E a única razão para se preferir a noção de proposição mínima à posição de Carston (que afirma que o conteúdo semântico corresponde *unicamente* ao significado lingüisticamente codificado e contextualmente invariante) seria sua robustez, por incluir a semântica de indexicais.

Outra crítica vem de Stanley (2005). E essa pode ser considerada particularmente mais desafiadora. Ela diz respeito a que tipo de entidade a proposição mínima é. Por que, afinal, supor (e acreditar) que aquilo que é compartilhado por diferentes enunciações (em diferentes contextos) de uma mesma expressão se trate de uma proposição? Tal crítica se aproxima bastante da de McFarlane (2007). McFarlane toma como base casos de expressões com adjetivos comparativos, como “O Pico do Jabre é alto”. De acordo com sua abordagem, a frase pode ser prafaseada nos seguintes termos: “O Pico do Jabre é *simplesmente* alto”, onde “(*simplesmente*) alto” corresponderia ao conteúdo compartilhado por todas as enunciações de “O Pico do Jabre é alto” (para o adjetivo comparativo “alto”). A questão para o minimalista é mostrar que (ou melhor, *se*) há um mundo possível onde “simplesmente alto” expressa uma propriedade verdadeira. McFarlane apresenta um experimento tentando mostrar que uma frase do tipo “O Pico do Jabre é alto [para um F (sendo F uma classe de comparação)]” é mais forte semanticamente do que “O Pico do Jabre é *simplesmente* alto”. Tais críticas – as de Carston (2008), Stanley (2005) e MacFarlane (2007), aqui, apenas rapidamente apresentadas –, então, atacam a noção de proposição mínima em três frentes: (a) questionando o funcionamento de argumentos que assumem tal noção; (b) questionando as motivações para assumi-la e (c) questionando sua adequação empírica.

A noção de proposição intuitiva consegue lidar, adequadamente, com os três ataques. No que concerne a (a), veremos, ao longo deste capítulo, como a noção de proposição intuitivamente expressa – pelo menos para adjetivos comparativos – funciona semanticamente de forma mais eficiente que a proposição mínima. Com relação a (b), temos claras motivações para assumir a noção de proposição intuitiva, dadas argumentações plausíveis que tomam evidências de que o conteúdo de expressões em uso está ligado a intuições sobre o que é comunicado – e veremos exemplos disso ao longo do capítulo. No que diz respeito a (c), por sua vez, o grande trunfo da proposição intuitivamente expressa são os argumentos existentes sobre sua realidade psicológica – que veremos no próximo capítulo. Assim, de agora em diante, assumiremos – ora explícita, ora implicitamente – a noção de proposição intuitivamente expressa como conteúdo semântico.

2.3. O Critério de Opcionalidade e Algumas restrições

O critério de opcionalidade (ou *Optionality Criterion*) foi formulado por Recanati (2004) e apela, na sua aplicação, para situações imaginárias. Ele estabelece que, considerando-se uma frase na qual um ingrediente contextual – correspondente a um parâmetro contextual variável

– parece ser oferecido, se for possível pensar em um uso normal da mesma frase, sem tal ingrediente, é porque sua provisão é opcional. Nas palavras do próprio Recanati, o teste consiste em responder à pergunta: “Você consegue imaginar um contexto no qual as mesmas palavras sejam usadas normalmente e uma declaração avaliável quanto a seu valor de verdade seja feita, embora tal ingrediente não seja provido?” (RECANATI, 2004, p. 101). Não é opcional, então, a provisão de expressões que geram respostas negativas ao teste⁴⁸.

Explicando melhor; primeiramente, Recanati assume que ingredientes contextuais opcionais são caracterizados pelo fato de que sua provisão não é requerida pelas convenções lingüísticas que regem o tipo particular de construção (lingüística) em questão. Assim sendo, o Critério pode ser usado para identificar casos em que as intuições acerca de variação contextual não são relevantes nem significativas.

No entanto, o Critério de Opcionalidade não auxilia na escolha de possibilidades. Primeiramente, é preciso pensar em um uso “absoluto” da expressão *e* que o contextualista supõe variar. Em seguida, verificamos se, em tais casos, certas informações são providas e se a frase expressa uma proposição completa⁴⁹ – e não for o caso, temos uma indicação de que estamos diante de um exemplo de sensibilidade contextual relevante; se for o caso, a indicação é de que estamos diante de um caso de sensibilidade contextual opcional.

O Critério é tomado por Recanati para servir ao caso dos domínios de quantificação, mas, da mesma forma que estamos usando os argumentos da crítica ao contextualismo moderado, em sua versão acerca dos quantificadores, expandindo-os para outras versões de contextualismo moderado, assumimos que o critério também possa ser usado para outros casos de usos não-opcionais, como dos adjetivos comparativos.

⁴⁸ É importante fazer-se uma ressalva ao critério, tal como ele é reformulado por Recanati, que preserve o que temos a dizer, mais adiante, sobre adjetivos comparativos (e que já foi adiantado no capítulo I). É perfeitamente possível pensar-se em um contexto, em um mundo possível diferente do atual, em que, por exemplo, todos os seres existentes têm a mesma altura ou o mesmo nível de riqueza. E, nesses casos, as nossas convenções lingüísticas, para usos de adjetivos comparativos, indicariam ou a ausência de classes de comparação (ingredientes providos contextualmente que indicam ‘relativamente a que ou quem’ se é alto, baixo ou rico) ou um ‘valor nulo’ para elas. Assim, considerando-se a possibilidade desses contextos serem imaginados, o critério deve ser reelaborado da seguinte forma: ‘você consegue imaginar um contexto, *no mundo atual, tal como são as coisas nele*, no qual as mesmas palavras sejam usadas normalmente e uma declaração avaliável quanto a seu valor de verdade [*ou seja, completamente vero-condicional*] seja feita, embora tal ingrediente não seja provido?’ Observe que as convenções lingüísticas poderiam continuar sendo as mesmas, mas o modo como as coisas são mudaria. Esse modo de reapresentar o critério garante que restrinjamos nossas intuições ao mundo no qual vivemos. Conseqüentemente, torna-se necessário frisar o quanto pouco conclusivo é, afinal, o critério de opcionalidade. O próprio Recanati afirma não estar convencido da força do critério. Cf.: RECANATI, F. *On truth-conditional Pragmatics*. Oxford: Clarendon Press, 2010.

⁴⁹ Daí ser tão importante tratarmos da noção de proposição mínima; ela consiste na escolha minimalista de “uso absoluto”.

Vejamos, agora, o que diz respeito ao caráter significativo das intuições. Bem, por significativo, como já dissemos, entendemos *empiricamente* significativo. Reforçamos, então, no que se segue, as restrições que já apresentamos anteriormente⁵⁰, dando-lhes “nomes”. São elas:

R1. As evidências intuitivas usadas em argumentos de variação contextual devem ser significativas (empiricamente), ou seja, presentes em uma amostragem ampla de casos da linguagem comum;

R2. O tipo de sensibilidade evidenciada por tais intuições *não* pode ser explicado por processos empiricamente conhecidos, porém especiais, de sensibilidade semântica.

Vale ressaltar que *a apresentação dessas restrições é feita pelos próprios Cappelen e Lepore* (cf.: C & L, 2005a, p. 39-47). Nossa intenção é mostrar que, ao pensá-las, deixaram um espaço livre para certas manobras que podem favorecer o contextualista moderado e afetar as bases de sua crítica. Para tal, precisamos apenas mostrar um caso de contextualismo moderado, no qual a tese passa pelas restrições – e/ou pelo critério de opcionalidade. Depois, precisamos checar os mesmos casos de contextualistas radicais que C & L apontam como tão tentadores para os moderados, mostrando que eles não passam pelas restrições e/ou pelo critério. Por fim, então, só resta concluir que o contextualismo moderado explora formas de intuição distintas e que, por isso, não precisa ceder ao contextualismo radical, mantendo-se, pelo menos em uma versão, como uma via possível, estável e sustentável. Começamos a realizar tal tarefa nas seções que se seguem.

2.4. Um argumento moderado: Adjetivos Comparativos

Nesta seção, trataremos da versão de contextualismo moderado que defenderemos: ela procura estabelecer que adjetivos comparativos devem ser adicionados ao *Basic Set*. Primeiramente, analisaremos alguns exemplos de usos do adjetivo “baixo”, o tratamento contextualista de sua semântica e o tratamento rival, em oposição. Em seguida, faremos o mesmo com alguns exemplos de uso do adjetivo “alto”, incluindo uma amostragem contrastante.

⁵⁰ Tais restrições são apenas *indicadores de sensibilidade* – oferecendo o grau de significância empírica e generalidade. Assumiremos que, para um caso ser considerado de uso opcional, basta que ele não satisfaça *uma* das restrições.

Por fim, veremos de que vantagens o contextualista moderado dispõe – se dispõe – para se desviar da crítica de C & L.

Começemos, então, por tomar os seguintes exemplos de argumentos de variação contextual:

(5) Aquele prédio é baixo.

(6) Romário é baixo.

Agora, imaginemos uma enunciação de (5), feita por um transeunte da Avenida Paulista; e uma enunciação de (6), feita por um repórter esportivo sobre o ex-atacante do Vasco, Romário. Quais as intuições quanto à semântica de “baixo”, nos casos em questão? Segundo o contextualista (moderado), as intuições indicam que há uma variação na semântica da expressão e nas condições de verdade das frases das quais é parte. No caso de (5), “Aquele prédio é baixo” é verdadeira se o prédio em questão é baixo para um prédio da Avenida Paulista (algo como ter menos de 10 metros de altura). Já no caso de (6), “Romário é baixo” é verdadeira se Romário tem altura inferior à média de brasileiros adultos do sexo masculino (algo como ter em torno de 1,60 ou menos de altura). Em outros termos, de acordo com o tratamento moderado, quando dizemos que “Romário é baixo”, temos em mente um grupo, ou melhor, uma *classe comparativa* à qual Romário está relacionado. Ela é tomada a partir de nosso conhecimento prévio de quem é (ou do que é Romário), ou seja, a partir de informações contextuais prévias (e por composicionalidade)⁵¹.

Em contrapartida, C & L (2005a) também possuem uma forma de tratar a semântica dos adjetivos comparativos, justamente em termos de proposição mínima. Nos casos acima, por exemplo, quando um transeunte da Avenida Paulista diz “Aquele prédio é baixo”, a proposição mínima expressa pela frase seria (tomando a compreensão de McFarlane): *aquele prédio é (simplesmente) baixo*. Qualquer variação (ou impressão de variação) no que é expresso, para C & L, é gerada no âmbito do conteúdo do ato de fala, não do conteúdo semântico e, assim sendo, deve ser explicada em termos de Pluralismo dos atos de fala.

Mas, o que significa ser “simplesmente baixo”? *No limite*, “simplesmente alto” e “simplesmente baixo” expressam propriedades das quais qualquer objeto com alguma dimensão vertical (da base para cima, a partir de uma superfície) pode ser uma instância.

⁵¹ Os dois casos procuram mostrar *quando* certas informações sobre classes de comparação – das quais trataremos melhor no próximo capítulo – são relevantes. No caso de (5), a avenida em questão é relevante, já que prédios da av. Paulista, em geral, são especialmente altos; contudo, no caso de (6), como atacantes de times de futebol não têm altura-padrão, considerar tal informação acerca de Romário, para o estabelecimento do significado de “baixo”, não é relevante. No caso de Romário, a classe de contraste mais pertinente é apenas a de “adultos brasileiros do sexo masculino”.

Um dos grandes problemas da noção de proposição mínima (além dos outros que já vimos) está em que ela pode gerar um resultado indesejado: desvirtua-se enquanto “mínima”, caso sua fraqueza semântica seja considerada insatisfatória. E esse resultado é escorregadio por permitir que mais informações sejam adicionadas ao sentido mínimo (ou, em algum entendimento, literal) da expressão em questão, aproximando-se, assim, arriscadamente, de soluções contextualistas.

Tendo-se em vista e aceitando-se a plausibilidade desse problema para o minimalista, pode-se dizer que o contextualista dispõe de algumas vantagens. A principal delas é que seu tratamento dos adjetivos comparativos garante maior força vero-condicional. Mas, para verificarmos se é mesmo o caso, vejamos como o tratamento argumentativo contextualista dos adjetivos comparativos se sai diante do Critério de Opcionalidade.

2.4.1 Checando como o argumento moderado se sai diante do Critério de Opcionalidade

Nesta etapa, tomaremos mais alguns exemplos de argumentos moderados com uso de adjetivos comparativos. Consideraremos casos de enunciação da frase: “O Pico do Jabre é alto” e procuraremos verificar se existem evidências convincentes (a) de que há classes de comparação associadas a adjetivos comparativos e (b) de que, nos casos em que não se tem acesso às tais classes, de fato, *não* é formada nenhuma proposição completa. Em última instância, (a) e (b) procuram atestar a “não-opcionalidade” da presença de classes de comparação no uso de adjetivos comparativos.

Pelo critério, se conseguirmos pensar em um contexto, no mundo atual, tal como as coisas são nele, em que “O Pico do Jabre é alto” seja enunciada, sem a consideração de uma classe de comparação, e uma frase avaliável quanto à sua vero-condicionalidade for constituída, então, estamos diante de um recurso opcional a tais classes. Para tal, supomos que a melhor opção seja tomar “O Pico do Jabre é alto”, em um caso de erro ou não compartilhamento de contexto, ou seja, de apelo a uma suposta proposição mínima – nosso uso absoluto. Vejamos, então, o seguinte caso:

(7) O Pico do Jabre é alto.

Contexto M (“contexto mínimo”): Um estrangeiro (falante competente de português) chega atrasado a um jantar com amigos e já há, entre eles, uma discussão avançada

sobre os pontos geográficos mais altos do Nordeste brasileiro. Sem conseguir identificar o tema da discussão, o estrangeiro ouve (7).

Esse seria um bom exemplo de contexto no qual não figura nenhuma classe de comparação para o interlocutor e ele só tem acesso a algo como o “sentido mínimo” de “alto”. Afinal, o estrangeiro entende “alto” por alguma coisa – talvez por algo como “com dimensão vertical acima da média”.

Ora, parece claro, contudo, que, muito embora seja possível determinar “uma” semântica para “alto”, não parece que o termo constitua uma frase com condições (necessárias e suficientes) de verdade – já que nossa personagem estrangeiro não detém todas as informações de que precisa para determinar se lhe estão dizendo algo verdadeiro ou falso⁵². No máximo, permite determinar um conjunto de objetos que instanciam a propriedade de “ter dimensão vertical acima da média”, dos quais o Pico do Jabre é parte.

Agora, testemos um caso em que se sabe o que é o Pico do Jabre:

Contexto I: Uma professora da terceira série do ensino fundamental organiza uma fila de alunos, por ordem de altura, que devem seguir para a recreação. Vendo um dos alunos assumir uma posição equivocada, toma-o pelo braço, indicando seu lugar correto na fila. Percebendo a manobra, um dos alunos diz: – Mas, professora, por que Augusto está atrás de mim? Ao que a professora responde: – Porque Augusto é alto. O aluno, então, replica: – Não, ele não é. O Pico do Jabre é alto!

O que verificamos neste caso? Primeiramente, que se trata de um exemplo que explora e evidencia mudanças nas classes de contraste. No primeiro momento do diálogo – quando a professora enuncia: “... Augusto é alto” –, a classe de contraste, acessível via contexto, é a classe de alunos da terceira série do ensino fundamental; e ser alto, para tal classe, é algo como ter mais de 1 metro e 30 centímetros de altura. Já no segundo momento do diálogo – quando o colega de classe de Augusto diz: “... O Pico do Jabre é alto” –, ele está mudando a classe de contraste. O que ele considera alto são os objetos com altura próxima à do Pico do Jabre, ou seja, que têm mais de 1.000 metros de altura. Há, assim, a intenção do aluno de, conscientemente, “manobrar classes de contraste”, atestando que tais classes estão presentes no estabelecimento da referência/ extensão de “alto”.

⁵² Não estamos negando que, em contextos em que classes de comparação, por exemplo, não são providas, algo minimamente informativo seja dito. O que queremos dizer é que o conteúdo semântico nesses casos não é uma proposição completa.

Os dois argumentos explorados nesta subseção, então, procuraram fortalecer a tese de que há classes de comparação na determinação da semântica de adjetivos comparativos (no caso, “alto”), já que, como vimos, na ausência delas, nossas intuições indicam que não há proposição completa expressa. Isso nos permite concluir, dadas as considerações sobre os adjetivos comparativos, feitas na seção 2.4., que os adjetivos comparativos se saem *bem* diante do critério de opcionalidade. As classes de contraste (a) parecem realmente estar lá para construir proposições avaliáveis, (b) não há por que supor que os usos apresentados sejam recursos opcionais (c) não há por que supor que um “uso absoluto” minimalista explique melhor a semântica de tais adjetivos.

2.4.2 Checando como o argumento moderado se sai diante das Restrições

Na subseção anterior, vimos que o argumento do contextualismo moderado acerca da presença de classes comparativas na semântica de adjetivos comparativos deve ser tratado como caso de uso não-opcional. Isso indica também que tal argumento satisfaz o que estabelecemos como R1 – segundo a qual “as evidências intuitivas usadas em argumentos de variação contextual devem ser significativas (empiricamente), ou seja, presentes em uma amostragem ampla de casos da linguagem comum”. Desde que o critério mostra que o uso não é opcional, podemos considerar R1 satisfeita.

R2, por sua vez, procura estabelecer se há alguma forma alternativa que possa explicar as intuições acerca de variação semântica. E, para nossos propósitos, há pelo menos duas ou três tais explicações que interessam: casos que pedem desambiguação (polissemia, ambigüidade)⁵³ e casos de diferença cognitiva.

Primeiramente, vejamos os casos de polissemia e ambigüidade. Neles, basicamente, o contexto entra em cena para distinguir, dentre significados disponíveis para uma mesma expressão, aquele mais adequado, dadas as circunstâncias da conversação. Esses casos são reconhecidos como pertencentes ao nível pré-proposicional de estabelecimento do significado, segundo Recanati⁵⁴, ao lado de processos primários como a saturação. São exemplos de casos que pedem desambiguação, os termos homônimos e, no caso do português, alguns pronomes – como os possessivos de terceira pessoa, como “sua”, “seu”, que podem se referir à terceira ou segunda pessoa da conversação.

⁵³ Casos em que há mais de um significado disponível (ou significados disponíveis relacionados) a ser discriminado em contexto (cf.: BEZUIDENHOUT, 2002, p. 107-108).

⁵⁴ Para Recanati (2004, p. 38), falantes normais não precisam estar conscientes dos significados literais dessas expressões, apenas dos *outputs* de seus ajustes contextuais.

Por que os casos de “alto”, “baixo” não corresponderiam a casos de nem polissemia nem de ambigüidade? Sobretudo, porque falantes competentes não parecem possuir uma lista de significados possíveis para “alto” ou “baixo” que discriminam contextualmente. E o modo como viemos abordando os argumentos acerca de condições de verdade intuitivas até aqui comprova essa impressão, refinando-a. Temos suposto que classes de contraste se associam ao significado literal de tais adjetivos, compondo seus significados contextuais; assim, não se trata de *discriminar* dentre significados, mas de identificar informações oferecidas contextualmente e, a partir delas, *estabelecer* um significado específico.

Por sua vez, casos de diferenças cognitivas entre usos de uma mesma expressão ocorrem quando falantes expressam pensamentos de conteúdos diferentes pelo uso de uma mesma expressão, por motivações como economia⁵⁵. Por que não seria o caso dos adjetivos comparativos um de diferenças cognitivas? Em outros termos, por que não supor que todas as vezes que “alto” é dito para significar coisas diferentes – como nos exemplos usados até aqui – os falantes envolvidos estão *simplesmente* diante de pensamentos diferentes expressos pelo uso do mesmo termo “alto”? Certamente, podemos dizer que, nos exemplos vistos até aqui, nossas intuições (ou melhor, as intuições exploradas) sugerem que, *em última instância*, pensamentos distintos estão sendo expressos por enunciações da mesma frase (ou termo). No entanto, quando falamos em classes de comparação gerando variações nos significados de “alto”, estamos falando de variação gerada por um processo lingüístico pré-proposicional. Nossas motivações não são, *em primeira instância*, ao menos, meramente de economia de esforços. Parecem, ao contrário, ser lingüísticas. Estar associado a classes de contraste, como pretendemos defender, é uma convenção segundo a qual o comportamento de tais adjetivos é regulado.

Vistos tais casos, podemos, agora, voltar-nos aos casos de contextualistas radicais que são apresentados por Cappelen e Lepore como apelativos também para os defensores de versões de contextualismo moderado – que passaremos a chamar de “casos de Cappelen e Lepore”. O objetivo dessa parte do capítulo é mostrar que tais casos podem ser explicados como exemplos que pedem desambiguação ou como casos de diferença cognitiva, diferentemente daqueles com adjetivos comparativos. Outro ponto é procurar mostrar, usando o critério de opcionalidade, que os casos de Cappelen e Lepore são opcionais e não respeitam a R1.

⁵⁵ Na subseção 2.5.2., veremos um bom exemplo de tais casos.

2.5. Três casos de Cappelen e Lepore

Os casos que analisaremos serão três: “do jantar de Jill”; “do vermelho das maçãs” e “do peso de Smith”. Os outros quatro casos serão apontados como sendo *também* de desambiguação e de diferença cognitiva, em notas de rodapé. Na argumentação, primeiramente, exploramos os contextos de cada enunciação; em seguida, apresentamos as intuições supostas pelo contextualista radical e, depois, checamos como essas intuições se saem diante do critério e opcionalidade e das restrições R1 e R2.

2.5.1 O caso do jantar de Jill

Eis o primeiro exemplo que analisaremos: o caso do jantar de Jill⁵⁶. Começamos tomando a enunciação:

(8) Jill não comeu peixe.

Agora, imaginemos dois contextos de enunciação.

Contexto I: Jill saiu para jantar, pediu peixe, mas comeu apenas os vegetais e verduras. Mais tarde, sofrendo de uma intoxicação alimentar, ela recebe a visita de um médico, que pergunta ao seu acompanhante o que Jill comeu no jantar – querendo saber o que ela *ingeriu*. O acompanhante, então, profere verdadeiramente (8).

Contexto II: Jill sai para jantar, pede peixe e, da mesma forma, não o come. Quando, mais tarde, os amigos discutem a conta, um deles profere (8), cuja proposição expressa é falsa, já que Jill *pediu* peixe, mas não o *ingeriu*.

Para o contextualista radical, há, aqui, intuições acerca de uma variação no significado do verbo “comer”. Teríamos que, na primeira situação, “comer” quer dizer pôr na boca, ingerir e digerir algo. Na segunda situação, “comer” quer dizer solicitar, pedir, comprar um prato com peixe.

⁵⁶ Exemplo retirado (C & L, 2005a, p. 45). O mesmo tratamento pode ser oferecido para o caso de “*Justine is a philosopher*” (*Ibidem* p. 47).

Bem, em primeiro lugar, não parece haver qualquer necessidade de que algum ingrediente contextual seja oferecido para que “comer” constitua uma frase avaliável, informativa e relevante comunicativamente – exceto informações relacionadas a desinências e aos outros constituintes da frase. Nesse ponto, encontra-se a primeira diferença do caso do jantar de Jill com relação a adjetivos comparativos. Vimos que, dadas as evidências que exploramos, faz parte do comportamento lingüístico de tais adjetivos a associação a classes de comparação.

O caso do jantar de Jill pode, então, ser explicado por um tipo de “sensibilidade” não generalizante. Para entendermos melhor, consideremos a frase original do exemplo “*Jill didn’t have fish for dinner*”, onde o verbo “*to have*” tem mais de um significado corrente – pode significar “ter”, “comer” –, dos quais um deles é “pedir”, como na frase “*What are you going to have (for dinner)?*”, que se pode *traduzir* como “O que você vai pedir (para o jantar)?”. Assim, as intuições geradas podem ser tratadas como uma ocorrência de um termo ambíguo. Na verdade, a desambiguação ocorre na própria descrição do caso! – “[...] Mais tarde, sofrendo de uma intoxicação alimentar, ela recebe a visita de um médico que pergunta ao seu acompanhante o que Jill comeu no jantar – **querendo saber o que ela ingeriu**. O acompanhante, então, profere verdadeiramente (8)...”.

Assim, desde que: (a) o tipo de intuição que sustenta argumentos moderados (pelo menos nos casos com adjetivos comparativos) deve indicar que um ingrediente contextual *precisa* ser oferecido para que a expressão constitua uma frase semanticamente avaliável; e (b) o caso pode ser explicado como um que pede desambiguação, não há razão para que o moderado se sinta particularmente motivado a aceitar o caso do jantar de Jill como sendo de sensibilidade contextual relevante. Trata-se de um caso de uso que pode ser explicado sem se supor uma noção generalizante de sensibilidade contextual.

2.5.2 O caso do vermelho das maçãs

O próximo exemplo de que trataremos é o caso do uso do termo “vermelho”⁵⁷, tomado de Bezuidenhout (2002). Ele é descrito como se segue:

Estamos em uma feira apanhando maçãs em um barril de maçãs sortidas.
Meu filho diz: “Aqui está uma vermelha” e o que ele diz é verdade se a maçã

⁵⁷ Exemplo de C & L, 2005a, p. 44. O mesmo tratamento do caso do vermelho das maçãs, com algumas adaptações, pode ser usado para o caso de “*That’s a dangerous dog*” (*Ibidem*, p.46) e de “*Justine destroyed those shoes*” (*Ibidem*, p. 46).

for de fato vermelha. Mas, o que conta como sendo vermelho nesse contexto? Para maçãs, ser vermelha geralmente significa ter a pele vermelha, que é diferente do que normalmente queremos dizer ao chamar uma melancia de vermelha ou uma folha ou uma estrela ou cabelo de vermelho. Mas mesmo quando é uma maçã que está em questão outros entendimentos do que é chamá-la de ‘vermelha’ são possíveis, dadas circunstâncias adequadas. Por exemplo, suponha agora que nós estamos mexendo em um barril de maçãs para encontrar aquelas que foram afligidas com uma horrível doença micótica. O fungo cresce do núcleo e mancha a polpa da maçã de vermelho. Meu filho corta cada maçã e coloca as boas no pote de cozinhar. As más, ele me passa. Ao cortar as maçãs ele observa: ‘Aqui está uma vermelha’. O que ele diz é verdade se a maçã tem a polpa vermelha, mesmo se também é uma maçã-verde. (BEZUIDENHOUT, 2002, p.107, *apud*. C & L, 2005a, p.44)

Segundo o contextualista radical, então, nossas intuições sobre os diferentes usos da expressão “vermelho”, tais como apresentados acima, sugerem uma alteração na semântica do termo. Como explicar tais intuições? O radical dirá que “vermelho” pode está relacionado a aspectos (partes da maçã, por exemplo) diferentes, dependendo do contexto, donde se segue que sua semântica pode variar.

Contudo, poderíamos nos perguntar: o termo “vermelho” parece mesmo um bom exemplo de expressão sensível a contextos? Há formas imediatamente reconhecidas e mais razoáveis de explicar intuições sobre supostas variações no sentido de “vermelho”?

É bem razoável que possamos explicá-las em termos de diferenças cognitivas. Quando usamos o termo “vermelho” para nos referirmos ao vermelho de um pássaro – nas penas e não no bico – ou mesmo ao vermelho da maçã – na casca e não no interior –, usamos o mesmo termo, por motivações não-semânticas e, certamente, não-generalizáveis⁵⁸. Falantes competentes, em geral, conseguem distinguir entre “vermelhos”: o de um pássaro (nas penas) ou o de um carro (que, geralmente, não está nos pneus) e etc. E essas informações fazem parte de seu conhecimento de mundo, originando-se em suas experiências práticas.

Esse ajuste de conteúdo pode ser entendido também (linguisticamente) através da noção de *modulação*. A modulação afeta casos em que o significado de uma expressão se ajusta às outras expressões às quais está associada em frases. E se trata de um fenômeno *pós-semântico* de ajuste⁵⁹. Contudo, o fenômeno de modulação de sentido não corresponde a um processo de provimento contextual idêntico ao caso das classes de contraste dos adjetivos comparativos. E isso faz com que, segundo o critério de opcionalidade, as variações em

⁵⁸ Uma motivação (prática) comum é economia. Motivos localizados para usarmos o mesmo termo “vermelho” para o interior e o exterior da maçã, por exemplo, podem originar uma convenção lingüística temporal - e esse é um dos casos apontados na citação do exemplo. Contudo, não parece que isso indique um tipo de sensibilidade generalizável.

⁵⁹ Cf.: RECANATI, 2004, p. 143.

“vermelho”, indicadas pela descrição do exemplo, que tomamos como geradas por diferenças cognitivas e/ou modulação, sejam consideradas opcionais.

Assim, vemos que o caso de vermelho das maçãs não evidencia um tipo generalizável – segundo nossas R1 e R2 – de sensibilidade contextual. Não há porque, então, supor que ele seja apelativo para o moderado.

2.5.3. O caso do peso de Smith

Nosso último caso é o da enunciação:

(9) Smith pesa 80 kg⁶⁰.

Os fatos envolvidos nos contextos de fala do exemplo são, mais ou menos, como se seguem:

Contexto I: Smith vem se esforçando em uma dieta. Em uma manhã, despido e antes do café-da-manhã, pesa-se e verifica que a balança indica 80 kg. Mais tarde, no trabalho, um amigo pergunta-lhe seu peso e, em seguida, comenta com os outros, dizendo (9).

Contexto II: Estamos na mesma situação – Smith está no trabalho, conversando com amigos –, contudo, agora, precisa usar um elevador quase lotado, que comporta, no máximo, 80 kg. Quando perguntado pelo peso de Smith, seu amigo responde (9).

De acordo com Cappelen e Lepore, para o contextualista radical, as intuições, aqui, são de que, no Contexto I, (9) é verdadeira, muito embora a mesma seja falsa no Contexto II. Começamos por concordar com Szabó (2006) em que não há razões claras – ou boas – para supormos que uma possível cautela ao deixar Smith entrar ou não no elevador gere uma mudança no valor de verdade da frase.

A questão pode bem ser explicada como um caso de *loose talk*, em que o falante não enuncia uma verdade estrita, mas espera que sua enunciação seja considerada apropriada para a situação⁶¹. Em (alguns) casos de *loose talk* como o nosso, a frase dita pode ser parafraseada

⁶⁰ C & L, 2005a, p. 43. O tratamento apresentado para o caso do peso de Smith pode ser usado – com sutis modificações – para o caso de “*John went to the gym*” (*Ibidem*, pp. 44-45).

⁶¹ Isso se daria porque a identificação do conteúdo de um caso de *loose talk* se dá via interpretação – ou seja, via reconhecimento de semelhança entre o conteúdo de uma proposição Q (como (9)), cuja verdade o falante não

em termos de seu significado estrito (ou literal) ⁶². Para o caso de (9), teríamos como paráfrase:

(9A) Smith pesa em torno de 80 kg.

É o mesmo que ocorre com, por exemplo:

(10) A aula começa às 14h00min – e sua paráfrase:

(10A) A aula começa em torno das 14h00min.

Certamente, um falante que estivesse inclinado a conceder que a tal aula começasse às 14h10min, por exemplo, não tomaria (10) como falsa, mas como uma verdade aproximada. No entanto, por que preferir (10) a (10A)? Mais, por que nos parece tão natural que tal preferência ocorra? Bem, por uma questão de economia pragmática. *Loose talk* é uma prática linguística habitual; em muitas situações cotidianas, preferimos “cortar pelo atalho” de frases mais curtas, como (9) ou (10), em vez de (9A) e (10A).

Vemos que (9) é um caso típico de *loose talk*. Se a substituirmos por (9A), por exemplo, rapidamente, as intuições assumidas/supostas pelos contextualistas radicais se dissipam. E, uma vez que é possível e plausível explicar o exemplo como um fenômeno comum de uso da linguagem, não há por que falar em sensibilidade semântica relevante. Por que supor, por exemplo, que “pesar” ou “80 kg” sejam sensíveis a variações contextuais, dadas as evidências exploradas pelo exemplo? Mais, (9) é uma frase plenamente avaliável semanticamente, o que fere nosso critério de opcionalidade. O exemplo fere também nossa R2, já que não precisamos apelar para qualquer tipo de sensibilidade contextual relevante para explicá-lo. Tratá-lo como *loose talk* dispensa tal esforço. E, mais uma vez, o moderado não precisa se considerar convidado a abandonar sua posição.

2.6. Contextualismo moderado sem instabilidade?

pretende garantir, e uma proposição P (como sua paráfrase literal). P deve ser facilmente derivável como implicação lógica ou contextual de Q e o falante deve viabilizar ao ouvinte, claramente, que aspectos da relação entre Q e P que ele intenciona comunicar. Poder-se-ia dizer que diferença mais marcante entre metáfora e *loose talk* é que a metáfora não permite paráfrase sem perdas.

⁶² Adotando-se tal estratégia, para Sperber & Wilson (SPERBER, D. & WILSON, D. “*Loose talk*”, *Proceedings in Aristotelian Society* 86, p. 153-171, 1986), é possível manter a relação vero-condicional entre a proposição expressa pela frase (usada literalmente). O que variaria seria quão proximamente tal proposição representa o pensamento do falante.

O que os três casos acima e o caso dos adjetivos comparativos, comparativamente, mostram-nos? Primeiramente, certamente, mostram que os casos dos contextualistas radicais e os casos dos contextualistas moderados exploram o mesmo tipo de evidência, intuições acerca do que é comunicado. Mas, isso vale apenas como afirmação geral, desde que as intuições exploradas pelos casos específicos que vimos não são empiricamente significativas. Nos três casos, usos “literais” são comparados a usos opcionais e, ao fim, vimos que nenhuma das expressões supostamente variantes apresentadas possui sensibilidade realmente relevante. Isso porque há um critério, o critério de opcionalidade, que separa expressões – que se relacionam com objetos do mundo atual, tal como são as coisas nele – com sensibilidade relevante de expressões apenas especial ou opcionalmente sensíveis. E tal critério pode ser um dos meios usados pelo contextualista moderado para se defender da afirmação de C & L de que ele é forçado a aceitar o contextualismo radical, sob risco de incorrer em arbitrariedade, uma forma de inconsistência argumentativa.

Assim, vimos que embora os argumentos usados pelos dois tipos de contextualista (o moderado e o radical) sejam, de modo geral, semelhantes, os tipos de sensibilidade que evidenciam são distintos. As intuições, no caso dos adjetivos comparativos, evidenciam sensibilidade empiricamente significativa; as intuições, nos casos escolhidos por C & L, evidenciam sensibilidade opcional e não-generalizável.

Para que isso se torne ainda mais explícito, basta que os argumentos de variação contextual funcionem processualmente, em algumas etapas. As três primeiras seriam puramente de exploração das intuições: (a) apresentação do caso; (b) pergunta sobre se existem intuições sobre variação de significado para o caso apresentado; (c) pergunta sobre quais são tais intuições – até aqui, moderados e radicais circulam em território comum. Em seguida, o argumento poderia entrar em etapas de teor mais explicativo: (d) pergunta sobre que tipo de sensibilidade semântica evidenciam, se opcional ou generalizável (e) checar se é possível explicar o tipo de sensibilidade evidenciada por algum tipo de processo/uso opcional⁶³.

⁶³ Essa é apenas uma sugestão modesta. C & L (2005a) têm sua própria sugestão sobre que intuições são realmente mais seguras. De acordo com os autores de *IS*, os únicos tipos de argumentos de variação contextual que sugerem intuições adequadas são os que eles chamam de *AVCS Reais*. Esses AVCs são complementados por relatos sobre os usos de uma dada expressão *e*, nos contextos prévios oferecidos no argumento. Por exemplo, um AVC que contenha enunciações de *e*, em dois contextos, C1 e C2, teria que ter mais um contexto, C3. E C3 deveria indicar que o significado da expressão, na verdade, *não varia*. Bem, acreditamos que: (a) C3 evidenciaria apenas que a expressão carrega um potencial semântico – o que nenhum contextualista negaria – e se o minimalista insistir em que C3, na verdade, evidencia que *e* tem um “sentido mínimo”, voltaremos às objeções à noção de proposição mínima, já apresentadas na subseção 2.2.1. – e já optamos por abandoná-la; e (b) nossa posição é mais incisiva (embora modesta) quanto a formas específicas de refinar o papel explicativo das intuições.

Seguindo-se tal cartilha, é possível evitar que o contextualista moderado se veja obrigado a aceitar o contextualismo radical e sua tese central. E, desde que a posição pode não ser tomada como arbitrária e volátil, pode-se falar em contextualismo moderado sem instabilidade.

2.7 Reconhecendo a solução

A crítica de C & L ao contextualismo moderado de que tratamos neste capítulo é apenas a primeira delas, em *IS*⁶⁴. E o objetivo principal de afastá-la, como deve ter ficado claro ao longo da argumentação, foi tentar salvaguardar a legitimidade de um tratamento contextualista (moderado) aceitável da semântica de adjetivos comparativos. Também deve ter ficado claro, no curso do capítulo, que nada substancial foi dito sobre o tipo de estrutura que são as classes de comparação –, por exemplo, se são indexicais ocultos ou constituintes inarticulados. Essa cautela, na verdade, foi proposital, desde que a resposta para tal questão será dada no próximo capítulo. Até aqui, nosso intuito foi apenas mostrar que a crítica apresentada por C & L aos AVCs não funciona.

Mas, como reconhecer tal solução? Há uma porção do capítulo que contém a crítica aos AVCs em que C & L apresentam cinco possíveis tentativas de contextualistas moderados de estabilizá-los. As primeiras seriam⁶⁵:

- (1) *Tentativa por introspecção*: procura argumentar que as sensações envolvidas nas intuições para expressões como quantificadores – e/ou adjetivos comparativos – despertam sensações subjetivas diferentes sobre o que é dito, se comparadas àquelas despertadas por frases como “Jill não comeu peixe”.
- (2) *Tentativa por busca de soluções localizadas*: procura mostrar que em cada um dos sete casos apresentados há um constituinte inarticulado ou um indexical surpresa ou ainda um indexical oculto. Essa tentativa procura encontrar soluções localizadas de potencial produtivo.

⁶⁴ No próximo capítulo, lidaremos com a crítica aos argumentos de incompletude.

⁶⁵ As duas outras formas de estabilizar o contextualismo moderado também podem ser aproximadas da nossa solução, mas de forma menos direta. Uma delas (cf.: C & L, 2005, p. 50-51) sugere que relatos acerca das intuições (do tipo “Ela disse que...”) nos casos de Cappelen e Lepore são apenas apropriados ou razoáveis, não verdadeiros. O moderado, então, deveria explicar por que relatos falsos podem ser considerados *pragmaticamente* apropriados ou razoáveis. A outra tentativa (*ibidem*, p. 51) afirma que se adicionarmos modificadores, como “literalmente” ou “realmente”, aos relatos sobre intuições, casos usados por moderados poderiam ser devidamente diferenciados dos usados por radicais. De fato, nós tentamos defender que os casos de Cappelen e Lepore envolvem tipos de não-literalidade e oferecemos explicações puramente pragmáticas para as intuições geradas neles. Contudo, o modo pelo qual apontamos para esses dois pontos é distinto das tentativas de estabilização aqui apresentadas – afinal, usamos o critério de opcionalidade e as restrições.

- (3) *Tentativa por alegação de que os AVCs são necessários, mas não suficientes*: procura sustentar que os únicos argumentos que realmente indicam sensibilidade contextual de alguma expressão são os que chamamos de AM – que combinam estratégias de variação contextual com estratégias de incompletude –, argumentos mistos, com algum tipo de evidência sintática.

Primeiramente, a estratégia usada para estabilizar os AVCs, neste capítulo, não pode ser classificada, rigorosamente, como qualquer uma dessas apontadas acima – discriminadas por C & L (cf.: C & L, 2005a; p. 48-52). No máximo, poder-se-ia dizer que ela se aproxima de uma combinação de (2) e (3), desde que, basicamente, procuramos afirmar que os casos de Cappelen e Lepore não são apelativos para o contextualista moderado, a partir de tratamentos localizados de cada uma das enunciações exploradas. A diferença com relação à tentativa (2) é que não buscamos encontrar evidência sintática nas enunciações de que tratamos, optando por apresentar um argumento de caráter empírico – em uma tentativa de “salvar” as intuições. A diferença com relação a (3), por sua vez, segue, mais ou menos, no mesmo caminho, já que o máximo de tratamento sintático que oferecemos foi uma rápida e, em certa medida, vaga apresentação das classes de contraste. No entanto, é importante destacar que a estratégia geral desta dissertação se aproxima bastante, sim, de (3) e, por isso, precisaremos, no próximo capítulo, afastar certas ressalvas e objeções de C & L aos argumentos de incompletude – que dizem respeito a uma suposta instabilidade em tais argumentos. Por enquanto, contudo, vamos apenas insistir em nossa tentativa (de “salvar intuições”) e resgatá-la no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

ADJETIVOS COMPARATIVOS E OS DOIS TRATAMENTOS DE SUA SEMÂNTICA

Nos capítulos anteriores, resumimos este trabalho como um esforço em oferecer um panorama da discussão – de corrente relevância, em teoria da linguagem – que tem contextualismo e minimalismo como dois pólos rivais. Essa rivalidade, reafirmada pelas linhas e entrelinhas de ironias e animosidades ocasionais entre as partes, tem suas ambições generalistas – trata de temas como “a” sensibilidade contextual e os requisitos para aceitá-la, “a” qualidade metodológica necessária para uma boa teoria da linguagem etc. –, mas resultou também em vários espaços insulares de discussão. Há discussões sobre evidências de sensibilidade contextual do verbo “saber”, de *weather reports*, da frase “Está chovendo”, dos adjetivos de cores, e assim por diante. Diante desse cenário, então, colocamos no centro dos nossos propósitos o que contextualistas, de uma parte, e minimalistas, de outra, dizem, especificamente, sobre adjetivos comparativos, como “alto”, “baixo” e “rico”, nossas amostras de casos.

Por fim, na verdade, este se tornou um trabalho de apresentação de motivações para aceitar que o *contextualismo* nos oferece uma forma mais adequada (do que as opções minimalistas disponíveis), sobretudo empiricamente, de tratar a semântica desses adjetivos. E o capítulo III é o ponto no qual esse intuito fulcral se realiza. Nele, mostramos *qual* contextualismo resolve melhor certas questões – e por que razões. Veremos, então, em três seções: (a) quais as opções de tratamento contextualista para a semântica dos comparativos; (b) o tratamento minimalista da semântica de comparativos; e (c) algumas objeções à porção positiva do minimalismo. Assim, a proposta do capítulo é dissertar sobre como as duas posições rivais vêem a semântica de comparativos, atentando para os elementos que falam em favor do contextualismo.

3.1. O tratamento contextualista da semântica dos adjetivos comparativos

Há dois tratamentos contextualistas mais comuns da semântica dos adjetivos comparativos: (a) um que toma classes de comparação como constituintes inarticulados⁶⁶ e (b) outro que entende classes de comparação como constituintes *articulados* na forma lógica dos comparativos. Nesta seção, apresentaremos as duas posições, ressaltando, em seguida,

⁶⁶ São constituintes não-explícitos de proposições.

objeções a elas, presentes na literatura sobre o tema. O objetivo final é encontrar alguma posição sustentável, frente às objeções, que também seja uma opção preferível ao tratamento oferecido pelo minimalismo.

A posição que assumiremos é, mais ou menos, a mesma defendida por Recanati (RECANATI, F. “*Unarticulated constituents*”. *Linguistics and Philosophy*, v. 25, p. 299-345, 2002.). De acordo com ela, classes de comparação são constituintes inarticulados em *certo sentido* – um que, segundo argumentaremos, é preferível por ser simples, intuitivo e mais adequado cognitivamente.

3.1.1 Constituintes inarticulados

A literatura acerca de constituintes inarticulados é devida, especialmente, a John Perry. Em seu trabalho, *Reference and Reflexivity* (2001) Perry define *assim* o que são constituintes inarticulados – e os meios pelos quais essas supostas entidades lingüísticas são identificadas:

... [nesse tipo de caso⁶⁷] nós não temos o material de que precisamos para a proposição expressa por uma enunciação, muito embora tenhamos identificado as palavras e seus significados e tenhamos consultado os fatores contextuais aos quais os significados indexicais nos direcionam. Alguns dos constituintes da proposição expressa são inarticulados e nós consultamos o contexto para descobrirmos o que eles são. (PERRY, J. *Reference and Reflexivity*. Stanford, Calif.: CSLI Publications, 2001, p. 40)

O exemplo paradigmático usado por Perry para detalhar a discussão é de (11):

(11) Está chovendo.

Ao explorá-lo, o autor recorre ao que Stanley (STANLEY, J. “*Context and Logical Forms*”, *Linguistics and Philosophy*, v. 23, p. 391-424, 2000b) chamou de análise de constituinte inarticulado – pela qual uma frase passa por uma investigação acerca: (a) da proposição por ela expressa, (b) das intuições envolvidas e (c) resultando em uma explicação dessas intuições em termos de constituintes que não se encontram em sua estrutura sintática. Por meio dessa análise (da de Perry), então, primeiramente é observado que, embora seja possível determinar os significados de cada uma das expressões componentes de (11), intuitivamente, parece não haver uma proposição completa, sem a provisão de um *tempo* e um *lugar*. E a explicação para tal é tão somente a *obviedade*, para falantes competentes, de que

⁶⁷ Que ele chama de usos “*content-supplemental*” (cf.: PERRY, 2001, p.45).

chover é algo que ocorre sempre em um lugar e um tempo – tipicamente, em casos como (11), no lugar e no tempo nos quais o falante se encontra.

Todavia, Perry sugere que há mais na análise de um constituinte inarticulado. Para evitar confusões, é necessário estar atento a algumas condições que um constituinte não-explicito de uma proposição precisa satisfazer para ser considerado inarticulado. Elas são expressas como se segue, cf.: Perry (2001):

- 1) Um constituinte inarticulado é um que faz parte da proposição, embora não corresponda a nenhum morfema da frase;
- 2) Um constituinte não é articulado, quando é mais fácil articulá-lo a uma linguagem por meio de expressões como “de acordo com”, “relativo a”;
- 3) Um constituinte não é articulado quando ele não figura na frase, mas é fácil articulá-lo. Assim, não há nada novo ou rigorosamente informativo em articulá-lo. Além disso, a frase da qual é parte não é sintaticamente incompleta;
- 4) O constituinte inarticulado, se não for provido, deixa a frase estranha, muito embora ela claramente seja “suficiente”.

O que essas condições esclarecem, na verdade, é que o verbo “chover”, mais profundamente, estabelece uma relação *diádica* entre lugar e tempo. Daí, a suposição de que a generalidade de constituintes inarticulados, como classes de comparação, por exemplo, envolve relações diádicas. Recanati (2002) expõe bem tal sugestão, para o caso de (11):

Em um dado lugar, não apenas chove ou não, chove em alguns momentos; similarmente, em um dado momento, chove em alguns lugares, enquanto não chove em outros. Para avaliar uma declaração de chuva como verdadeira ou falsa, Perry diz, nós precisamos de ambos, um tempo e um lugar. A declaração ‘Está chovendo’ explicitamente nos dá a relação binária [*two-place relation*] (dada pelo verbo) e o argumento temporal (dado pelo tempo presente). Mas, nenhum constituinte da frase se coloca por um lugar. (RECANATI, 2002, p.16)

Dessa maneira, temos que, em casos que envolvem relações diádicas, há um parâmetro ou *argument role* não-explicito, provido em contexto – que corresponde a um local, a condições de sucesso, classes de comparação etc. –; e é sua provisão que torna a proposição expressa completa.

A discussão subsequente que se estabeleceu foi quanto à forma lógica de constituintes inarticulados – se ela conteria lugares de argumento ou não. Perry afirma que dois nomes se destacaram nesse debate: um deles foi o de Stanley, o outro, de Recanati.

Stanley afirma que existe tal lugar de argumento na forma lógica, assim o constituinte é articulado. Recanati afirma que não existe tal lugar, assim o constituinte não é articulado. Eu considero uma má idéia usar o termo ‘constituinte inarticulado’ para duas questões diferentes e, claro, prefiro o meu uso dele. (PERRY, 2001, p. 48)

Para nós, é crucial salvaguardar a recusa de Perry de se comprometer com a discussão do resto desta seção. Ele julga que, na verdade, o que ele, Stanley e Recanati dizem sobre constituintes não-sintáticos são coisas radicalmente diferentes, e, assim, evita maiores incursões na discussão que se segue. É preciso fazer justiça, contudo, à sua substancial contribuição para a discussão, mas atentar para algumas objeções que devem orientar a rota a ser seguida de agora em diante.

3.1.1.1 Algumas objeções à estratégia dos constituintes inarticulados

As objeções que teremos em mente são a duas posições que defendem a estratégia dos constituintes inarticulados: à de Perry, que já vimos, e à de Ken Taylor. A primeira objeção se sustenta contra os chamados argumentos de não-existência e não-expressão – cuja caracterização, ver-se-á mais adiante –; a última se relaciona à suposição de que o constituinte inarticulado de “chover”, no caso de (11), encontra-se em sua estrutura subatômica.

De acordo com a interpretação de C & L (C & L, “*The Myth of Unarticulated constituents*”, *Essays in Honor of John Perry*. O'Rourke and Washington (eds.). Cambridge: MIT Press, 2006c), Perry (“*Indexicals, Contexts and Unarticulated Constituents*”, In *Proceedings of the 1995 CSLI-Armsterdam Logic, Language and Computation Conference*. Stanford: CSLI Publications, 1998) assume dois argumentos para sustentar que, em (11), há um constituinte inarticulado (de localização). O primeiro deles diz respeito à impossibilidade de expressão de uma proposição completa, à parte de contextos, por uma enunciação de (11) – um típico argumento de incompletude. O que é denominado por eles de *argumento de não-expressão (non-express)*. O segundo dos dois argumentos sustenta que não existe uma proposição neutra (quanto à localização) – algo como: *Está chovendo (em t)* – expressa por (11). A esse último argumento chamam de (argumento de) *não-existência (non-exist)*.

C & L extraem essa interpretação de afirmações de Perry, como essas:

[a localização] é um constituinte, porque, desde que a chuva ocorre em um tempo e um espaço, não há proposição avaliável quanto a seu valor de verdade a menos que o lugar seja provido. É inarticulado porque não existe nenhum morfema que designa tal lugar. (PERRY, *apud*. C & L, 2006c, p. 2).

Assim, a principal justificativa de Perry para supor constituintes inarticulados é o fato de ser necessário que a chuva aconteça em um tempo e um lugar. E tal necessidade seria perceptível na própria “superfície” do enunciado e na nossa compreensão mais imediata do que é dito por ele. O caminho de C & L, em sua objeção, por sua vez, é contestar: (a) a relação entre o fato de que a chuva se dá, necessariamente, em uma localização espaço-temporal; e (b) o argumento de não-existência.

Interessantemente, C & L concordam em que, tipicamente, falantes estão, sim, preocupados com o fator localização, quando usam ou ouvem (11). E que isso é um fato empírico sobre “chover”. Assim, estão no mesmo time de Perry e Taylor ao confirmarem que, sem a provisão da localização, enunciações de (11) podem gerar o que Taylor chama de “sentimento de incompletude”. Discordam apenas das relações que tal sentimento mantém com o conteúdo semântico de “chover”. Para eles, o “sentimento de incompletude” deve ser explicado pelo nosso interesse prático geral por onde a chuva acontece, visto que disso dependem nossas plantações, nossos passeios, o meio de transporte que devemos usar ou o que devemos levar ao sairmos. Assim, o verbo “chover” tem um sentido (uma semântica) *location-neutral* (neutro quanto à localização), muito embora *nosso interesse* na chuva seja orientado ou focado nos locais de ocorrência, o que explica qualquer apelo ao fator “local” em conversas típicas sobre chuva⁶⁸.

Outra discordância com Perry – certamente, a mais contundente – é com relação ao argumento de não-existência⁶⁹. A estratégia de C & L, nesse caso, é simples: tentar mostrar que existe algo como uma proposição *location-neutral* (LN, de agora em diante)⁷⁰. Para tal, propõem dois exercícios de pensamento⁷¹. Os exercícios são: (a) observar que, em frases nas quais o termo “chuva” é usado como sujeito, sua compreensão (ou leitura) mais natural é como LN –, são casos como, “Chuva é o tópico do nosso próximo livro” etc.; e (b) ler alguma literatura teórica sobre a chuva ou sobre a ação de chover – bons exemplares desse último exercício se encontram em frases como: “Por que chove?”⁷² ou “Eu não me importo onde

⁶⁸ O que não é o caso do *rain-ache universe* de C & L – uma apropriação do exemplo de Recanati (2002) – cf.: C & L, 2006c, p. 12-13.

⁶⁹ Eles optam por tratar mais robustamente da não-existência, porque essa é a base do argumento de não-expressão. Assim, uma vez que a primeira caia, também cai o último.

⁷⁰ Muito embora não afirmem que tal proposição seja expressa por (11).

⁷¹ Antes, contudo, assumem que, para que uma proposição P exista, é suficiente que se possa pensar que P. Apesar de tal afirmação parecer precisar de um exercício mais demorado de reflexão, dado que a subseção é meramente expositiva, continuaremos sem maiores problematizações dessa premissa.

⁷² Note que, neste caso, também não temos uma proposição *location-general* (geral quanto à localização). “A interpretação da pergunta [...] não é específica quanto à localização, i.e., não é ‘Por que chove em um *local* l?’ E também não é geral quanto à localização, ‘Por que chove em *algum local*?’ A interpretação natural ... é neutra quanto à localização. Nós estamos sugerindo ... está chovendo (*em t*)”. (C & L, 2006c, p. 8).

chove, mas se chove”. Qualquer leitor suscetível a esses exercícios, então, tem bons motivos para desconfiar da argumentação geral de Perry. Afinal, se aceitos, eles atestam a existência da proposição *LN*, com relação ao verbo “chover”⁷³.

Páginas à frente, no entanto, C & L, ironicamente, reconhecem que sua discordância de Perry não é tão séria, afinal.

É perfeitamente possível que nossa explicação alternativa [da referência a locais no uso de “chuva”] seja aceitável para Perry. Nós suspeitamos que o argumento em que nos focamos (o argumento da não-existência para não-expressão) pode ser [...] algo que ele facilmente abandonaria quando confrontado por nossas objeções. [...] do que nós não discordamos de Perry é quanto ao fato de que falantes normais, quando enunciam “Está chovendo”, salientemente declaram algo que contém um componente que não corresponde a nenhum componente léxico da frase. [...]. Nós também concordamos que, assim entendido, ele é [i.e. a localização] um constituinte inarticulado’. (C & L, 2006c, p.14-15).

Voltaremos, mais adiante, a tratar dessas objeções de C & L a Perry; mas, por hora, precisamos ainda apresentar as objeções feitas a Taylor. Basicamente, Taylor dirá que em frases como “Está chovendo” há um lugar de argumento para localização na estrutura subatômica do verbo “chover”. Se esse lugar de argumento estiver vazio, por meio de algum mecanismo causal, ele gera, em falantes competentes, o que o autor chama de “sentimento de incompletude”. Dessa forma, Taylor apela para uma noção de incompletude semântica. Isso porque, no caso de “chover”, em (11), não faltam componentes sintaticamente mandatórios. A necessidade de complementação por meio de um constituinte que não é um componente lexical da frase é meramente semântica.

A interpretação de C & L do argumento de Taylor, então, é de que ele afirma que, sem o constituinte inarticulado, (11) não pode ser avaliada quanto a seu valor de verdade. E sua objeção geral é resumida da seguinte forma:

Nós poderíamos sustentar nossas objeções ao argumento de Taylor na natureza especulativa do mecanismo causal alegado por trás de nossos sentimentos de incompletude e sua falha em oferecer qualquer tipo de explicação do que a ‘estrutura subatômica’ do verbo é, [e] muito menos uma explicação de como ela pode provocar sentimentos de incompletude. (C & L, 2006c, p. 10-11)

⁷³ Essa estratégia também funciona (e, talvez, funcione melhor até) contra o tratamento de Taylor dos constituintes inarticulados – que veremos em seguida. Isso porque a existência da proposição *LN*, em usos de “chover” como sujeito (na substantivação do verbo), mostram que o apelo à localização não é necessário *em função de um lugar de argumento (para um local) na estrutura subatômica de “chover”*, mas em função de necessidades e interesses práticos relacionados à chuva.

Mas, trataremos de objeções específicas (ou de partes específicas da objeção geral). A primeira delas afirma que, se for possível mostrar que a proposição *LN* de Perry existe, então é possível mostrar também que o lugar de argumento suposto por Taylor, para “chover”, não ocorre em todos os usos do termo e, assim, não pode ser generalizado. Donde resulta que o centro da argumentação de Taylor cai por terra – e já vimos que, com certos exercícios de pensamentos, C & L consideram ter realizado essa tarefa. A segunda delas afirma que a explicação da relação entre “chover” e um local de ocorrência é mais plausivelmente dada pelo tipo de interesse que nós, falantes, temos com relação à chuva, e não apelando para recursos que podem ser considerados misteriosos e artificiais, como a “estrutura subatômica” de um termo. Daí, é possível descartar a idéia de “lugar de argumento na estrutura subatômica do verbo” e tratar de um conteúdo neutro (ou mínimo) para “chover”. Donde, de acordo com C & L, a argumentação de Taylor cai por terra mais uma vez.

A importância mais geral de apresentar essas objeções é justificar por que motivos não defenderemos, com exatidão, a posição de Perry – tal como *ele* a formula – nem, tampouco, a de Taylor. Isso porque concordamos com a força e seriedade das objeções de C & L a essas posições e preferimos procurar uma que as evite ou solucione. Ela será apresentada na seção 3.1.3; contudo, antes, ainda precisamos averiguar uma última posição original acerca de constituintes inarticulados: aquela que recorre à forma lógica das proposições e observar quais são suas vantagens e desvantagens mais evidentes.

3.1.2. Outra estratégia: recorrer à Forma Lógica

Uma das críticas mais destacadas à posição de Perry é de Jason Stanley (2000b, 2002, 2002a). Para Stanley, a sensibilidade contextual de qualquer expressão – dentre as do *Basic set*, quantificadores e adjetivos comparativos em usos predicativos, basicamente – pode ser rastreada até sua forma lógica⁷⁴.

⁷⁴ A concepção de forma lógica que Stanley assume é a *descritiva*, caracterizada por ele como se segue: “Nessa abordagem, nós podemos descobrir que a estrutura ‘real’ de uma frase da linguagem natural é, de fato, bastante distinta da forma de sua superfície gramatical. Falar de forma lógica, nesse sentido, envolve atribuir complexidade oculta a frases da linguagem natural, complexidade que está, em última instância, revelada via investigação empírica”. (STANLEY, 2000b, p. 30-31)

Assim, seu tratamento da sensibilidade é baseado em evidências⁷⁵ sintáticas e recorre a estratégias que postulam entidades complexas como variáveis ocultas ou surpresa. De acordo com seu modelo explicativo, então, tais evidências não indicam que constituintes inarticulados tenham seus valores semânticos providos simplesmente em função da saliência contextual – como é o caso para a localização (saliente em contexto), em (11), e a classe de comparação (saliente em contexto), em usos de “rico” ou “alto”. E isso se daria por dois motivos. Primeiramente, porque um constituinte inarticulado não está na estrutura sintática da frase e, dessa forma, não pode sofrer alterações de valor – caso seja adicionado à frase que o contém, por exemplo, um operador. Em segundo lugar, porque constituintes inarticulados devem funcionar como indexicais⁷⁶ e Stanley está convencido tanto de que esses constituintes são afetáveis por operadores, quanto de que eles não se comportam como indexicais estritos.

Outra motivação do autor (relacionada às anteriores) para não admitir constituintes inarticulados é o seu projeto geral acerca do que vem a ser um ato comunicativo bem-sucedido – apresentado em Stanley (2002a), cf.: p. 182-183. Sobre isso, ele afirma:

Eu desejo argumentar em favor da visão de que todos os constituintes das proposições que os ouvintes intuitivamente acreditariam ser expressas por enunciações são o resultado de se atribuir valores aos elementos da frase enunciada e combiná-las de acordo com sua estrutura. (STANLEY, 2002a, p. 183)

Para tornar a compreensão desse projeto geral mais clara, vejamos como Stanley explica o nosso caso paradigmático de (11). A idéia envolve tomar a frase “Está chovendo” e compreensões possíveis da mesma. Segundo seu entendimento, há duas posições vazias na frase: uma para o tempo, outra para o local – algo como $\langle t, l \rangle$. O contexto, então, provê os valores para essas variáveis, mas não diretamente. Primeiro, o valor deve ser suprido via forma lógica. A principal diferença dessa abordagem com relação àquela que faz uso de constituintes inarticulados *à la* Perry é que a última captura apenas uma compreensão de “chover”, na qual deve figurar, necessariamente, a saliência.

Por exemplo, em:

(12) A maioria das espécies tem membros que são baixos.⁷⁷

⁷⁵ Nesse caso, seriam intuições sobre a estrutura sintática – via “estranheza gramatical”. Ele diz: “Muito da estrutura sintática é impronunciado, mas não é menos real por ser impronunciado. Esse fato levanta a questão de como detectar a estrutura sintática. Uma hipótese é que um elemento impronunciado existe na estrutura de uma frase apenas caso haja um comportamento que seria facilmente explicado pela suposição de que ele está lá e difícil de explicar contrariamente”. (*Ibidem*, p. 185). Esse comportamento seria, naturalmente, lingüístico, reconhecido por falantes competentes e, conseqüentemente, um tipo de evidência.

⁷⁶ Ou seja, devem funcionar como itens lexicais primitivos, cujos valores semânticos variam contextualmente.

⁷⁷ Retirado de Stanley (2000b, 2002a).

Sendo as duas paráfrases possíveis:

- (13) a. A maioria das espécies S tem membros que são baixos para S.
 b. A maioria das espécies S tem membros cujo tamanho está abaixo de s,
 onde s é o padrão tornado saliente pelo contexto de enunciação.

Segundo Stanley, apenas uma estratégia que recorra à forma lógica pode dar conta das duas leituras. E isso se dá porque, pelo caminho de (13) a., não é necessário apelo a qualquer contexto particular e, ainda assim, parece ser possível atribuir uma semântica ao adjetivo comparativo em jogo, seja ele qual for. O que interessa, nessa leitura, é apenas S. Seguindo-se o caminho inverso, apelando para a via (13) b., temos a necessidade de: a) um contexto específico para determinar o que “chover” deve denotar; b) um objeto ou aspecto saliente e percebido. Se essas forem condições necessárias para uma explicação em termos de “inarticulação” de constituintes, então, a crítica de Stanley parece sugerir que é mais vantajoso abandonarmos recursos apenas a uma abordagem pragmática.

3.1.2.1. Algumas objeções ao recurso à Forma Lógica

Começaremos esta seção pela apresentação do que Recanati descreve, ou melhor, chama de Critério de subordinação – ou *Binding Criterion*: aquilo que orienta toda a estratégia de Stanley de recorrer à forma lógica para explicar constituintes inarticulados. Ele é apresentado como se segue:

Um constituinte contextualmente provido na interpretação de uma frase S é articulado sempre que o lugar de argumento por ele preenchido possa ser intuitivamente ‘subordinado’, quer dizer, sempre que aquilo que preenche aquele lugar possa variar de acordo com os valores introduzidos por algum operador fixado por S. (RECANATI, 2002, p.29)

De acordo com Stanley (apud Recanati (2002)), esse critério garante que um constituinte qualquer, explicitamente inarticulado, tenha um lugar na forma sintática e um papel a desempenhar na interpretação de uma frase S. Por exemplo, no caso de:

- (14) Aonde quer que eu vá, chove.

O operador “aonde quer que eu vá” muda os valores do lugar onde chove⁷⁸. E, assim, o que parece inarticulado se converte em articulado afinal.

A via pela qual Recanati opta para rebater a tentativa de Stanley de comprometer a compreensão de certos efeitos de contextos sobre a significação em termos de constituintes inarticulados é atacar a funcionalidade do *Binding Criterion*. São duas as suas objeções e é delas que trataremos agora. A primeira diz respeito ao alcance do critério. De acordo com Recanati, ele afetaria mais expressões do que o que é necessário, desejável e plausível.

O grande problema que eu vejo no argumento de Stanley contra constituintes inarticulados é que ele funciona bem demais. Ele nos obriga a tratar como articulados não apenas elementos contextuais os quais podem plausivelmente ser tomados como valores de variáveis na estrutura sub-atômica, assim como elementos para os quais pelo menos se pode levantar a pergunta, mas também elementos contextuais para os quais esse tipo de tratamento está simplesmente fora de questão. (RECANATI, 2002 p. 29-30)

E isso ocorreria em função de *subordinações intuitivas* – casos nos quais nossa interpretação de uma enunciação conta com informações adicionais, providas pelo contexto, que não são requeridas pela sintaxe do termo, muito embora sejam intuitivamente requeridas. Um bom exemplo encontra-se em:

(15) João é anorético, mas sempre que seu pai cozinha cogumelos, ele come⁷⁹.

Nossa interpretação mais natural de (15) é de que João come *os cogumelos que seu pai cozinha*, garantida por um certo tipo operante de subordinação intuitiva que, por si, não garante que o constituinte provido seja *articulado*. Afinal, nada parece indicar que as informações adicionadas, constituintes de nossa interpretação, encontrem um lugar de argumento na forma lógica da frase. Parece muito mais plausível atribuir tal subordinação e origem a mecanismos puramente pragmáticos. Assim, Recanati chega a duas conclusões: a) de que o *Binding Criterion* não é restritivo o suficiente; b) de que uma estratégia argumentativa que se baseia em um critério “falho” deve ser abandonada.

⁷⁸ A interpretação mais precisa de (14) seria: *Para todos os locais L, tal que eu vá a L, chove em L (quando estou lá)*. Assim, L é uma variável livre oculta na forma lógica da frase, não sendo, desse modo, um constituinte inarticulado genuíno (RECANATI, 2002, p. 29).

⁷⁹ Frase retirada de RECANATI, 2002, p. 31. Outro bom exemplo dado, na mesma referência, é de: “O policial parou o carro” – caso de subordinação intuitiva.

A outra das suas objeções à Stanley diz respeito a uma falácia – uma ambigüidade, na verdade – em um dos passos da argumentação em favor do *Binding Criterion*. O raciocínio de Stanley é apresentado nos seguintes cinco passos:

1. Teóricos de constituintes inarticulados dizem que, na declaração simples ‘Chove.’, a localização da chuva é inarticulada.
2. Em ‘Aonde quer que eu vá, chove’, uma subordinação ocorre: a localização da chuva varia com os valores introduzidos pelo quantificador ‘Aonde quer que eu vá’.
3. Não há subordinação sem variável subordinável.
4. Assim, ‘chove’ envolve uma variável para a localização da chuva.
5. Segue-se que o teórico de constituintes inarticulados está equivocado: na declaração simples de ‘chove’, a localização da chuva está articulada. Ela é o valor (contextualmente provido) da variável livre na forma lógica, a qual pode também ser subordinada (como na frase complexa ‘Aonde quer que eu vá, chove’). (RECANATI, 2002, p. 33)

O problema estaria no quarto passo. Stanley não deixa claro que tipo de ‘chove’ é suscetível a variações nos valores de operadores; se apenas aqueles que envolvem explicitamente operadores – do tipo que indica “compreensões abstratas (ou fora de contextos)” – ou se também declarações não-complexas de ‘chove’⁸⁰. Para Recanati, apenas os casos de frases complexas envolvendo operadores parecem ter variáveis livres, multiplicadas na forma lógica – cf.: RECANATI, 2002, p. 34-35 – não os casos mais simples. Neles, as variáveis não precisariam se multiplicar, dada a presença de operadores, uma vez que não há nada que induza tal multiplicação.

Fica claro, desse modo, que a estratégia de subordinar constituintes na forma lógica também envolve objeções que chamam certa cautela em defendê-la. Foi importante conhecer as duas estratégias, desde que, na próxima subseção, veremos um tratamento que evita, de uma forma ou de outra, todas as objeções apresentadas até aqui, aproveitando ainda a estratégia que trata de classes de comparação enquanto constituintes inarticulados, *em certo sentido*.

3.1.3. Afinal, como explicar as classes de comparação sob uma perspectiva contextualista?

⁸⁰ Se apenas casos como os de (11) ou se também casos como o de (14).

Classes de comparação devem ser entendidas enquanto constituintes inarticulados *em certo sentido* – ao menos, é isso que procuraremos sustentar nas próximas páginas. E as razões para crer que sim são, a princípio, quase óbvias. Primeiramente, classes de comparação são constituintes, porque *constituem* as frases compostas por adjetivos comparativos, em pelo menos um estágio envolvido no processo de compreensão de tais frases. Em segundo lugar, classes de comparação são inarticuladas, porque, afinal, não estão articuladas nessas *frases da linguagem natural* compostas por comparativos. Mas, em que “certo sentido” classes de comparação são constituintes inarticulados? O que diferencia usos de adjetivos como “alto” de casos como (11)? Por fim, a estratégia que defenderemos evita as objeções à estratégia dos constituintes inarticulados apontadas na seção 3.1?

Talvez a melhor forma de compreender em que sentido classes de comparação são constituintes inarticulados seja através de um exemplo. Então, comecemos a partir de dele. Tomemos a frase:

(16) Kobe Bryant é alto.

De acordo com o que viemos defendendo, “alto” (na frase) envolve uma classe de comparação – ‘ser alto para um jogador de basquete da NBA’; algo como “ter mais de um 1 metro e 90 centímetros de altura” – que afeta o conteúdo vero-condicional de (16). Ora, essa “informação” acerca do que “alto” significa não está articulada na frase, muito embora seja intuitivamente acessível em contexto: em uma situação de compartilhamento, o falante e seu interlocutor sabem que Kobe Bryant é um jogador de basquete; e que jogadores de basquete, em geral, têm altura superior a 1,90. Uma questão relevante é, então, determinar se a provisão de tal classe de comparação é uma contribuição para as condições de verdade de (16) ou se ela participa de algum outro estágio do processo de compreensão linguística. Duas noções são úteis aqui: a de representação – “uma sequência de símbolos em algum meio...” (RECANATI, 2002, p. 48) e a de interpretação (de uma representação) – “alguma entidade ou complexo de entidades ao qual a representação corresponde”⁸¹ (RECANATI, 2002, p. 48).

Dessa forma, podemos entender classes de comparação como contribuições para representações – como uma adição de elementos representacionais ou de símbolos –, contribuições essas que as tornam mais precisas e elaboradas e que, em um segundo momento, recebem interpretações. O processo envolvido se desenvolveria segundo três

⁸¹ Ou o objeto representado.

estágios. Em um primeiro, o módulo lingüístico produziria uma representação sintática da frase em questão; e esse seria o *input* do processo de compreensão (via gramática da frase). No segundo estágio, a “representação sintática” se torna mais elaborada, por meio da intervenção de processos pragmáticos. Por fim, o último estágio é o que carrega condições de verdade.

Certamente, a adoção desse modelo pode gerar alguns questionamentos acerca de sua plausibilidade cognitiva; e, certamente também, podemos apelar para a autoridade de outros teóricos que defendem, basicamente, a mesma idéia⁸², como: Sperber e Wilson e R. Carston⁸³.

Sperber e Wilson concordam conosco – ou melhor, concordamos com eles – em que o processo de compreensão envolve estágios (faculdades) distintos:

Uma forma de limitar o papel de processos meta-psicológicos na compreensão verbal seria argumentar em favor de uma extensão do domínio da gramática e, assim, do escopo dos processos lingüísticos de decodificação (não-metapsicológicos) [...] Mas, não importa quanto o domínio da gramática seja estendido, há um ponto no qual escolhas pragmáticas – escolhas baseadas em informações contextuais – devem ser feitas. (SPERBER & WILSON. “*Pragmatics, Modularity and Mind-reading*”. *Mind & Language*, 17 (1 & 2): pp. 3–23, 2002, p. 5-6).

E R. Carston articula sua sugestão de como se organiza o processo que nos leva da gramática da frase à sua interpretação vero-condicional em moldes semelhantes aos que adotamos. Veja:

Aquilo que o LEM [significado linguisticamente codificado e contextualmente invariante] deve ser para desempenhar seu papel crucial como *input* ou critério para interpretação pragmática é algum tipo de representação mental, conceitual ou um procedimento capaz de interagir com aquelas representações do conhecimento de fundo (contexto amplo) que o interlocutor carrega no processo de compreensão. Os resultados da interpretação, representações de pensamentos/o significado que o falante intencionava, têm uma interpretação semântica (referem a objetos no mundo, são verdadeiros ou falsos). (CARSTON, 2002, p. 342)⁸⁴

⁸² E que julgam a posição extremamente plausível e/ou julgam dispor de boas evidências em favor dela.

⁸³ A estratégia de recorrer a esses autores, como forma de fundamentar melhor a posição que julgamos ser mais adequada no tratamento da semântica de comparativos, é motivada pelo caráter especulativo do modelo. Naturalmente, nós o reconhecemos e consideramos que, (1) na ausência de dados empíricos mais robustos em favor dele e (2) dados o espaço e as pretensões deste trabalho, seria suficiente recorrer a teóricos que já defendessem o modelo. Nossas principais motivações para assumi-lo, como já foi indicado, foram que, se correto, o modelo lida bem com as principais objeções apresentadas nas subseções anteriores desta seção.

⁸⁴ Para que essas posições fiquem mais claras, precisamos compreender que os limites entre semântica e pragmática deixam de existir na concepção de Sperber e Wilson e Carston. Em seu lugar, temos uma pragmática vero-condicional, que recebe estímulos lingüísticos como *input* e devolve interpretações vero-condicionais.

Sendo que Carston, em especial, descreve o processo reconhecendo uma etapa representacional, cujo conteúdo deve poder interagir com informações contextuais e que apenas o resultado dessa interação recebe uma interpretação vero-condicional⁸⁵.

Se aplicarmos o modelo para o caso de (16), temos que, primeiramente, a frase é identificada quanto às propriedades de sua gramática, sendo que resultado é o *output* do módulo lingüístico. Nesse estágio, apenas o significado linguisticamente codificado de “alto” é veiculado e uma primeira representação sintática é gerada. A ela, são associados elementos adicionais – no caso, a classe de comparação: “para um jogador de basquete; ou seja, que tem mais 1,90m de altura” – que competem, através de meios pragmáticos, como a percepção de aspectos salientes no contexto, para uma maior elaboração e completude da representação. Por fim, são geradas condições de verdade, às quais são dadas interpretações.

Qual é a diferença entre o caso de (16) e o caso de (11)? Que, no primeiro caso, a classe de comparação é articulada em um estágio pré-semântico do processo de compreensão do termo (antes das condições de verdade estarem prontas para receber uma interpretação). Na verdade, a classe de comparação se associa, ou melhor, articula-se à *estrutura sintática* da frase, não porque é um constituinte do contexto de enunciação ou dos estados de coisas representados por (16), mas em virtude das convenções lingüísticas que regem o uso de adjetivos como “alto”⁸⁶. Já com relação a (11), segundo a explicação de Perry, o constituinte inarticulado torna-se necessário meramente por *razões metafísicas* – porque faz parte de nosso conhecimento de mundo que chove (quase sempre) em algum lugar.

Uma vantagem clara do modelo que tentamos defender com relação ao de Perry está em evitar uma das objeções de C & L, vistas em 3.1.1.1.: a de que procuramos “articular” uma localização a usos do verbo “chover”, porque, ao falarmos de chuva, é muito comum nos interessarmos por onde ela cai. Segundo desejamos sugerir, se a localização ou qualquer outro constituinte inarticulado importa é porque é típico de sua formação lingüística cobrar maior elaboração⁸⁷, não, diretamente, por motivos de interesse prático. Uma evidência paralela que nos ajuda a compreender essa diferença são os testes de sensibilidade de Stanley (2005). Eles estabelecem que adjetivos como “alto” permitem modificadores, como “muito”, “realmente” e etc., e cláusulas comparativas, como: “mais que”, “menos que”.

⁸⁵ Essa é também a posição de Recanati (2002).

⁸⁶ Filósofos da linguagem, como Stanley, defendem que, na verdade, não são estruturas sintáticas que recebem informações extralingüísticas de contextos de enunciação, mas estruturas conceituais. No entanto, pensando que seria desnecessariamente complicado, sobretudo para os propósitos do presente projeto de pesquisa, assumir que estruturas conceituais recebem interpretações vero-condicionais, preferimos uma via mais enxuta, apoiada em um modelo defendido pelos filósofos e cientistas cognitivos aqui apresentados (Carston, Sperber e Wilson, Recanati).

⁸⁷ Claro que também são metafísicas, em certa medida. Veremos *em que* medida na seção 3.3.3..

Se voltarmos a (16), por exemplo, podemos perceber que, de fato, “alto” permite tanto modificadores quanto cláusulas:

(16A) Kobe Bryant é *realmente* alto.

(16B) Kobe Bryant é (*bem*) *mais alto* que Lula.

Como resultado, podemos concluir que classes de comparação – indicadas, principalmente, pelas cláusulas comparativas – estão articuladas a adjetivos comparativos: o que é perceptível pelas convenções lingüísticas evidenciadas no teste – e não, meramente, por razões metafísicas. Vale marcar, contudo, que não assumimos, como Stanley, que o teste é um indicador de que as classes de comparação estão, necessariamente, na forma lógica. A posição que defendemos é mais relaxada quanto a essa exigência. Assumimos que o constituinte – inarticulado, no sentido de não estar articulado na frase da linguagem natural – *pode ser* lingüístico, já que nossa exigência é apenas que ele possa se associar à representação mental do segundo estágio de processamento que apresentamos acima. Como entidades lingüísticas podem se associar a essas representações mentais – que são, afinal, estruturas sintáticas –, o constituinte inarticulado pode ser uma variável subordinada, como supõe Stanley. Assim, incorporam-se as vantagens empíricas da estratégia que recorre à forma lógica, ao mesmo tempo, tornando-a mais restritiva: válidas nos *casos* certos – o que, como vimos em 3.1.2.1, a posição de Stanley não é – ou seja, para os quais temos boas evidências de que há um lugar de argumento.

Para os adjetivos comparativos, em contrapartida, preferimos seguir com Recanati – como viemos fazendo até agora – na defesa de uma posição mais relaxada, segundo a qual podemos dispensar a forma lógica e assumir *apenas* que classes de comparação entram na nossa compreensão de adjetivos comparativos, por meio de saliência contextual, para tornar nossa compreensão mais elaborada e precisa. Por que elas entram? Porque falantes competentes, via de regra, em situações de sucesso comunicativo, usam todas as informações disponíveis (sejam mínimas ou máximas) necessárias para compreender, com precisão, o que é dito por seus interlocutores – e, assim, ser capaz de estabelecer valores de verdade. Em casos de erro, não-compartilhamento, compreensões abstratas⁸⁸, nem todas as informações

⁸⁸ Nesses casos, que gostaríamos de assemelhar aos de erro e não-compartilhamento, incluímos exemplos como: “Aonde quer que eu vá, chove”, “A maioria das espécies têm membros que são baixos” – respectivamente (14) e (12) deste capítulo. Esses são casos “fora de contextos”, não porque houve erro de alguma espécie, mas porque é a intenção expressa do falante retirar as expressões “chover” e “baixos” de contextos. Aqui, prevalece o sentido mínimo (de que viemos falando). O que é preciso ressaltar é que, por mais que esses exemplos sejam dados

necessárias estão disponíveis e só resta a apreensão de algo como um sentido mínimo, incompleto, *não uma proposição*⁸⁹. Disso, talvez, origine-se o que Taylor chamou de “sensação de incompletude”: ela seria a sensação do falante competente de não dispor de todas as informações necessárias para compreender o que foi dito⁹⁰.

3.2 O minimalismo e os adjetivos comparativos

As posições contextualistas apresentadas até aqui, mesmo sendo diversas entre si, possuem um ponto característico em comum: são alegadamente vítimas de críticas semelhantes – ao tipo de argumentação utilizada e às teses defendidas – por parte de seu oponente minimalista. O intuito central, nesta seção, então, é vermos algumas delas.

Primeiramente, veremos a crítica geral aos argumentos de incompletude e, em seguida, passaremos em vistas os testes de sensibilidade de C & L e checaremos o comportamento dos comparativos diante deles. Tudo isso, acreditamos, resume muito do que minimalistas têm a dizer negativamente, acerca das explicações contextualistas para certas evidências que envolvem o tipo de expressão em que temos interesse – adjetivos comparativos, claro.

Na última parte, apresentaremos o tratamento minimalista da semântica desses adjetivos, o que, diga-se de passagem, não pede uma apresentação muito demorada, exceto no que se refere a certas repercussões que envolvem metafísica. Abordaremos melhor esse último passo na próxima seção, onde apresentamos algumas sugestões de respostas possíveis à parte negativa da argumentação de C & L e ressaltamos alguns problemas na parte positiva.

contra contextualistas moderados, não julgamos que, pelo modelo cognitivo de compreensão lingüística que apresentamos aqui, estejamos impedidos de aceitar sentidos mínimos em compreensões abstratas. Pelo contrário, consideramos que se trata do resultado “incompletamente vero-condicional” de certos tipos de formações lingüísticas – das quais são exemplos (12) e (14). Nesses casos, não há necessidade de elaboração do tipo que apela para contextos. Todavia, vimos que Stanley julga ter claras vantagens com relação ao que chamamos de leituras abstratas. Para ele, apenas sua posição dá conta tanto dos casos em que há saliência disponível quanto daqueles onde não há. Sua posição é mesmo mais vantajosa? De acordo com a explicação que defendemos acima, a estrutura sintática resultante do primeiro estágio de compreensão de frases como (12) e (14) é o resultado de decodificação, via gramática; e é a gramática que deve estabelecer a necessidade ou não de provisão contextual de elementos. Isso porque, no segundo estágio, já entram em cena informações pragmáticas – e quais são tais informações é algo que já precisa estar estabelecido. Como frases (12) e (14) têm formações que não remetem à necessidade alguma de provisão contextual, as frases podem ser compreendidas sem saliência. Enfim, ainda podemos ficar com o modelo que estamos tentando defender, em vez do modelo de Stanley.

⁸⁹ Se pensarmos no assunto, mais estritamente, em termos de modelo cognitivo, C & L também possuem. Para eles, a compreensão se dá no nível dos atos de fala e já vimos (no Capítulo I) que fatores contextuais influenciam a esse nível. Qual é o modelo empiricamente mais plausível? Não temos respostas conclusivas, mas podemos pensar na questão em termos da diferença entre proposição mínima e proposição intuitiva. Podemos dizer que o modelo que estamos tentando defender parece *intuitivamente* mais adequado.

⁹⁰ Por essa via, evitaríamos falar em mecanismos causais e forma subatômica.

Assim, considerando que o cerne desta dissertação (pelo menos em algo de positivo que ela tenha a dizer) é chegar ao debate entre minimalismo e contextualismo, acerca dos adjetivos comparativos, essa seção não passa de uma preparação para a próxima. Mas, ainda assim, consiste em um estágio crucial, onde muito do que se vai dizer a seguir encontra sua fundamentação.

3.2.1 A instabilidade dos argumentos de incompletude

A segunda parte da argumentação negativa de *IS* com relação ao contextualismo moderado está em mostrar que os argumentos de incompletude, assim como os de variação contextual, também são instáveis. Eles alegam que a constatação – dada alguma evidência – de que a presença de *certa expressão* componente *e* gera frases com incompletude proposicional força a aceitação de que o mesmo ocorre com *todas as demais* frases da linguagem comum. Segue-se, assim, que o pobre moderado, uma vez mais, vê-se inevitavelmente levado a aceitar uma forma de contextualismo radical. Nas palavras dos próprios autores: “Se Argumentos de Incompletude [...] são suficientes para mostrar que o [contextualismo moderado] é verdadeiro (i.e. se eles são suficientes para mostrar que uma expressão *e*, que não está no *Basic Set*, ainda assim é sensível a contextos), segue-se que o CR [contextualismo radical] é verdadeiro” (C & L, 2005a, p.59).

C & L afirmam que a estrutura de um argumento de incompletude pode ser dividida em três estágios. No primeiro deles, é solicitada uma intuição acerca da completude de uma frase dada, o que deve atestar a presença de sensibilidade contextual e a não-expressão de uma proposição completa e semanticamente avaliável. No segundo estágio, por sua vez, é solicitada uma intuição de como a mesma frase pode ser tornada avaliável. E a conclusão (último estágio) deve ser de que algo deve ser oferecido, em contexto, para que a tal frase expresse uma proposição completa. Mas, como funcionam argumentos de incompletude? Para termos uma idéia, tomaremos os mesmos exemplos que C & L (2005a, p. 59-60) retiram da literatura contextualista:

(17) Tipper está pronto.

(4) Aço não é forte o suficiente.

O que nos interessará neles, por questões de argumento⁹¹, é apenas o primeiro estágio. As intuições supostas pelo contextualista, nos dois exemplos, são de que um complemento que responda à pergunta “para que?” se faz necessário na interpretação de (17) e (4), muito embora as mesmas sejam bem formadas.

Para C & L, todavia, não há problema algum de incompletude nas duas frases. A frase (4) é verdadeira se somente se *aço não é forte o suficiente* e (17), se e somente se *Tipper está pronto*. O que C & L fazem para provar que os contextualistas estão equivocados é: (a) questionar o que as frases complementadas têm de *legitimamente a mais* com relação às proposições mínimas; (b) mostrar que até mesmo os complementos estão passíveis de incompletude e (c) mostrar que, afinal, o argumento de incompletude se generaliza para todas as frases da linguagem comum – e que, dessa forma, não há nada de especial em frases como (17) e (4)⁹².

Sobre (4) e seu complemento, eles afirmam:

Pode-se argumentar que [(4)] falha em especificar condições de verdade porque não estabelece por quanto tempo o suporte deve durar. Alguns minutos é o suficiente? Mais de três dias? Muitos anos? [...] Nada nos significados das palavras em [(4)] responde a tais perguntas, e certamente nada em seu complemento. Se as razões que levaram os contextualistas moderados a concluir que [(4)] é incompleta são realmente boas por que eles não as expandem para o complemento também? [...] Se [(4)] é incompleto porque não responde à pergunta ‘não é forte o suficiente para que?’, então por que o complemento não é também incompleto porque não responde, *inter alia*, à pergunta ‘Não é forte o suficiente para suportar o teto por quanto tempo?’. (C & L, 2005a, p. 63)

Desse passo, então, C & L procuram afetar a noção de complementação como ingrediente vero-condicional, uma vez que ela não parece desempenhar um papel conclusivo na constituição do que estamos tentando chamar de proposição (realmente) completa. Procuram também generalizar e importar as conclusões de incompletude para todas as demais frases, o que objetiva salientar a implausibilidade da estratégia de incompletude, ante a distintividade da sensibilidade contextual.

Se aceitarmos essas conclusões de C & L, surgiriam perguntas incômodas, como: “afinal, ‘Smith pesa 80 kg’, por exemplo, não seria *novamente* sensível a contextos, como sustenta o radical?” Se a resposta for “sim”, então somos roubados de nossas conclusões no

⁹¹ E é apenas nesse estágio da argumentação que C & L se concentrarão na sua crítica aos argumentos de incompletude.

⁹² Há uma parte da argumentação que remete a uma “aliança temporária” – bastante inusitada – entre os autores e Travis (C & L, 2005a, p.64-65). Contudo, ela apenas reforça o que já vamos dizer pelo resto da seção, de modo que deixamos apenas uma indicação de leitura.

Capítulo II e voltamos a ter que lidar com outra alegação de instabilidade do contextualismo moderado. Essa é, então, definitivamente, uma conclusão que desejamos evitar. Mas, como essa seção é destinada apenas a *apresentar* os argumentos minimalistas – e não a *tratar* dos argumentos minimalistas – que podem ser destinados a refutar o contextualismo moderado, não nos deteremos nas conclusões de C & L. Isso será feito na seção 3.3, intitulada “Contextualismo versus Minimalismo”, na qual sugerimos algumas soluções às objeções minimalistas. Por enquanto, passaremos para outra importante linha de objeção ao contextualismo: os testes de sensibilidade. Na próxima seção, veremos o que tais testes procuram estabelecer. E, na seção 3.3, nós os retomaremos com a intenção de oferecer razões para não aceitá-los.

3.2.2. Adjetivos Comparativos e os testes de sensibilidade de C & L

Nas duas subseções anteriores, vimos objeções de C & L especificamente ao contextualismo moderado. Vimos também, no capítulo anterior, uma breve apresentação dos testes de sensibilidade, idealizados e utilizados, pelos autores, para sustentarem a insensibilidade semântica de todas as expressões exclusas do *Basic Set*.

O que faremos, nesta subseção, é aplicar o caso dos adjetivos comparativos a cada um desses testes. Nosso intuito, assim, é abordar também as críticas feitas ao contextualismo radical – pelo menos aquelas que podem, plausivelmente, ser aplicadas aos comparativos. Isso porque desejamos, ao fim do capítulo, ter abordado todas as objeções que podem ser aplicadas ao contextualismo moderado. Além disso, a importância dos testes é inquestionável: C & L dedicam um longo capítulo a explorar essa estratégia argumentativa de testar expressões supostamente variantes. Assim, mostrar que os testes não funcionam – como pretendemos fazer na próxima seção – é um estágio imprescindível de qualquer um que busque lidar com as objeções de *IS*. Nosso procedimento será um pouco distinto do usual até agora. Ele será dividido em dois passos: a) apresentar o teste e b) usá-lo para o adjetivo comparativo “rico”, mostrando, ao fim, sua reprovação.

Teste 1: Expressões com sensibilidade contextual bloqueiam relatos inter-contextuais com discurso indireto

Esse teste pode ser descrito, basicamente, assim: “Tome uma enunciação e de F em C. Seja C’ um contexto relevantemente diferente de C [...] Se houver um relato em discurso

indireto verdadeiro de e em C', então há evidência de que F é insensível a contextos" (C & L, 2005b, p. 201).

Podemos, então, tomar um exemplar do *Basic Set*, como "eu", em:

(18) Eu sou loira.

Dita por Madonna, e analisar seu comportamento diante do teste. Se a frase for relatada, no dia seguinte, por sua filha, Lola, ela deixaria de ser verdadeira? Certamente que sim, visto que "eu" não mais serviria para referir a Madonna; serviria, agora, para referir a Lola – que, a propósito, é morena. Isso ocorre porque, de acordo com C & L:

É (quase) uma questão de definição que expressões sensíveis a contextos tendem a bloquear relatos inter-contextuais com discurso indireto. A razão por que isso é óbvio: e é sensível a contextos se e somente se e muda de valor semântico entre contextos de enunciação relevantemente diferentes. É óbvio que todas as expressões tradicionalmente reconhecidas como sensíveis a contextos ('ele', 'agora', 'aquele', 'você') bloqueiam relatos inter-contextuais com discurso indireto. (C & L, 2005b, p. 201)

O caso de "rico", por sua vez, é tomado como bem diferente de "eu". Se pensarmos na frase:

(19) Mark Zuckerberg é rico.

Dito por Marquinhos, um utilizador assíduo do *Facebook*, e, logo em seguida, pensarmos na mesma frase sendo relatada por seu primo, Ernesto – "Marquinhos disse que Mark Zuckerberg é rico" –, teríamos que "rico" permanece tendo o mesmo significado. Em outros termos, no primeiro contexto (no qual o falante é Marquinhos) e no segundo contexto (no qual Marquinhos é citado por Ernesto), temos que "rico" não varia e, assim, não bloqueia o discurso indireto realizado por Ernesto.

Teste 2: Expressões sensíveis a contextos bloqueiam descrições coletivas

O segundo teste estabelece que, tomando-se duas frases verbais A v-s e B v-s:

... tendo-se como base meramente o conhecimento de que há dois contextos de enunciação em que 'A v-s' e 'B v-s' são verdadeiras respectivamente, não se pode automaticamente inferir que há um contexto em que 'v' pode ser usado para descrever o que A e B fizeram. (C & L, 2005b, p. 201).

E o mesmo ocorreria com termos singulares, como “amanhã”. Por exemplo, não se segue que se “Bianca irá amanhã” e “Francisca irá amanhã” são verdadeiras, haverá um contexto em que “Bianca e Francisca irão amanhã” é verdadeira.

Por outro lado, segundo C & L, se enunciações de (19) e de:

(20) Luiz Inácio Lula da Silva é rico.

Expressam proposições verdadeiras, é possível garantir que há (pelo menos) um contexto em que uma enunciação de:

(21) Mark Zuckerberg e Luiz Inácio Lula da Silva são ricos.

Também expressa uma proposição verdadeira. Sobre esse resultado, os autores comentam:

Se [...] nós obviamente pudermos descrever o que elas [‘Mark Zuckerberg é rico’ e ‘Luiz Inácio Lula da Silva é rico’] têm em comum por [‘é rico’], [...] então há evidência em favor da visão de que [‘é rico’] nessas diferentes enunciações tem o mesmo conteúdo semântico e, assim, não é sensível a contextos. (C & L, 2005b, p. 202).

Teste 3: Expressões sensíveis a contextos passam por relatos inter-contextuais com discurso indireto e admitem argumentos de variação contextual reais

O último teste é, na verdade, uma espécie de compilação dos dois anteriores. A única novidade nele é a aparição da noção de argumento de variação contextual *real*, que já conhecemos no fim do capítulo II. Eis o que o teste estabelece:

Simplesmente olhe e veja se *e* [certa expressão] se comporta como deveria, usando, de fato, *e* em um contexto de enunciação (dessa maneira, fixando seu valor semântico naquele contexto) e simultaneamente descreva outro uso de *e* com valor semântico distinto, em outro contexto.

Desde que *e* não é sensível a contextos a menos que seus valores semânticos possam mudar de contexto para contexto, e desde que o valor semântico que *e* assume, digamos, neste contexto de enunciação [...] pode ser distinto do valor semântico que assume em algum outro contexto, para testar se *e* é sensível a contextos ou não, simplesmente use *e*; para usar *e*, coloque *e* em uma frase e use-a. (C & L, 2005a, p. 105)

Uma forma de resumir tal modo singelo de pensar e testar a sensibilidade contextual é tomando, novamente, uma expressão como “eu” (do *Basic Set*) e aplicando-a ao esquema expresso pela seguinte frase:

Existe (ou pode existir) uma falsa enunciação de ‘S’, muito embora S.

Assim, teríamos, por exemplo:

Existe (ou pode existir) uma falsa enunciação de (18) muito embora eu seja loira.

Como parece claro, a utilização desse esquema funciona para “eu”, uma vez que a mudança de falante determina que o contexto foi relevantemente alterado e que “eu” varia, ou seja, é sensível a contextos. Esse resultado, segundo C & L, pode ser generalizado para todos os demais termos do *Basic Set*.

Ele não funcionaria, no entanto, para outras expressões, como o adjetivo “rico”. Vejamos:

Existe (ou pode existir) uma falsa enunciação de “Mark Zuckerberg é rico” muito embora
Mark Zuckerberg seja rico.

O esquema evidencia que “rico” traz algum conteúdo fixo, a saber, seu “conteúdo mínimo”, que infringe o que C & L reconhecem como indicadores de sensibilidade contextual. “Rico”, então, como outros adjetivos comparativos passa no teste.

Ao fim da “bateria de exames” aos quais submetemos “rico”, C & L afirmam que chegamos à conclusão segura de que comparativos não se comportam como indexicais, demonstrativos e etc. e, por isso, não podem forçar sua entrada no *Basic Set*. Veremos, mais adiante, se devemos confiar plenamente na verdade dessa afirmação.

3.2.3 O tratamento minimalista da semântica de adjetivos comparativos

O que pode ser concluído da subseção anterior, então, não é nenhuma novidade. Afinal, já sabemos que C & L não tomam adjetivos comparativos como termos de valor semântico variante. Uma informação adquirida realmente relevante foi ter visto e/ou

fortalecido alguns motivos porquê ⁹³ C & L mantêm tal opinião. Resta-nos, agora, entender como o minimalismo compreende e descreve a semântica de tais termos.

Eis uma forma simplificada de argumento minimalista.

(22) Osama Bin Laden é alto⁹⁴.

(22') 'Osama Bin Laden é alto' é verdadeira se e somente se Osama Bin Laden é alto (simplesmente).

(22'') 'Osama Bin Laden é alto' semanticamente expressa a proposição de que *Osama Bin Laden é alto*.

Vemo-nos, mais uma vez, diante de um impasse clássico na discussão contextualismo/minimalismo: aceitar ou não a idéia de uma expressão como “alto (simplesmente)”. Sobre isso, C & L (2005a) comentam: “Aqui está nosso problema: Nós pensamos que essa é uma resposta conclusiva, mas nossos oponentes insistem em mais elaboração” (C & L, 2005a, p. 205) ⁹⁵. Por questões de argumento, nesta seção, assumiremos que a descrição de um argumento minimalista acima já é satisfatória e que não há necessidade de mais elaboração. Mas, afinal, que maior elaboração seria essa, pedida pelo oponente do minimalista?

Eles cobram maior detalhamento quanto ao que é “ser alto”, ou seja, o que é para um objeto instanciar tal propriedade – em outros termos, expressam o que C & L chamariam de “preocupações metafísicas”. Por exemplo, o que é ser alto para uma girafa? O que um homem precisa ser para ser considerado alto? E assim por diante. Na interpretação de C & L, o que eles querem dizer é:

Não posso tomar essa teoria a sério a não ser que você me diga mais sobre o que o lado direito desses bi-condicionais querem dizer (ou requerer ou demandar ou...). Você simplesmente não tem uma teoria semântica a menos que possa dizer mais. Se você não pode me dizer o que é ser alto, então você não tem uma teoria semântica. (C & L, 2005a, p.205)

Fato é que C & L acabam entrando nessa discussão, apesar do claro (e lúdico) desconforto, expresso em:

⁹³ Outro motivo seria a impossibilidade de comunicação, diante da variância de significados. No entanto, não precisamos lidar com essa linha de argumentação negativa, uma vez que ela se aplica, sobretudo, ao contextualista radical – e o tipo de contextualismo em que estamos interessados, aqui, é o moderado. Para mais sobre o assunto, cf.: C & L, 2005a, p. 123-127.

⁹⁴ Retirado de C & L, 2005a, p. 205.

⁹⁵ Já assumimos sérias ressalvas à noção de proposição mínima no Capítulo II; e, segundo esperamos ter mostrado, ela não é satisfatória para o caso dos comparativos. Contudo, como o propósito desta subseção é apenas apresentar o que os minimalistas entendem pela semântica de comparativos, não há boas razões para entrarmos em objeções.

Apesar de nós tomarmos as respostas para essas várias perguntas, *qua* semanticistas, como bastante óbvias, nós também percebemos que nos firmarmos em nossa posição é quase impossível (certamente sem recompensas) desde que todo mundo com quem nós gostamos de conversar sobre esses assuntos parecem perder interesse se não elaboramos. Então, parcialmente por razões egoístas (não queremos que as pessoas nos ignorem), parcialmente do fundo da bondade de nossos corações (buscamos a harmonia filosófica), nós entraremos em um pouco de metafísica. Nós fazemos isso, no entanto, tomados de ressentimento e, sobretudo, com o objetivo de levar nossos oponentes a perceberem o quanto é absurdo requerer que nós respondamos a tal colocação. (C & L, 2005a,, p. 206)

O que eles dizem sobre o tópico, em resumo, é que “ser alto” é semelhante a atividades como dançar ou comer. Pessoas dançam de diversas maneiras: pulando, mexendo as mãos, mexendo a cabeça ou apenas as pernas. Pessoas comem de diversas maneiras: comem sopa, comem sanduíches, em restaurantes ou em casa. Aquilo que une a diversidade de formas de comer e dançar, então, é o que “comer é” e “dançar é”. Da mesma maneira, Osama Bin Laden, o Pico do Jabre e Augusto (dos nossos exemplos, no Capítulo II) têm algo em comum que é “ser alto”. Enfim, eles sustentam que não precisam, enquanto condição necessária, porque são semanticistas e não metafísicos, dar qualquer explicação do que “ser alto (ou rico ou baixo) é” para estabelecer as condições de verdade de uma frase como “Osama Bin Laden é alto”. E se algo parecer variar na proposição expressa pela frase, isso pode sempre ser explicado recorrendo-se a “o que é dito” pela enunciação, em termos de pluralismo dos atos de fala – de acordo com o que vimos no capítulo I.

Então, o que vimos nesta seção foi o minimalismo acerca da semântica do nosso caso de interesse, os adjetivos comparativos, e algumas das suas objeções ao contextualismo. Nosso intuito foi dar ao leitor a oportunidade de conhecer o minimalismo, nos pormenores que nos interessam, isoladamente, e tomar conhecimento de suas “armas” no debate que trava, em *IS*, com o contextualismo.

Até aqui, no entanto, estávamos apenas preparando o cenário para um “enfrentamento” das suas partes – apresentando, em duas seções, suas sugestões particulares sobre como tratar a semântica dos adjetivos comparativos. É na próxima seção que colocamos as posições frente a frente: apresentamos algumas reflexões sobre as objeções minimalistas, às luzes do modelo de explicação contextualista da semântica de comparativos, apresentada na seção 3.1.3.; e mostramos os sucessos e fracassos de cada uma das posições.

3.3 Contextualismo *versus* Minimalismo

Naturalmente, em algum ponto deste capítulo teríamos que testar a suficiência de nossas duas teorias rivais; e nenhum espaço parece mais oportuno do que as páginas de sua última seção. Nela, avaliaremos sucessos e insucessos de contextualistas e minimalistas, com relação aos pontos levantados nas duas seções anteriores. Mais precisamente, aqui, veremos como a proposta final de contextualismo – aquela que nos propomos a defender – lida com os principais contra-argumentos minimalistas, a saber: a objeção de instabilidade da estratégia de incompletude, os testes de sensibilidade, e a proposta positiva do minimalismo, no que diz respeito a questões metafísicas e cognitivas.

3.3.1. Onde a estabilidade dos argumentos de incompletude se esconde

Vimos que argumentos de incompletude exploram *intuições* de incompletude (no Capítulo II). Vimos também que C & L consideram tais intuições evidências escorregadias, uma vez que podem levar contextualistas de pretensões moderadas a generalizações indesejáveis sobre a questão da sensibilidade semântica.

Na contramão dessas afirmações, veremos, agora, que podemos, sim, aceitar intuições de incompletude sem escorregar inesperadamente, sustentando-nos (tão somente) em um fato (ou alguns deles) algo óbvio sobre o modo como nos comunicamos. Para começar, então, tomemos novamente (17).

O contextualista defensor dos argumentos de incompletude dirá que há uma cláusula, funcionando como complemento para “estar pronto”, que oferece certas informações sobre *para que* Tipper não está pronto. E essas informações, que tornam (17) uma proposição completa e avaliável, estão disponíveis no contexto estrito de enunciação por meio de saliência. O mesmo contextualista dirá algo parecido sobre (23).

(23) Marta é baixa.

O que nossos minimalistas dirão, em contrapartida, é que não há boas evidências de que a provisão desses complementos traz qualquer adição às condições de verdade de (17) e (23). Mesmo por que eles afirmam que não compreendem muito bem o que é essa tal “proposição completa e avaliável” do contextualista e pensam que a incompletude dessas frases pode ser levada a todas as frases da linguagem comum, ou seja, ao absurdo – o que leva toda a posição moderada, conseqüentemente, ao absurdo.

Nossa solução para essas objeções procura ser bastante sucinta. Primeiramente, porque mantemos que o melhor motivo para aceitarmos os argumentos de incompletude são justamente as intuições que explora. E parece bastante claro que o que essas intuições oferecem, para (17) ou (23) – que elas não têm, se tomadas apenas em termos de suas proposições mínimas (ou seja, do “estar pronto *simplesmente*” ou “ser baixa *simplesmente*”) – são informações adicionais que ajudam a determinar, com precisão, a extensão do que é dito; colaborando, assim, para um desejado sucesso comunicativo.

E isso não impede que o contextualista aceite algo como a proposição mínima para casos de erro ou não-compartilhamento. Desse modo, por que não aceitar as intuições de incompletude? C & L tentam dar alguns motivos. O principal deles é que complementos também podem ser passíveis de complementação: aço não é forte o suficiente *para sustentar o concreto* ainda pediria respostas a perguntas como, “por quanto tempo?”, por exemplo.

Ora, não podemos negar que complementações de expressões como “estar pronto” ou “ser forte o suficiente” podem precisar de acréscimos. Contudo, não vemos bons motivos para generalização. Basta pensarmos na questão em termos de *tipicidade*. Tipicamente, quando dizemos (17), basta acrescentarmos *para ir à praia* ou *para ir ao dentista* e nada a mais parece ser exigido. E quando teóricos apelam para exemplos de uso da linguagem comum desse tipo supõem, justamente, essas situações típicas e as intuições geradas por elas.

Claro que, em alguns contextos, as informações contidas no complemento podem variar, de acordo com a necessidade de provisão ou sua disponibilidade. Por exemplo, ao enunciarmos (4) –, para a qual o complemento pode ser “*para sustentar o concreto*”, podem estar disponíveis, em contexto, mais informações – sobre o tempo de duração da suspensão do concreto ou a quantidade de material em jogo etc.⁹⁶. – e elas podem ser necessárias; mas, esse parece ser um caso isolado⁹⁷. Basta pensar no caso de “estar pronto” – que parece, tipicamente, indicar algo distinto. Em um exemplo em que Tipper não está pronto *para ir ao dentista*, expresso por (17), parece mais difícil conceber que mais informações sejam necessárias – parece que qualquer outra informação convertida fugiria a perguntas básicas, como: “para que?”.

⁹⁶ Se essas informações não estiverem salientes, “para sustentar o concreto” pode ser suficiente. Basta pensarmos em outro exemplo com “suficiente”. Se Marta precisa comprar um lápis de R\$3,00, tendo R\$5,00, e seu pai diz: “Marta tem dinheiro o suficiente”, o complemento “*para comprar o lápis*” parece esgotado.

⁹⁷ Vale ressaltar que *não* estamos assumindo, aqui, que o complemento de expressões como “estar pronto” ou “ser forte o suficiente” seja *fixo*. Na dependência do contexto, é muito natural ele possa variar, visto que outras informações podem ser necessárias, mas, em vistas apenas disso, não há por que falar em sensibilidade contextual do complemento.

Talvez por uma questão de dinâmica conversacional, quando nos comunicamos, estamos interessados na apreensão suficiente e necessária de informações, em geral, é suficiente para os casos de frases que pedem complementação – afinal, por que dizer/comunicar mais ou menos do que o necessário para ser compreendido? Assim, tipicamente, não precisamos de muito, além de “*para ir ao dentista*”, para compreendermos *para que* Tipper não está pronto. E, mais, tal complemento tem uma função clara: a de tornar mais preciso o que é dito, possibilitando a “sensação” de que se tem toda a informação para avaliar se o que é dito é verdadeiro ou falso.

Daí, concluímos que não há espaço para generalizações e os argumentos de incompletude podem ser mantidos simplesmente pela adição de uma ressalva: *ao explorá-los, teóricos apelam para casos típicos – preferencialmente com contextos bem determinados, dado que as informações contidas no complemento devem ser, sob pena de comprometer o sucesso da estratégia explicativa em questão, facilmente e precisamente identificadas.*

3.3.2 Onde os testes de sensibilidade falham

Cappelen e Lepore (2005a) assumem que uma das formas mais eficientes de atestar a sensibilidade contextual de certas expressões é por meio de testes⁹⁸ – especificamente, os *seus* três testes⁹⁹. E assumem também que o principal resultado ao qual se chega através deles é à distintividade das expressões (realmente) sensíveis a contextos: aquelas mesmas do *Basic Set*¹⁰⁰ ou as que se comportam linguisticamente como elas.

Vimos, na seção 3.2., que adjetivos comparativos não passam nos tais três testes. E, conseqüentemente, para aqueles que acompanham C & L na suposição de que eles constituem boas evidências, teríamos que competir pela melhor qualidade das nossas evidências, em detrimento daquelas exploradas por C & L. E é isso que desejamos nesta seção: “salvar” os

⁹⁸ É importante fazer justiça a C & L em que eles não afirmam que os testes são condições necessárias e suficientes para sensibilidade contextual, mas apenas evidências.

⁹⁹ Que revimos na seção 3.2.

¹⁰⁰ C & L (2006b) afirmam que aceitam outros tipos de sensibilidade contextual: “Dentro da classe de expressões semanticamente sensíveis a contextos existem muitos tipos diferentes... Algumas são automáticas, outras não. Algumas apelam para as intenções dos falantes, outras não. Algumas requerem demonstrações, outras não...” (C & L, 2006b, p. 66). No entanto, é possível contrastar essa citação com o que dizem ainda nas primeiras páginas *IS*, quando imaginam alunos “não-contaminados” a quem se pede para classificar certas palavras (como: “ontem”, “aqueles”, “saber” e “vermelho”) como sensíveis ou não a contextos. O resultado que supõem é que apenas os indexicais de Kaplan – e alguns termos “contextuais” – seriam apontados como sensíveis. Afirmam, então: “Nós pensamos que essas classificações iniciais fortes e claras são corretas e que semanticistas que as ignorem estão mal-direcionados” (C & L, 2005a, p. 1). Assim, parece confuso o que C & L tomam como “sensibilidade genuína”. Assumindo como base apenas *IS* no bruto, continuamos pensando que sua visão presa pela distintividade da sensibilidade genuína, resumida ao seu *Basic Set*.

comparativos, mostrando que os três testes de sensibilidade são falhos – ou porque, tal como foram formulados, não funcionam; ou porque é possível fazer com que não funcionem. Utilizaremos, então, principalmente, objeções contidas em um conjunto de artigos sobre *IS*, de autores como Bezuidenhout, Recanati, Travis e Szabó.

Começaremos pelo primeiro teste: expressões com sensibilidade contextual bloqueiam relatos inter-contextuais com discurso indireto. Como vimos, ele estabelece que uma expressão sensível a contextos deve ser modificada para preservação de sentido, caso haja mudança relevante de parâmetros entre contextos, no caso de discurso indireto – “eu”, por exemplo, torna-se “ele”, “ela”, pois o falante (do contexto) muda de primeira para terceira pessoa. C & L contrastam o caso de “eu” com “estar pronto” em:

(24) João está pronto¹⁰¹.

Eles afirmam que o contexto pode ser alterado relevantemente, do discurso direto para indireto, e o que é dito por “estar pronto” permanece o mesmo. Ora, segundo o que Bezuidenhout sugere, C & L negligenciam o fato de que, mesmo que “estar pronto” mantenha o que ela chama de *thin sense* – um equivalente do nosso sentido mínimo –, do contexto em discurso direto para o contexto em discurso indireto, permanece a pergunta: “João está pronto para que?”. E, também, o teste não parece funcionar tão bem para indexicais como “aquele”, em:

(25) Você deveria usar aquele.

Visto que há um sentido mínimo para “aquele”, da mesma forma em que há para “estar pronto”. Enfim, Bezuidenhout resume e objeta a estratégia de C & L para o primeiro teste nos seguintes termos:

Em cada caso, o relato em discurso indireto herda a sensibilidade contextual do termo relatado e, assim, para entender o relato o interlocutor teria que ser capaz de enriquecer contextualmente o termo em questão, de forma apropriada. E em cada caso, nós podemos definir uma noção magra de dizer,

¹⁰¹ Não pretendemos nos estender com relação à sensibilidade contextual do exemplo de “estar pronto”, mas, pensamos que, a princípio, parece plausível defender uma versão de contextualismo moderado da expressão – talvez, aos moldes do que estamos tentando fazer com os adjetivos comparativos (defendendo que classes de comparação são constituintes inarticulados de certo tipo). Filósofos, tais como Bach, defendem que “estar pronto” é sensível a contextos, por exemplo. O importante a ser frisado é que a aceitação da expressão como sensível não compromete nossa objeção (localizada) aos argumentos de *Insensitive Semantics*, vistos no capítulo anterior.

de acordo com a qual, de fato, segue-se que a mesma coisa é dita nas duas ocasiões, se a mesma forma de palavras for usada nessas duas ocasiões. Mas, assim, até indexicais passam nesse teste. (BEZUIDENHOUT, A. “*The Coherence of Contextualism*”. *Mind & Language*, v. 21, n.1, p. 1-10, 2006, p. 3-4)

Bezuidenhout também destaca (BEZUIDENHOUT, 2006, p. 4-5) que, pelo raciocínio de C & L no primeiro teste, expressões ambíguas não seriam sensíveis a contextos. Tomando-se:

(26) Ana foi ao banco.

E cruzando a frase entre contextos de enunciação com discurso direto e indireto, teríamos que “banco” permaneceria com um *thin sense*. Dessa maneira, mesmo sendo um termo ambíguo – uma vez, que “banco” pode querer dizer ‘certo tipo de assento’ ou ‘instituição bancária’ –, perderia sua sensibilidade contextual. E isso, naturalmente, soa absurdo.

Outra estratégia é usada por Recanati (2006). Ele cita um exemplo pensado, na verdade, por Sarah Jane Leslie (LESLIE, S. J. “*Comments on Cappelen and Lepore*”. *Semantics Workshop*, University of Connecticut, May 2004)¹⁰², que busca mostrar o mesmo que Bezuidenhout, só que usando um caso de erro na apreensão e compartilhamento de informações contextuais. Nele, João (John, no original) não está pronto para a defesa de sua tese, mas seu orientador o ouve dizendo que está pronto – para ir jantar com amigos – na entrada de um restaurante, na noite anterior à sua defesa. Ele, então, entende, equivocadamente, que João está pronto para a defesa e afirma (24) diante de sua banca de defesa. Obviamente, dizendo algo falso.

Esse exemplo, somando-se ao de Bezuidenhout, serve também como motivação para crermos que, embora o sentido mínimo de termos permaneça constante de um contexto com discurso direto para um com discurso indireto, no caso de “estar pronto”, ainda há um elemento de sensibilidade contextual – a saber, o “para que” se está pronto – que se mantém. E isso deve mostrar que o primeiro teste é, na verdade, ineficaz.

O segundo teste, por sua vez, estabelece que expressões sensíveis a contextos bloqueiam descrições coletivas. E assim como fizemos com o primeiro teste, tentaremos mostrar que o apelo do segundo também é falho. Szabó (2006, p. 36), por exemplo, aponta

¹⁰² Justificando, jocosamente, que, desde que C & L lançaram sua teoria tantos contra-exemplos foram pensados que a originalidade não valeria o esforço.

que algumas palavras consideradas insensíveis por C & L passam no teste. “Todos” é um caso – em: “Todos passaram no teste” e “Todos foram reprovados no teste”. Não se segue da verdade de ambas que “Todos passaram e foram reprovados no teste” tenha enunciações verdadeiras.

A via de refutação usada por Travis é também similar a essa. Ele também tenta mostrar que uma expressão tomada como semanticamente insensível por C & L, na verdade, passa no segundo teste. Tal expressão é “grunhe”.

O segundo teste é trivialmente passado. Max diz verdadeiramente, ‘Sid grunhe’. Zoë diz verdadeiramente ‘He (Sid) não grunhe’. Não há ocasião em que se possa dizer verdadeiramente ‘Sid grunhe e não grunhe’, assim dizendo ambos a verdade, Max e Zoë. (TRAVIS, C. *Insensitive Semantics*. *Mind & Language*, 21 (1): P.3-49, 2006, p. 46)

Com relação já ao terceiro teste – que estabelece que, se é possível dizer falsamente uma frase F, em um contexto C, e dizer verdadeiramente F, em um contexto C’, então F é sensível a contextos – Travis oferece outra objeção: “Ele grunhe” pode passar no teste, uma vez que acordos lingüísticos temporários ou usos isolados da frase podem levar a mudanças nos valores de verdade. “Grunhe” pode querer dizer ‘ele tem o hábito de grunhir’ ou ‘ele grunhe agora’ – decorrendo disso possíveis alterações de valores verdade – e os testes de sensibilidade de C & L, simplesmente, não cobrem esse tipo de sensibilidade.

Basicamente, o que as refutações, aqui apresentadas, ressaltam é o que já defendemos no capítulo II: (a) realmente, há um sentido mínimo (ou *thin sense*) que pode ser transportado de contexto para contexto – e isso ocorre até mesmo com indexicais! –, mas, em muitos casos, ele realiza muito pouco semanticamente; (b) sentidos podem variar¹⁰³ e (c) C & L usam estratégias falhas de argumentação¹⁰⁴.

No entanto, não queremos concluir que os três testes não satisfazem, em absoluto, suas pretensões. Uma, sem dúvida, eles atingem: compõem uma estratégia inteligente que sugere, corretamente, que compartilhamos conteúdo entre enunciações diferentes de uma mesma frase. Salientam também os aspectos de invariância que competem – conjuntamente a outros fatores – para que a comunicação seja não-miraculosa. E, assim, ficamos com a tarefa de

¹⁰³ Defendemos isso, muito embora não seguindo a mesma linha de raciocínio dos contextualistas radicais, cujas objeções foram usadas nesta subseção.

¹⁰⁴ Se tomarmos, novamente, o caso de “rico”, temos que: a) ele carrega um sentido mínimo, como “aquele” e “estar pronto”, mas o teste não neutraliza a pergunta: “para que?” – exceto em casos de erro e compartilhamento – b) há contextos em que “Lula é rico” pode ser dito falsamente e contextos em que o mesmo pode ser dito verdadeiramente – basta lembrarmos que Lula foi presidente do Brasil: um país de grandes desigualdades sociais! Pelo mesmo raciocínio, não se segue que haja um contexto onde “Lula é rico e não é rico” – visto que “Lula é rico” e “Lula não é rico” podem ser ditas verdadeiramente, na dependência do contexto – seja verdadeira.

entender por que motivos as objeções de Bezuidenhout, Szabó, Travis e Recanati parecem funcionar bem contra esses testes.

Uma sugestão é que contextualistas e minimalistas partem de suposições distintas ao pensarem os testes. Minimalistas partem da idéia de que a comunicação é uma empreitada difícilíssima, na qual uma quantidade indeterminada de proposições pode ser expressa por uma única frase e é “quase por sorte” que compreendemos o é dito, até mesmo por nós mesmos. Assim, seu interesse está em pensar testes que mostrem que há um elemento de invariância: o conteúdo semântico.

Contextualistas, por outro lado, reconhecem confusões e indeterminações na comunicação, mas estão atentos ao papel não-aleatório das enunciações (enquanto ocorrências) – o que elas oferecem para a melhor determinação e elaboração do que se comunica –, por meio de indício empíricos, como intuições. E, por isso, falam em pragmática vero-condicional. Dessa forma, quando olham para os testes, procuram conflitá-los com nossas intuições acerca da semântica de certas expressões, como “estar pronto” ou “ser alto”. E, talvez seja como consequência dessa tendência que contextualistas tenham observações mais interessantes sobre a sensibilidade de expressões específicas.

Uma outra linha de resposta é que o grande serviço dos testes para a visão de C & L é oferecer evidências de que a indexicalidade é o melhor exemplar de sensibilidade; de um tipo que ativa nossas intuições mais puras. A impressão que fica, então, é que os testes foram pensados para aprovar apenas casos de indexicais (e seus derivados) – o que fica parecendo, ao fim, uma estratégia *ad hoc*. Sobretudo, quando conflitados pelos exemplos dos contextualistas. Tome-se “rico”, por exemplo. O tipo de sensibilidade, aqui, é tão obviamente relevantemente distinto da indexicalidade estrita que nos faz pensar qual é o grande ganho de aprovar tal expressão através dos três testes de C & L. Na verdade, é essa sensação que indica, ao fim, onde os testes de sensibilidade falham.

3.3.3. Semântica e Metafísica

Até aqui, viemos ilustrando que alguns aspectos da teoria negativa de C & L – como as refutações contra os argumentos de variação contextual e de incompletude e os testes de sensibilidade – trazem problemas que, talvez, indiquem que o melhor caminho para um interessado em semântica seja olhar o minimalismo negativo com certa ressalva. Mas, e com relação à porção positiva da teoria – principalmente, no que diz respeito aos comparativos?

Como vimos (em 3.2.4), o minimalismo semântico nos recomenda que entendamos adjetivos como “alto”, “rico” e “baixo” em termos de seus sentidos mínimos: “alto/ rico/ baixo *simplesmente*”. “Alto *simplesmente*”, por exemplo, é o conteúdo compartilhado por todas as enunciações – ou melhor, por todos os atos de fala – que contêm “alto”. E a grande vantagem da posição minimalista, de acordo com C & L, está, justamente, em dar conta de tratar, ao mesmo tempo, da variabilidade de significados (dada a sensibilidade contextual de certas expressões) e da invariância do conteúdo compartilhado em diferentes contextos.

A primeira controvérsia com o minimalismo semântico encontra-se – como foi indicado nos dois capítulos anteriores – na noção de “*X simplesmente*”, que seria semanticamente fraca demais. Em contrapartida a ela, apresentamos exemplos com fortes intuições de que, na verdade, adjetivos como “alto” trazem consigo classes de comparação que geram alterações nas condições de verdade das frases que compõem. Mais, apresentamos algumas reservas com relação a algo como “alto *simplesmente*”. E uma delas, C & L reconhecem como uma objeção motivadora, à qual é dedicado o capítulo 11 de *I.S.*

Essa objeção é sobre *o quê* – que objeto, conjunto de objetos ou relação – “alto *simplesmente*” apreende no mundo. Se ele significa apenas “ter alguma dimensão vertical, a partir de uma superfície”, então expressa uma propriedade que objetos baixos, por exemplo, também podem instanciar – e se tal dimensão vertical se reportar a alguma média grupal, temos indício, mais uma vez, da presença ou de escalas de gradação ou de classes de comparação. A maneira como C & L se defendem é afirmando que os problemas que se originam dessa objeção não estão restritos ao minimalismo semântico: são problemas fundamentalmente metafísicos¹⁰⁵ e afetam quaisquer teorias sobre expressões de propriedades. A questão, então, não é de *linguagem* e, enquanto semanticistas *per se*, C & L não precisam tratar dela, senão por mera cortesia filosófica:

A objeção metafísica é exatamente isto: é metafísica. É uma ‘preocupação’ que permanece não importa como optemos por fazer semântica. Se é uma preocupação, não é uma que surja por conta do Minimalismo Semântico e não é uma que possa ser resolvida por fazer-se semântica de uma determinada maneira. (C & L, 2005a, p. 159)

Eles insistem também em que a estratégia de se assumir que “alto” é uma expressão sensível a contextos não responde à pergunta sobre o que todas as coisas altas – como o Pico do Jabre, Kobe Bryant e João – têm em comum e, certamente, nem torna a pergunta menos sensata, nem tampouco a neutraliza.

¹⁰⁵ E, inclusive, se “*X simplesmente*” soa fraco, nas condições de satisfação que estabelece, isso é responsabilidade dos metafísicos que pensam as condições, não dos semanticistas.

C & L até desenvolvem um procedimento especialmente para salientar o caráter paralelo e resistente da questão metafísica, cf.: C & L, 2005a, p. 170-75.

- (1) Pensemos em girafas e em fatos sobre elas, como: poder esticar seus pescoços e ficar de pé apoiadas apenas nas patas traseiras;
- (2) Agora, pensemos em girafas altas.
- (3) E nos perguntemos o que é ser alta *para uma girafa*?
- (4) Contamos das patas ao último pêlo das orelhas? Contamos quando elas estão de pé, apoiadas apenas nas patas traseiras? Estamos falando de todas as girafas? De todas as que existem, das possíveis? Mortas (com os corpos rijos), grávidas (com os corpos mais flexíveis)?

É perceptível, então, a confusão criada no estágio (4) – e esse é o resultado esperado no procedimento. Afinal, há muitos estados que girafas podem assumir e muitos fatos empíricos sobre elas. Mais uma vez, então, C & L insistem que não importa o quanto se limite as classes de comparação será insuficiente para deixar de fora a questão metafísica.

O que pode ser dito sobre o problema das girafas e a questão metafísica? Primeiramente, que C & L estão certos em que semanticistas ou interessados em semântica não precisam tomar prioritariamente questões metafísicas. Afinal, parece razoável supor que apenas constatar a sensibilidade contextual de uma expressão como “alto” diga muito pouco sobre o que é ser alto. Contudo, acreditamos que C & L tenham tangenciado o ponto crucial aqui.

E esse é que o que C & L precisam esclarecer, enquanto filósofos da linguagem, é como “alto simplesmente” possibilita uma interpretação pragmática. Afinal, estamos tendo atenção, aqui, ao processo de compreensão da linguagem comum, em toda sua dinamicidade¹⁰⁶. Desse modo, C & L precisam estar atentos a como falantes parecem compreender expressões como adjetivos comparativos e quais são suas contribuições para as proposições que compõem. O passo conseqüente, de tentar entender o que o modo como as expressões se comportam denuncia sobre o modo como as coisas são, realmente, pode ser até dispensável.

¹⁰⁶ Não que eles não o façam. Afinal, eles têm uma posição quanto a ‘o que é dito’ por “alto” e a noção de ‘o que é dito’, para eles, é o mesmo que o ‘o que é comunicado’ (pelo ato de fala). Para eles, é necessário ir além do simples domínio de convenções lingüísticas para compreender uma linguagem: informações extralingüísticas determinam o que é dito. O ponto que desejamos salientar é que o que C & L tomam como uma objeção metafísica é, simplesmente, um pedido por maior elaboração e nós concordamos com tal pedido. E, mais, julgamos que a posição que tentamos defender não gera cobranças quanto a esse tipo de elaboração. Isso é sinal de vantagem (pelo menos em detalhamento).

Assim, o que C & L julgam ser uma objeção metafísica é simplesmente uma forma de perguntar como “alto simplesmente” contribui para o processo de compreensão. E, como viemos tentando mostrar, contextualistas podem oferecer respostas melhores a essa pergunta. Se bem que, eles nem procuram fazê-lo, pela simples razão de que a objeção metafísica não é comumente tomada contra o contextualismo. Será isso um indicativo de vantagem prévia? Um sinal de que o contextualismo tem menos fragilidades argumentativas?

3.3.4. Sobre papel cognitivo e realidade psicológica

A mesma questão que leva à objeção metafísica conduz ao que C & L também reconhecem como uma objeção, só que, desta vez, psicológica.

A visão de Cappelen e Lepore define-se como uma combinação de suas duas posições, o minimalismo semântico – de acordo com o qual, o conteúdo semântico de frases bem formadas é uma proposição mínima – e o pluralismo dos atos de fala – que sustenta que falantes podem usar uma mesma frase bem formada para realizar múltiplas formas distintas de atos de fala, cujo pluralismo indica indeterminação. Assim, para eles, há uma distinção radical entre conteúdo semântico e conteúdo dos atos de fala.

A objeção psicológica dirá, então, que falantes estão interessados *apenas* no conteúdo dos atos de fala (pelo menos, em geral); e que o que C & L chamam de conteúdo semântico não desempenha qualquer papel cognitivo que já não seja desempenhado pelo conteúdo do ato de fala. Em outros termos:

Nas trocas discursivas, os comunicadores se *importam* com o conteúdo do ato de fala e apenas com o conteúdo do ato de fala. O que importa é o que o falante disse, asseriu, declarou, afirmou, sugeriu, perguntou etc. Se o conteúdo semântico está, por assim dizer, sempre escondido, se nunca emerge, então a que propósito ele serve? (C & L, 2005a, p. 177)¹⁰⁷

O que, se verdade, tornaria a visão C & L empiricamente implausível.

¹⁰⁷ Uma formulação próxima a essa é atribuída a Carston (1988, 2002) e a Recanati (2002, 2004) e chamada de Objeção Psicológica Versão 1. Não pretendemos tratar das duas versões da objeção que são apresentadas no capítulo 12 de *I.S.*, sobretudo porque são contra o minimalismo griceano e não especificamente contra o minimalismo de C & L. Trataremos da objeção em suas facetas mais gerais, atentando tão somente ao que C & L afirmam ser o papel cognitivo da proposição mínima e comparando ao que *nós* viemos tomando como seu papel cognitivo.

A defesa dos autores procura destacar mais aspectos da função ímpar da proposição mínima: propiciar o compartilhamento inter-contextual de conteúdo: “Em suma: a proposição semanticamente expressa é nossa defesa mínima contra a confusão, os mal-entendidos e equívocos e é aquilo que garante a comunicação entre contextos de enunciação” (C & L, 2005a, p. 185).

Esse é justamente o ponto que viemos destacando até aqui. C & L reconhecem como fatos da comunicação que falantes estão cientes da possibilidade de equívoco e erro no processo de compreensão lingüística, então, não esperam que seus interlocutores tenham uma compreensão maximizada do que enunciam. Sendo assim, a proposição mínima desempenha o importante papel cognitivo de permitir que o mínimo necessário seja apreendido por falantes, nos casos de erro ou incompletude informacional acerca dos fatos, dos falantes, dos interlocutores. Essa função, naturalmente, é diametralmente oposta àquela exercida pelo conteúdo do ato de fala: que delimita o que é comunicado pela identificação das intenções do falante e de outras influências contextuais (do contexto extralingüístico, no caso). Mais, a função da proposição mínima, nos casos de conteúdo efetivamente compartilhado inter-contextualmente, é permitir que o mesmo conteúdo possa ser reportado através de contextos relevantemente diferentes – *à la* teste de sensibilidade I.

Agora, comparemos as funções cognitivas das diferentes concepções de proposição semanticamente expressa esboçadas neste capítulo: (a) para o contextualista – a proposição intuitivamente expressa –; (b) para o minimalista – a proposição mínima. Para um contextualista que concorde com o modelo dos teóricos da relevância (Carston, Sperber & Wilson e Recanati), uma proposição intuitivamente expressa deve garantir que o conteúdo específico assumido por uma frase bem formada, em contexto, seja identificado e disponibilizado para avaliação semântica. Por isso, a intervenção de elementos pragmáticos é anterior à formação de condições de verdade. Para esse contextualista também, essa deve ser a função do “conteúdo semântico”, porque, por mais que falantes devam reconhecer a possibilidade de erro, o que eles querem comunicar é inerente à ocorrência durante a qual eles têm a intenção de comunicar. Isso não deve levar, no entanto, a um temido relativismo. Nenhum desses teóricos discorda de que “alto”, por exemplo, tem um significado linguisticamente codificado e contextualmente invariante e que ele participa dos usos (no plural) do termo – Recanati chama a isso de “potencial semântico”, Carston, de LEM. Essa pedra de toque deve evitar um relativismo radical e implausível.

O mesmo contextualista pode aceitar o que C & L dizem sobre a função cognitiva da proposição mínima. Ele só discordará de que: “O conhecimento que essa proposição

semanticamente expressa dá à audiência o *melhor* acesso *possível* à mente do falante, dado o conhecimento restrito que se tem do falante.” (C & L, 2005a, p. 185). Visto que, como já foi apontado, considerar classes de comparação nos dá melhores condições de interpretar semanticamente frases com “alto” do que desconsiderá-las, adotando como forma de conteúdo semântico algo como “alto simplesmente”.

Há também outra objeção de caráter psicológico, sustentada por Recanati. De acordo com ela, a proposição mínima não tem qualquer realidade psicológica, dado que não participa de nenhum estágio do processo de compreensão. O que temos a dizer sobre tal objeção? Em primeiro lugar, que alguém pode imaginar que discordamos dela, uma vez que aceitamos a realidade psicológica do que chamamos de compreensão abstrata ou sentido mínimo. Afinal, dissemos que, em casos de erro e não compartilhamento de informações, em contexto, o sentido mínimo é o conteúdo compartilhado inter-contextualmente. E, algumas vezes, C & L também chamam tal conteúdo compartilhado de sentido mínimo. Qual é a diferença entre nossa aceção e a deles? Simples: para os autores de *I. S.*, o conteúdo compartilhado inter-contextualmente é *sempre* uma proposição completa: “*a full-blooded proposition*”. Para nós, ele tem caráter incompleto ou fragmentado – como Kent Bach (*Thought and reference*, Oxford: Clarendon Press, 1987) supõe. Afinal, concordamos com Stanley (2005) que C & L nunca esclarecem por que motivos o tal conteúdo compartilhado precisa ser uma proposição completa.

Assim, o que nós tomamos como sentido mínimo (ou compreensão abstrata) – que não é, marque-se, uma proposição completa – tem realidade psicológica: corresponde àquela representação que recebe maior elaboração, *antes de se tornar proposicional*. O resultado é, então, que entendemos, *sim*, a objeção de Recanati como correta. Isso nos coloca em mãos as seguintes conclusões: (a) o papel cognitivo do sentido mínimo é aceitável; (b), contudo, apenas *restritivamente*. E, assim, ficamos, mais uma vez, com a tentação de considerar o contextualismo uma posição mais robusta, dado seu maior alcance empírico.

Para finalizarmos o capítulo, então, recapitulemos o que vimos. Vimos que uma das formas mais comuns de tratar a semântica de adjetivos comparativos, sob uma perspectiva contextualista, é considerando classes de comparação como constituintes inarticulados – *à la* Perry. Só que também vimos que a formulação de Perry não dá conta dos casos em que expressões são compreendidas sem remissão a contextos de uso. Uma opção a Perry, abordada na seção 3.1, foi recorrer à forma lógica, tal como fez Stanley, para sustentar que constituintes inarticulados, afinal, estão na forma lógica de proposições e, por isso, possibilitam compreensão fora de contextos de uso. Vimos rapidamente, em seguida, que

Recanati surge com observações desconcertantes com relação à argumentação de Stanley e, para evitar essas observações, optamos por um modelo, ao qual Recanati é simpático, de acordo com o qual classes de comparação são constituintes das representações mentais que formam condições de verdade. Apesar de especulativo, se correto, o modelo resolve as objeções a Perry e a Stanley. E filósofos, tais como Carston e Sperber e Wilson, afirmam sua correção. De modo que, na ausência de tempo e espaço, recorremos à sua autoridade para sustentar nossa sugestão do modelo.

Depois vimos que a forma minimalista de tratar a semântica de adjetivos comparativos é recorrendo à noção de conteúdo mínimo expresso e refutando a argumentação contextualista que apela para os AIs. Além disso, nossos minimalistas, C & L, recorrem à reprovação dos comparativos em testes de sensibilidade idealizados por eles.

Na última seção, colocamos o tratamento contextualista (de nossa escolha) e o tratamento minimalista do significado dos adjetivos comparativos em debate. Na primeira subseção, vimos que é possível estabilizar os AIs, considerando, na argumentação, apenas casos típicos de uso de complementos, que tenham aspectos claros e bem-determinados. Em seguida, vimos alguns contra-exemplos aos testes de sensibilidade de C & L: motivações para não aceitarmos tais testes, que interpretamos como *ad hoc*.

As duas últimas seções procuram apontar para a questão de que parte do debate tem o melhor modelo cognitivo, segundo dois critérios: (a) que evite questões sobre metafísica e sua relação com a linguagem; e (b) tenha uma abordagem que garanta realidade psicológica. Vimos, então, que o minimalismo falha em evitar questões metafísicas e só garante realidade psicológica em casos restritos, uma vez que a proposição mínima só tem um papel claro em contextos de erro e não-compartilhamento e em casos de compreensões abstratas.

Ao fim, temos um cenário em que os minimalistas comprometem o interesse cognitivo mais geral da vero-condicionalidade:¹⁰⁸um preço filosófico demasiado alto a se pagar. Preço que o contextualista – defensor da pragmática vero-condicional – não tem que pagar. E essa é uma última motivação para preferirmos a perspectiva contextualista de tratar a sensibilidade contextual. No caso específico da sensibilidade de adjetivos comparativos, um resultado esperado deste trabalho é contribuir com motivações para a defesa da idéia de que “alto”, “baixo”, “rico” são expressões sensíveis. Se elas devem entrar no *Basic Set* ou não, essa é uma questão que afeta toda uma tradição. Basta pensar nelas como “vizinhas” do *Basic Set*.

¹⁰⁸ Já que, para eles, a compreensão ocorre apenas no âmbito dos atos de fala e não no âmbito vero-condicional.

CONCLUSÃO

O que se espera concluir de um trabalho filosófico negativo acerca de um livro *negativo* de análise metodológica? Contra uma primeira resposta “matemática” mais imediata – pela qual “-“ com “-“ deveria dar “+” –, a resposta correta seria um resultado indiretamente positivo. O que esperamos ter realizado foi apresentar e discorrer sobre alguns pontos em que o contextualismo tem vantagens, quando objeções aparecem no debate no qual ele enfrenta seu antagonista, o minimalismo. Contudo, este não foi um trabalho de posicionamentos, mas, mais essencialmente, de avaliação de objeções e reafirmação de sucessos.

Aquilo que procuramos alcançar, em nosso primeiro capítulo, foi localizar a discussão e apontar sua relevância no cenário mais amplo de estudos em linguagem – pelo menos naqueles realizados por filósofos. Um dos resultados esperados era mostrar que o debate contextualismo/minimalismo pode ser tratado em termos da questão da distinção entre semântica e pragmática sem maiores prejuízos. E também que se pode tratar dele – e é, na verdade, até recomendável fazê-lo (para quem deseja uma resolução pela via da adequação empírica) – em termos do tópico ‘compreensão lingüística’. Depois, à medida que as posições (minimalista e contextualista) foram sendo apresentadas, buscou-se apontar suas origens e a relevância de estudá-las. Ao fim, chegamos ao contexto específico de *IS*, que tem o mérito, enquanto obra, de reunir não só as principais objeções minimalistas ao contextualismo, mas algumas das melhores análises dessa última posição. E, de um trecho de um dos capítulos da obra, extraímos o problema que orienta e unifica este trabalho: os adjetivos comparativos. É através desse caso específico – então, de uma análise de caso – que avaliamos o funcionamento das objeções dos minimalistas.

A preparação necessária para a realização dos dois últimos capítulos partiu, primeiramente, de se assumir, ou melhor, reafirmar uma posição contextualista a ser apresentada como mais vantajosa. Como não julgamos que seria necessário expressar qualquer simpatia pelo contextualismo radical que, no nosso caso, não é nada decisiva, assumimos apenas um contextualismo moderado e, mais especificamente, um contextualismo localizado¹⁰⁹. E isso significou direcionar nosso olhar apenas para as objeções às argumentações de contextualistas moderados.

No capítulo II, começamos a tratar do argumento minimalista por eliminação: a alegação de que o contextualismo moderado é uma posição instável, de cuja aceitação deriva a aceitação da versão radical de contextualismo. Tal objeção é puramente metodológica. Ela tem a ver com o princípio, assumido por contextualistas, de que intuições acerca do conteúdo de atos de fala constituem evidência, direta ou indireta, para a determinação do conteúdo semântico. Para C & L, essas intuições são escorregadias, pois não conseguem se estabelecer como restritivas e, conseqüentemente, tornam-se pouco confiáveis. O que fizemos foi mostrar que há como restringir a forma como intuições são exploradas, sob a orientação de um critério e de algumas restrições. E mostramos que a argumentação específica da objeção ao contextualismo moderado, tal como está colocada em *IS*, não funciona como deveria. A repercussão de conseguir chegar a esse resultado é considerável: usurpar os minimalistas do sucesso de um de seus principais argumentos.

Mas, até esse ponto, pouco foi dito sobre qual a posição contextualista moderada em favor da qual tivemos o trabalho de tentar refutar a objeção de C & L ao contextualismo moderado. Primeiramente, vale dizer, o capítulo II objetiva mostrar que temos boas *motivações intuitivas* para aceitar um contextualismo para o caso dos adjetivos comparativos. E que essas indicam que há classes de comparação articuladas a usos de comparativos, muito embora tais classes não figurem explicitamente nas enunciações com esse tipo de adjetivo.

No capítulo III, nosso objetivo foi oferecer motivações de ordem *cognitiva* para aceitar a presença dessas classes de comparação. Ele começou pela identificação da melhor forma de qualificar as classes de comparação. Fomos à literatura, e encontramos a estratégia dos constituintes não-explicitos ou inarticulados. Em um primeiro momento, revisamos a literatura mais destacada do tema, ressaltando também as objeções que a acompanhava. Ao

¹⁰⁹ A razão para tal é que consideramos as objeções específicas ao contextualismo moderado como portadoras de maior potencial produtivo. Afinal, já há várias respostas de contextualistas radicais às objeções de C & L – e nós apresentamos algumas aqui.

fim, assumimos uma descrição despretensiosa de contextualismo cognitivamente plausível, que comporta bem uma descrição da semântica de adjetivos comparativos com a presença de classes de comparação. Essa descrição seguiu o que chamamos de ‘modelo geral dos teóricos da relevância’.

Mas, o capítulo III também teve outro intento. Ele pôs em cheque as duas opções de tratamento da semântica dos comparativos: a minimalista e a contextualista. Vimos três seções: uma sobre as opções contextualistas de caracterizar as classes de comparação, outra contendo a posição minimalista propriamente dita; e uma última ainda, na qual apresentamos algumas objeções ao minimalismo, mostrando que elas podem ser tratadas e assimiladas, ainda com acréscimos, pelo contextualismo¹¹⁰. Mais detalhadamente, vimos, nessa última seção, que o contextualismo evita as chamadas “objeção metafísica” e “objeção psicológica”¹¹¹; e tem uma abordagem da semântica dos adjetivos comparativos que comporta as evidências (exploradas no capítulo II, sobretudo) de que há classes de comparação associadas a esses adjetivos, pelo menos em alguma etapa do processo de compreensão desse tipo de termo. Tivemos, assim, ao fim, uma espécie de enfrentamento entre as duas posições.

Voltando à nossa pergunta inicial, então, nossos resultados foram tão moderados quanto nossos intuitos. Na verdade, até mais moderados, porque, como vimos na última subseção do capítulo III, não esperamos ter defendido uma expansão do *Basic Set*, já que, a rigor, não estávamos querendo prever um comportamento *indexical* para adjetivos comparativos, mas apenas reconhecer sua sensibilidade semântica, longe de pretensões de mexer com a terminologia mais tradicional. Pensando a questão, não em termos de *Basic Set*, mas de distinção semântica e pragmática, o que esperamos ter alcançado foi um pequeno desvio de expansão para o lado pragmático da linha que separa a semântica da pragmática, na compreensão de adjetivos como “alto”.

¹¹⁰ Em especial, vimos a objeção aos argumentos de incompletude e procuramos mostrar uma solução, segundo a qual é possível manter a estratégia de incompletude, marcando-se a ressalva de que as intuições exploradas nos casos de incompletude devem ser típicos e que as informações que entram no complemento devem ser bem determinadas. Também apresentamos algumas refutações aos testes de sensibilidade de C & L, presentes na literatura sobre *IS*. Refutar os testes era importante, pois C & L alegam que os adjetivos comparativos não passam neles e que, para serem considerados genuinamente sensíveis, precisariam passar. Tentamos mostrar que os testes são *ad hoc*, pouco funcionais e, por isso, não são evidências conclusivas de falta de sensibilidade para os adjetivos comparativos.

¹¹¹ Na verdade, como vimos, a noção contextualista de conteúdo semântico – o conteúdo intuitivo – nem sequer suscita a objeção metafísica. E, embora o modelo de tratamento contextualista da semântica de adjetivos comparativos que mostramos seja, como dissemos, especulativo, se ele for correto, consegue mostrar que adotar classes de comparação é de maior interesse para falantes – já que é mais informativo do que o conteúdo mínimo –, considerando-se o processo de compreensão em que estão envolvidos. E, assim, tem um papel cognitivo a desempenhar. Em contrapartida, a objeção psicológica ainda se sustenta para os minimalistas, pelo menos no que concerne aos casos que não são de erro, não compartilhamento ou compreensões abstratas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, John. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962
- _____. “Truth”. *Philosophical Papers*, 3ª ed., Oxford: Clarendon Press, 1979.
- BACH, Kent. *Thought and reference*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- _____. “Seemingly Semantic Intuitions”. In Campbell, M., O’Rourke, and D. Shier (eds.). *Meaning and Truth: Investigations in Philosophical Semantics*. New York: Seven Bridges Press, p. 284-92, 2002.
- BEZUIDENHOUT, A. “Truth-Conditional Pragmatics”. *Philosophical Perspectives*, v. 16, p. 105-34, 2002.
- _____. “The Coherence of Contextualism”. *Mind & Language*, v. 21, n.1, p. 1-10, 2006.
- BORG, Emma. *Minimal semantics*. Oxford: Clarendon Press, 2004.
- CAPPELEN, H. & LEPORE, E. *Insensitive Semantics: a defense of semantic minimalism and speech act pluralism*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2005a.
- _____. “A Tall Tale in Defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism”. In G. Preyer and G. Peter (eds.). *Contextualism in Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, p. 197-219, 2005b.
- _____. “Précis of Insensitive Semantics”. *Philosophy and Phenomenological Research* v. 73, n.2, p. 428-429, 2006a
- _____. “Response”, *Mind & Language*, v.21, n.1, p. 50-73, 2006b.
- _____. “The Myth of Unarticulated constituents”. In. O’Rourke and Washington (eds.), *Essays in Honor of John Perry*. Cambridge: MIT Press, 2006c
- CLAPP, L. “What unarticulated constituents could not be”. In J. Campbell, M. O’Rourke and D. Shier (eds.), *Meaning and Truth: Investigating Philosophical Semantics*. New York: Seven Bridges Press, p. 231-56, 2002.
- CARSTON, R. “Implicature, Explicature and Truth-Theoretical Semantics”. In R. Kempson (ed.) *Mental Representations: The interface between language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 155-81, 1988.
- _____. *Thought and Utterances: The Pragmatics of Explicit Communication*. Oxford: Blackwell, 2002a.
- _____. “Linguistic Meaning, Communicated Meaning and Cognitive Pragmatics”. *Mind and Language*, v. 17, n. 1&2, p.127-148, 2002b.
- _____. “Linguistic Communication and the Semantics/Pragmatics Distinction”. *Synthese*, v. 165, n. 3, p. 321-345, 2008.
- HAWTHORNE, John. *Knowledge and Lotteries*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GROSS, Steven. "Can one sincerely say believe what one doesn't believe?". *Mind & Language*, v. 21, n. 1, p. 11-20, 2006.

KAMP, H. "Formal Properties of 'Now'", *Theoria*, v. 37, p. 227-73, 1971

KAPLAN, D. "Demonstratives". In J. Almog, J. Perry, and H. Wettstein (eds.), *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press, p. 481-563, 1989.

LECLERC, A. "Meanings, Actions and Agreements". *Manuscrito* (UNICAMP), v. 32, n.1, p. 249-282, 2009.

LESLIE, S. J. "Comments on Cappelen and Lepore". Semantics Workshop, University of Connecticut, May 2004.

LEWIS, D. "Scorekeeping in a Language Game". *Journal of Philosophical Logic*, v. 8, p. 339-359, 1979.

_____. "Index, context and content". In Kanger, S. and Öhman, S. (eds.), *Philosophy and Grammar*. Dordrecht: Reidel, p. 79-100, 1981.

MCFARLANE, J. "Semantic Minimalism and Nonindexical Contextualism". In Gerhard Preyer & Georg Peter (eds.), *Context-Sensitivity and Semantic Minimalism: New Essays on Semantics and Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, p. 240-50, 2007.

MONTAGUE, R. "Pragmatics". In. Klibansky, R. (ed.), *Contemporary Philosophy: A survey*, Klibansky, R. (ed.). Florence, Nuova Italia Editrice, p. 102-22, 1968

PERRY, J. *Reference and Reflexivity*. Stanford, Calif.: CSLI Publications, 2001.

QUINE, W.V.O. *Word and Object*. Cambridge: The MIT Press, 1960.

RECANATI, F. "Unarticulated constituents". *Linguistics and Philosophy*, v. 25, p. 299-345, 2002.

_____. *F. Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. "Literalism and Contextualism: Some Varieties". In Gerhard Preyer & Georg Peter (eds.), *Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning and Truth*. Oxford: Oxford University Press, p.171-96, 2005a.

_____. "Deixis and Anaphora". In Zoltán Gendler Szabó (ed.), *Semantics Versus Pragmatics*. Oxford University Press, 2005b.

_____. "Crazy Minimalism". *Mind & Language*, v. 21, p. 1, p. 21-30, 2006.

_____. *On truth-conditional Pragmatics*. Oxford: Clarendon Press, 2010

SPERBER, D. & WILSON, D. "Loose talk", *Proceedings in Aristotelian Society* 86, p. 153-171, 1986.

_____. "Pragmatics, Modularity and Mind-reading". *Mind & Language*, v. 17, n. 1 & 2, p. 3-23, 2002.

STALNAKER, R. "Pragmatics", *Synthese*, v. 22, p. 272-89, 1970.

STANLEY, J & WILLIAMSON, T. "Quantifier and Context dependence". *Mind & Language*, v.15, n. 2 p. 219-61, 2000a

_____. "Context and Logical Forms". *Linguistics and Philosophy*, v. 23, p. 391-424, 2000b.

_____. "Making It Articulated". *Mind & Language*, 17: pp.149-68, 2002a.

_____. "Nominal Restriction". In G. Preyer and G. Peter (eds.), *Logical Form and Language*. Oxford: Oxford University Press, p. 265-88, 2002b.

_____. *Knowledge and Practical Interests*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SZABÓ, Z.G. "Sensitivity training". *Mind & Language*, v. 21, n. 1, p.31-38, 2006.

TRAVIS. C. *Unshadowed Thought: representation in thought and language*. Cambridge, Harvard University Press, 2000.

_____. " Insensitive Semantics". *Mind & Language*, v. 21, n.1, p. 3-49, 2006.